**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

# PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Reitora:**

Profa. Isabela Fernandes Andrade

**Vice-Reitora:**

Profa. Úrsula Rosa da Silva

**Pró-Reitora de Graduação:**

Profa. Maria Fátima Cossio

**Coordenadora do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais:**

Profa. Fernanda de Moura Fernandes

**Pelotas, maio de 2021**

**Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE), redator do Projeto Pedagógico de curso (PPC) de Relações Internacionais**

Bruno Ricardo Viana Sadeck dos Santos

Charles Pereira Pennaforte

Fábio Amaro da Silveira Duval

Fernanda de Moura Fernandes

Luciana Maria de Aragão Ballestrin

Silvana Schimanski

William Daldegan de Freitas

# SUMÁRIO

**I - PROPOSTA PEDAGÓGICA** 6

**1. CONTEXTUALIZAÇÃO** 6

1.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS 6

1.1.1. Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel 6

QUADRO 1: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL 6

1.1.2. Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas 7

FIGURA 1: MAPA DO RIO GRANDE DO SUL 8

1.2. CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS 13

1.2.1. Dados de Identificação do Curso 13

QUADRO 2: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO 13

1.2.2. Histórico e Contexto do Curso de Relações Internacionais 14

1.2.3. Legislação considerada no PPC 19

**2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA** 22

2.1. PRESSUPOSTOS E ESTRUTURA DO PPC 22

2.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 23

2.3. CONCEPÇÃO DO CURSO 24

2.4. JUSTIFICATIVA DO CURSO 25

2.5. OBJETIVOS DO CURSO 26

2.6. PERFIL DO EGRESSO 27

2.7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES 28

**3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR** 29

3.1. ESTRUTURA CURRICULAR 29

3.2. TABELA SÍNTESE – ESTRUTURA CURRICULAR 31

TABELA 1: TABELA SÍNTESE PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR 31

3.3. MATRIZ CURRICULAR 31

QUADRO 3: MATRIZ CURRICULAR 31

3.4. FLUXOGRAMA DO CURSO 34

3.5. COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS 36

QUADRO 4: COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS 36

3.6. ESTÁGIOS 37

3.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) 40

3.8. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR 41

QUADRO 5: CARGA HORÁRIA MÁXIMA DENTRO DE CADA GRUPO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES 44

3.9. FORMAÇÃO EM EXTENSÃO 45

3.10. REGRAS DE TRANSIÇÃO – EQUIVALÊNCIA ENTRE OS COMPONENTES CURRICULARES 49

QUADRO 6: COMPONENTES CURRICULARES EQUIVALENTES PARA ADAPTAÇÃO CURRICULAR 50

3.11. CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES (ementário e bibliografia) 52

**4. METODOLOGIAS DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO** 113
4.1. METODOLOGIAS, RECURSOS E MATERIAIS DIDÁTICOS 113
4.2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM 115
4.3. APOIO AO DISCENTE 117

**5. GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA** 119
5.1. COLEGIADO DE CURSO 121
5.2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE 123
5.3. AVALIAÇÃO DO CURSO E DO CURRÍCULO 125

**6. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS** 126

**7. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO** 127

**8. INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E COM A PÓS-GRADUAÇÃO** 128

**9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM** 130

**II - QUADRO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO** 131

**III - INFRAESTRUTURA** 133

**REFERÊNCIAS** 133

**APÊNDICES** 141
APÊNDICE I 141
TERMO DE COMPROMISSO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO - UFPEL INSTITUIÇÃO DE ENSINO

APÊNDICE II 149
PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

APÊNDICE III 152
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

APÊNDICE IV 155
REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

APÊNDICE V 159
TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

APÊNDICE VI 161
AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO PARA BANCA EXAMINADORA - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

APÊNDICE VII 163
CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO TCC/ ARTIGOS CIENTÍFICOS

APÊNDICE VIII 164
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFPEL

APÊNDICE IX 168
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA INSERIR TCC (GRADUAÇÃO) E TCCP (ESPECIALIZAÇÃO) NAS BASES DE DADOS DA UFPEL

APÊNDICE X 170
LISTAGEM ATIVIDADES DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

APÊNDICE XI 172
REQUERIMENTO PARA APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES DO EIXO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

**ANEXO** 177

## I - PROPOSTA PEDAGÓGICA

# 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

## 1.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

### 1.1.1. Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel

#### QUADRO 1: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL

| | | |
|---|---|---|
| Mantenedora: Ministério da Educação | | |
| IES: **Universidade Federal de Pelotas – UFPel** | | |
| Natureza Jurídica:<br>Fundação de Direito Público - Federal | CNPJ/MF:<br>92.242080/0001-00 | |
| Endereço:<br>Rua Gomes Carneiro, 1, Centro,<br>CEP 96010-610, Pelotas, RS – Brasil | Fone: +55 53 3921.1024<br>Site: www.ufpel.edu.br<br>e-mail: reitor@ufpel.edu.br | |
| Ato Regulatório: Credenciamento/<br>Decreto<br>Nº documento: 49529<br>Data de Publicação: 13/12/1960 | Prazo de Validade:<br>Vinculado ao Ciclo Avaliativo | |
| Ato Regulatório: Recredenciamento<br>Decreto nº documento: 484<br>Data de Publicação: 22/05/2018 | Prazo de Validade:<br>Vinculado ao Ciclo Avaliativo | |
| Ato Regulatório: Credenciamento EAD<br>Portaria<br>Nº documento: 1.265<br>Data de Publicação: 29/09/2017 | Prazo de Validade:<br>Vinculado ao Ciclo Avaliativo | |
| CI – Conceito Institucional: | 4 | 2017 |
| CI – EAD - Conceito Institucional EAD: | 3 | 2013 |
| IGC – Índice Geral de Cursos: | 4 | 2018 |
| IGC Contínuo: | 3, 5277 | 2018 |
| Reitor: Isabela Fernandes Andrade | Gestão (2021-2024) | |

### 1.1.2. Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) foi estabelecida em 1969, por meio do Decreto-Lei nº 750, de 8 de agosto, e é fruto da tradição de ensino superior na cidade, desde a fundação da Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática, em 1883, e do Lyceu de Agronomia, Artes e Ofícios, em 1887. Atualmente, a instituição tem como missão: "Promover a formação integral e permanente do profissional, construindo o conhecimento e a cultura, comprometidos com os valores da vida com a construção e o progresso da sociedade" (UFPEL, 2020, s/p).

Segundo seu Estatuto, trata-se de uma Fundação de Direito Público, dotada de personalidade jurídica como órgão da Administração Federal Indireta, com autonomia financeira, administrativa, didático-científica e disciplinar, de duração ilimitada, com sede e foro jurídico no município de Pelotas (RS), regendo-se pela legislação federal do ensino, pelas demais leis que lhe forem atinentes, pelo Estatuto da Fundação e pelo Regimento Geral (UFPEL, 1969).

A cidade de Pelotas[1] está localizada no Sul do estado do Rio Grande do Sul (RS), a 250 km da capital Porto Alegre. Pelotas possui localização geográfica privilegiada no contexto regional do Mercado Comum do Sul (Mercosul), pois está situada próxima às capitais da Argentina (Buenos Aires) e do Uruguai (Montevidéu), além de dividir fronteira terrestre e lacustre (Lagoa Mirim) com o Uruguai (FIGURA 1).

[1] Na geografia do estado, faz parte da Mesorregião do Sudeste Rio-Grandense, composta por 23 municípios, sendo estes: Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Cristal, Morro Redondo, Pedro Osório, São Lourenço do Sul e Turuçu.

**FIGURA 1: MAPA DO RIO GRANDE DO SUL**

**Fonte:** Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2020.

Em virtude do processo de formação nacional da fronteira sul, as relações entre brasileiros e uruguaios foram historicamente marcadas pela cooperação e pela aproximação cultural entre os povos (MRE, 2020). Na atualidade, as relações de fronteira são marcadas por dois aspectos: a cooperação bilateral no aproveitamento dos recursos hídricos da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão; e a cooperação fronteiriça no contexto das cidades gêmeas.

A bacia hidrográfica Mirim-São Gonçalo possui natureza transfronteiriça, com uma superfície de 62.250 km². Aproximadamente 47.310 km² (76%) estão no território brasileiro, e aproximadamente 14.940 km² (24%) estão em território uruguaio. A cooperação bilateral para a gestão conjunta data de 1960, quando foi estabelecida a Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Lagoa ou "Cuenca" Mirim (CLM). Em 1977, os dois países assinaram o Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, aprofundando a cooperação bilateral a partir dos múltiplos usos da água. A UFPel, desde 1994, administra a Agência de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (ALM), a qual promove projetos e ações destinados ao aproveitamento dos recursos naturais e hídricos na área de abrangência desta bacia hidrográfica (UFPEL, 2020).

Na fronteira seca, as relações têm sido promovidas por meio da cooperação fronteiriça nos mais diferentes temas, especialmente nas cidades-gêmeas[2] de Aceguá/Acegua; Jaguarão/Rio Branco; Chuí/Chuy; Livramento/Rivera; Quaraí/Artigas (BRASIL, 2014; IPEA, 2017; MRE, 2020).

Em termos populacionais, Pelotas é a maior cidade da Região Sul do Rio Grande do Sul (RS) e a terceira cidade mais populosa do estado, com aproximadamente 343 mil habitantes distribuídos em uma área de 1.609 km² (PREFEITURA DE PELOTAS, 2020). O perfil econômico da cidade é composto pelos setores da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca; comércio; serviços; construção civil e indústria da transformação. Dentre as principais culturas agrícolas, destaca-se a soja, o milho, o arroz, o fumo e o pêssego. Em 2017, o PIB da cidade foi de R$ 8.573.354.700, ocupando o nono lugar em comparação aos demais municípios gaúchos (SEBRAE, 2019).

A vocação para a internacionalização do município também pode ser evidenciada – entre outros tantos aspectos relacionados à região de fronteira[3] e históricos – por meio de atividades desenvolvidas tanto pelo setor público, quanto privado. Além da presença consular (o município de Pelotas possui sede do Consulado Geral do Uruguai e do Consulado Honorário de Portugal), no primeiro, destaca-se, a existência de instrumentos de cooperação internacional descentralizada, tais como os protocolos de irmanamento e os acordos estabelecidos entre as cidades gêmeas. No segundo, observam-se as atividades empresariais, na área de comércio exterior.

Com relação às atividades públicas, destaca-se que, ao longo dos anos, o município firmou acordos internacionais de irmanamento de cidades, visando à internacionalização das atividades municipais em diversos setores, como por exemplo, comércio e investimentos, turismo, educação e cultura. O primeiro acordo data de 1963, com a cidade de Suzu (Japão). O segundo, foi firmado em 1996 com a cidade de Aveiro (Portugal). O terceiro foi firmado

---

[2] A Portaria 125, de 21 de março de 2014, do Ministério de Estado de Integração Nacional, considera que "[...] tendo em vista as crescentes demandas pelos municípios de políticas públicas específicas para estas cidades; [...]", definindo em seu Artigo 1° cidades-gêmeas da seguinte maneira: "Art. 1º Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania" (BRASIL, 2014, p. 1).

[3] Faixa de fronteira é a faixa interna de 150 km de largura paralela à linha divisória terrestre do território nacional.

com a cidade de Colonia Del Sacramento (Uruguai), no ano de 2005 (CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2020).

Em relação ao comércio exterior, embora o município contribua com menos de 1% na balança comercial brasileira, chama a atenção os valores das exportações (US$ 136,55 milhões) e importações (US$ 105,87) no ano de 2019 (BRASIL, 2019). A significativa produção de arroz e bovinos – produtos que representam aproximadamente 90% da pauta exportadora – permite que os parceiros de exportação sejam muito diversificados (Peru, Venezuela, Turquia, Cuba, Iraque, Egito, Uruguai, Arábia Saudita, Cabo Verde, Estados Unidos, entre outros). As importações concentram-se em insumos para a indústria agrícola – aproximadamente 70% dos bens importados são adubos e fertilizantes, de origens também diversas (China, Rússia, Uruguai, Arábia Saudita, Israel, Canadá, entre outros) (BRASIL, 2019). Atualmente, segundo dados do Ministério da Economia, a cidade possui, aproximadamente, sessenta empresas que atuam com operações de exportações e importações (BRASIL, 2020).

Em virtude de seu processo de formação econômica, política e cultural, Pelotas se tornou um centro de referência para as populações da metade sul do estado (PREFEITURA DE PELOTAS, 2020). De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

> Pelotas possui um dos maiores acervos de estilo eclético do Brasil, em quantidade e qualidade, com 1300 prédios inventariados. Data de 1955, o primeiro tombamento realizado pelo Iphan, no município: o obelisco construído em homenagem a Domingos José de Almeida, por sua participação na Revolução Farroupilha (Guerra dos Farrapos), entre 1835 e 1845. Às belezas naturais da região somam-se o belo e imponente casario, acervo arquitetônico de uma época de glória e opulência, construído sob forte influência europeia [...] Fundada em 1812, [...] A cidade prosperou devido às charqueadas e aos curtumes. Tanto o charque quanto o couro eram exportados, principalmente para a França, pelo seu porto localizado à margem do Canal São Gonçalo que liga as lagoas dos Patos e Mirim, o que gerou enorme riqueza (IPHAN, 2020, s/p).

Na área educacional, a criação das primeiras faculdades ainda no século XIX contribuiu para a identificação da cidade, também, como uma referência no ensino superior público. A UFPel foi criada a partir da transformação da então Universidade Rural do Rio Grande do Sul, criada em 1960, e que reunia as faculdades de ensino superior existentes até então:

> Assim, em 8 de agosto de 1969, o Presidente da República assinou decreto que transformou a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, em Universidade Federal de Pelotas (UFPel), composta pelas Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Veterinária, Faculdade de Ciências Domésticas, Faculdade de Direito (fundada em 1912), Faculdade de Odontologia (1911) – as duas últimas pertencentes à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o Instituto de Sociologia e Política (ISP), fundado em 1958. E outras instituições particulares que existiam em Pelotas foram agregadas à UFPel, como o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões e o Curso de Medicina do Instituto Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (Ipesse). E, no mesmo ano, o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), também passou a fazer parte da UFPel (UFPEL, 2020, s/p).

Desde seu estabelecimento, a UFPel vem se consolidando como a principal instituição pública de ensino superior da região[4]. Nesse contexto, as ações de internacionalização universitária também foram aprofundadas. Se em 1993 já havia sido criado o Departamento de Intercâmbio e Programas Internacionais (DIPI) (por meio da Resolução nº 01/1993 do Conselho Universitário), atualmente, a Coordenação de Relações Internacionais (CRInter)[5] gere uma gama de atividades de internacionalização.

A CRInter, além de atender questões relacionadas à mobilidade internacional, também atua no planejamento, formulação e operacionalização dos convênios internacionais. Além disso, a CRInter formula e executa as políticas institucionais de internacionalização tanto entre pares (como por exemplo, pela assinatura, em 2018, do Protocolo de Intenções para ações da Rede Unifronteiras[6]), quanto com outras instituições, como por exemplo, a associação da UFPel ao Impacto Acadêmico das Nações Unidas – UNAI (em inglês: *United Nations Academic Impact*) (UFPEL, 2020; UN, 2020).

Em 2007, após ter acumulado décadas de experiência, a UFPel vivenciou um processo de ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, por meio de sua adesão ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (UFPEL, 2020). Foi no contexto da adesão ao REUNI que se propôs a criação de um curso de Relações Internacionais (RI) na UFPel. O processo de criação de cursos ocorre

---

[4] Além da UFPel, o município conta com outras quatro instituições públicas e privadas de ensino superior: Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL), Anhanguera Educacional e Faculdade de Tecnologia Senac-RS. Também, possui três escolas técnicas: Escola Técnica Estadual João XXIII, Escola Técnica Estadual Professora Sylvia Mello e o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), chamado de Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Visconde da Graça, vinculado ao IFSUL.

[5] Desde 2013, o curso de Relações Internacionais está presente na CRInter através da articulação e diálogo com alguns de seus docentes, mas principalmente, das oportunidades de estágio de seus discentes junto a esta Coordenação.

[6] Entre Universidades Públicas na faixa de fronteira do Brasil.

de acordo com o cenário social, político e econômico regional, visando ao atendimento de demandas de formação profissional.

É oportuno observar que existiam até então somente três cursos de graduação de RI em universidades públicas no estado do Rio Grande do Sul, a saber: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, curso criado em 2004); Universidade Federal do Pampa (Unipampa, curso criado em 2009); e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, curso criado em 2009) (MEC, 2020). Assim, o curso de RI da UFPel contribui para o desenvolvimento local e regional da fronteira sul do estado, permitindo a formação de profissionais capazes de atuar nestas atividades, justificando a oferta de vagas.

Após o processo de expansão da UFPel, no qual o curso de RI se insere, a universidade está constituída atualmente por 22 unidades acadêmicas que ofertam 96 cursos de graduação presenciais e 3 cursos de graduação à distância[7]. Em relação à pós-graduação, são ofertados 26 programas com doutorado, 50 com mestrado acadêmico, 6 com mestrado profissional e 34 cursos de especialização (UFPEL, 2020). Cabe também mencionar que, atualmente, a Universidade possui convênios internacionais com mais de 80 instituições estrangeiras de ensino superior, localizadas em 27 países, em diferentes regiões do mundo (UFPEL, 2020).

Neste contexto, a inserção comunitária e social da UFPel lhe permite ofertar cursos de bacharelado, de tecnologia e de licenciatura nas modalidades presencial e à distância para atender a demandas da sociedade e do mundo do trabalho. A oferta responde a necessidades identificadas a partir do diálogo permanente dos gestores institucionais com entidades representativas de classes e órgãos públicos, bem como pela sintonia da comunidade acadêmica com a realidade socioeconômica e cultural da região.

De acordo com dados oferecidos pela Pró-Reitoria de Ensino (PRE), os cursos de graduação e pós-graduação estão distribuídos em quatro *campi*: Campus Capão do Leão, Campus Porto, Campus Centro, Campus Norte, o Campus Fragata e o Campus Anglo, onde está instalada a Reitoria e demais unidades administrativas. As unidades acadêmicas estão organizadas da seguinte forma:

> [..] Centro de Artes (CA), Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), Centro de Engenharias (CENG), Conservatório de Música (CM), Escola Superior de Educação Física (ESEF), Faculdade de Administração e Turismo (FAT), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB), Faculdade de Direito (FD), Faculdade de Educação (FAE), Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia (FEO), Faculdade de Letras (FL), Faculdade de Medicina (FM), Faculdade de Nutrição (FN), Faculdade de Odontologia (FO), Instituto de Ciências Humanas (ICH) e Instituto de Filosofia,

[7] A UFPel participa do programa do governo federal "Universidade Aberta do Brasil" (UAB).

> Sociologia e Política (IFISP). [...] Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos (CCQFA), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM); Faculdade de Meteorologia (FMet), Faculdade de Veterinária (FVet); e Instituto de Biologia (IB) [...] Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDTec); Instituto de Física e Matemática (IFM); Centro de Integração do Mercosul (CIM) (UFPEL, 2020, s/p).

Em termos de estrutura física multicampi, a UFPel ocupa uma área de aproximadamente 211.106,22 $m^2$. Os discentes da universidade contam com aproximadamente 398 salas de aula, 9 bibliotecas, diversos laboratórios, ambientes e cenários para a prática didática, 15 auditórios, 3 restaurantes escola e 1 casa do estudante (UFPEL, 2020).

A missão da Universidade é cumprida mediante o desenvolvimento simultâneo e indissociável das atividades de ensino, pesquisa e extensão (gerenciados pelas Pró-Reitorias de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura) (UFPEL, 2020). Transcorridos 51 anos desde a sua criação, a UFPel está em processo constante de ampliação, construção e consolidação, atenta às necessidades educacionais e às demandas de formação profissional nas mais diferentes áreas do conhecimento. As principais atividades desenvolvidas a cada ano letivo são apresentadas pelo Calendário Acadêmico da Instituição.

# 1.2. CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

## 1.2.1. Dados de Identificação do Curso

### QUADRO 2: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

| | |
|---|---|
| Curso: **Relações Internacionais**<br>Código: 1102999 | |
| Unidade: **Instituto de Filosofia, Sociologia e Política** | |
| Endereço: Rua Alberto Rosa, 154, 2º Andar, Pelotas - RS, 96010-770. | Fone:<br>53 3284-4555 |
| | Site: https://wp.ufpel.edu.br/ri/<br>e-mail: ri@ufpel.edu.br |
| Diretor da Unidade: João Nascimento Hobuss | Gestão:<br>2014-atual |
| Coordenadora do Colegiado: Fernanda de Moura Fernandes | Gestão:<br>2020-atual |

| | |
|---|---|
| Número de Vagas do Curso: 55 vagas anuais | Modalidade: Presencial |
| Regime Acadêmico: Semestral | Carga Horária Total: 2.700 |
| Turno de Funcionamento: Noturno | Tempo de Integralização:<br>Mínimo: 8 semestres<br>Máximo: 14 semestres |
| **Titulação Conferida: Bacharel em Relações Internacionais** | |
| **Ato de autorização do curso:**<br>Parecer favorável do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) conforme Portaria No. 1827, de 23/11/2012. | |
| **Reconhecimento do Curso:**<br>Curso criado pela portaria 1827 de 23 de novembro de 2012.<br>Curso reconhecido pela Portaria nº 70 de 29/01/2015. Publicada no D.O.U. de 30/01/2015.<br>Renovação do reconhecimento Portaria nº 272 de 03/04/2017. Publicada na Seção 1, página 129 do D.O. de 04/04/2017. | |
| **Resultado do ENADE no último triênio:** 3 | |
| **Conceito de Curso (CC):** 3 (avaliação in loco realizada de 03/09/2014 a 06/09/2014) | |
| **Formas de ingresso:** Conforme disposto no Título II, da Resolução COCEPE nº 29, de 13 de setembro 2018, estão previstas as seguintes formas de ingresso no Curso: SISU/ENEM; PAVE; Reopção; Reopç compulsória; Processo Seletivo Complementar; Transferência Voluntária; Portador de Diploma de Cur Superior; Regime Especial; Vagas para ações de cotas afirmativas. | |
| Relação de convênios vigentes do curso com outras instituições: | |

## 1.2.2. Histórico e Contexto do Curso de Relações Internacionais

Na UFPel, a iniciativa para o estabelecimento do curso de Bacharelado em Relações Internacionais se deu a partir do ano de 2010, com a identificação da oportunidade de vinculação institucional, seleção de corpo docente e organização do primeiro Projeto Pedagógico (UFPEL, 2011). Nesse contexto, o curso foi formalmente criado pela Portaria nº 1827 de 23 de novembro de 2012, amparado pela adesão institucional ao REUNI, supra mencionado. O curso obteve seu Reconhecimento pela Portaria nº 70 de 29/01/2015 (Publicada no D.O.U. de 30/01/2015) e renovação do reconhecimento pela Portaria nº 272 de 03/04/2017 (Publicada na Seção 1, página 129 do D.O.U de 04/04/2017). A criação do curso

na UFPel resultou da confluência de dois fatores: (i) do aumento na demanda, nas últimas décadas, por profissionais com conhecimentos com interface internacional, seja em âmbito nacional, estadual ou local; (ii) das políticas públicas de um momento que permitiu, tanto a expansão institucional, quanto a interiorização da área de Relações Internacionais no Brasil (PFRIMER, OKADO, 2019; MAIA, 2020).

Cabe destacar que à época da criação do curso na UFPel, ainda não existiam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de RI no Brasil, tendo sido o primeiro Projeto Pedagógico do Curso finalizado em março de 2011 (sem passar por alterações até o ano de 2020). Os documentos que permitiriam identificar parâmetros para a autorização e reconhecimento de cursos de Relações Internacionais no Brasil passaram por modificações ao longo dos anos, informadas pelas Diretrizes de formação específica do ENADE 2009, 2012 e 2015 (com diferenças nos conteúdos exigidos no último documento) (INEP, 2009; 2012;2015) e pelo Catálogo Nacional de Cursos de 2010.

A discussão nacional sobre as DCNs avançou significativamente a partir de 2013, quando a Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) apresentou ao Conselho Nacional de Educação (CNE), proposta preliminar de DCNs (ABRI, 2017). No âmbito do CNE, o debate se estendeu até 2017, quando, finalmente, as DCNs foram aprovadas (BRASIL, 2017). Tal documento representa significativa contribuição da comunidade acadêmica para a consolidação da, relativamente recente, área das Relações Internacionais, tanto no Brasil, quanto no mundo[8].

No Brasil, a primeira universidade a oferecer o curso de Bacharelado em Relações Internacionais foi a Universidade de Brasília em 1974. Contudo, foi a partir dos anos 1990 que houve a criação e ampliação dos cursos de graduação em Relações Internacionais no país, primeiramente nas universidade privadas e, após os anos 2000, nas universidade públicas (PFRIMER, OKADO, 2019; MAIA, 2020).

Entre as políticas públicas fundamentais para a expansão e interiorização do ensino superior no país, destacam-se o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Programa para Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Tais

[8] Enquanto Gonçalves (2003) data a origem do campo das Relações Internacionais no imediato pós I Guerra Mundial, Schmidt (1998) defende que discussões acadêmicas norte-americanas sobre a Teoria do Estado, anteriores a esse período, criaram as bases para a disciplina. O primeiro curso de Relações Internacionais foi criado em 1919 na Universidade de Aberystwyth, no país de Gales, Reino Unido. Também no Reino Unido, o Royal Institute of International Affairs, criado em 1920, foi o primeiro centro acadêmico e de pesquisa em Relações Internacionais (OLSON, GROOM, 1991; SCHMIDT, 2013).

políticas públicas favoreceram a abertura de vários cursos de Relações Internacionais nas universidades federais, inclusive naquelas novas, recém criadas no período (PFRIMER, OKADO, 2019; MAIA, 2020).

O curso de RI da UFPel foi beneficiado por este conjunto de políticas públicas nacionais. Destaca-se que não existia em Pelotas curso nesta área de formação acadêmica. O motivo inicial para a oferta de vagas pela UFPel foi o impulso à integração regional no Mercosul, observado desde a década de 1990 com importante impacto para a região. Além disso, as ações de internacionalização cada vez mais presentes no município, no mesmo período, favoreceram o surgimento de novas oportunidades de inserção profissional, tanto em Pelotas quanto na região tais como: negócios internacionais; ações de cooperação internacional descentralizada (paradiplomacia ou diplomacia federativa); cooperação e integração transfronteiriça; instituições regionais (Mercosul, ALADI); *Think Tanks*; e consultorias e assessorias internacionais.

Assim, em um primeiro momento, o curso esteve vinculado institucionalmente à então Pró-reitoria de Graduação, sendo em 2013 incorporado pelo Centro de Integração do Mercosul (CIM) quando de sua transformação em unidade acadêmica no âmbito da UFPel. Nota-se que naquele momento, o curso de RI era o único Bacharelado vinculado ao CIM (enquanto os demais cursos eram tecnólogos em Hotelaria, Gestão Ambiental e Transportes Terrestres), com o maior número de discentes em toda a unidade até seu desligamento do mesmo, em 2019.

Motivado por uma necessidade de reorganização administrativa e institucional[9], o curso de RI foi transferido para o Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP), o qual historicamente congrega áreas com as quais o curso de RI dialoga epistemologicamente, considerando tanto o Eixo de Formação Estruturante, quanto o Eixo de Formação Interdisciplinar previstos nas DCNs (BRASIL, 2017).

De matriz multidisciplinar, as RI "constituem um objeto cujo estudo é hoje um local privilegiado de encontro de diversas Ciências Sociais" (BRAILLARD, 1990, p. 82). A compreensão de questões próprias das Relações Internacionais só se estabeleceu, e tem sido possível, pela articulação de um conjunto variado de conhecimentos. Se discutir os conflitos do início do século XX demandou o trato de disciplinas como História, Geografia, Direito, Economia, Sociologia, discutir o porquê das transações tecnológicas, dos conflitos de matriz cultural e dos impactos de uma pandemia exigem o manuseio de tantas outras disciplinas que

[9] Para maiores detalhes ver o Processo SEI nº 23110.060554/2018-51. A demanda foi aprovada no Conselho Superior Universitário (CONSUN) em 08 de novembro de 2019.

se tornam estruturantes do campo: Teoria de Relações Internacionais, Economia Política Internacional, Política Externa, Segurança e Defesa, Organizações Internacionais, Ciência Política. Debates nos círculos políticos e acadêmicos têm assentado as bases das Relações Internacionais tal como o desenvolvimento do campo tem se mostrado profícuo e sólido.

Destacam-se a contribuição e o alinhamento dos objetivos do Curso de Relações Internacionais (estabelecido pelas novas DCNs) para o PPI da UFPel. Enquanto o objetivo do Bacharelado de Relações Internacionais "[...] é formar profissionais que possam exercer atividades com interface internacional nas esferas pública e privadas" (BRASIL, 2017, p. 1), o PPI UFPel ressalta que os Cursos de Graduação da UFPel tem como objetivo a:

> [...] formação de profissionais com competências e habilidades que lhes possibilite a inserção no mundo do trabalho, de maneira a melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, do ponto de vista do conteúdo, sem descurar de seu desenvolvimento do ponto de vista social e humanístico (UFPEL, 2003, p. 8).

No contexto contemporâneo, no qual o protagonismo nas relações internacionais não inclui apenas os Estados, mas também diversos outros atores sociais e indivíduos, o profissional de RI possibilita a interação entre os atores de diversos níveis – local, regional, nacional e internacional – para a promoção e difusão de diferentes instrumentos de desenvolvimento, análise, cooperação, negociação, gestão, entre outros.

Desde o seu estabelecimento, o Curso de Relações Internacionais foi proposto como um curso noturno, alinhado às ações do REUNI[10]. Nesta perspectiva inclusiva, o Curso de RI da UFPel oferece anualmente 55 vagas, sendo 44 dessas pelo SISU/ENEM e 11 pelo PAVE[11], com entrada no 1º semestre de cada ano letivo. Ambas modalidades de ingresso reservam vagas em cumprimento à Lei 12.711/2012[12] e à Resolução COCEPE/UFPel 15/2015[13]: No SISU/ENEM 22 das 44 vagas e no PAVE 9 das 11 vagas (MEC SISu, 2019; UFPEL Portal Institucional, 2020). Ademais, o curso atende os critérios e procedimentos de seleção para ingresso em cursos de graduação da UFPel nas modalidades Reopção, Reingresso,

---

[10] Sobre o alinhamento acerca dessa opção, é importante lembrar que, naquele momento: "As ações do programa [REUNI] contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país" (BRASIL, 2014,p 31).

[11] O Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE) é uma modalidade alternativa de ingresso à graduação por meio de avaliação seriada composta por três etapas ao longo do Ensino Médio e coordenada pela COODEC/UFPel (UFPEL Pave, 2020).

[12] A Lei 12.711/2012 versa sobre vagas de ingresso ao ensino superior e técnico público federal para alunos provenientes do ensino básico público, pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social.

[13] A Resolução COCEPE/ UFPel 15/2015, em consonância com a Lei 12.711/2012, cria dez vagas especiais para alunos provenientes de comunidades quilombolas e indígenas.

Transferência e Portador de Diploma de Ensino Superior, de acordo com a Resolução COCEPE/UFPel 05/2016.

O portal institucional da UFPel, além de divulgar informações gerais sobre o Curso e seu atual corpo docente e discente, também divulga seus egressos. Até o primeiro semestre de 2020, constavam dos registros 206 discentes cursando e 207 egressos (UFPEL, 2020). Ainda que a UFPel tenha desenvolvido um portal institucional para o acompanhamento de egressos, o número reduzido de cadastros realizados motivou membros do NDE para o desenvolvimento da primeira pesquisa sobre o perfil dos egressos, no ano de 2020, em celebração aos dez anos do Curso, bem como, do contexto das discussões para a reforma deste PPC.

A concepção do presente PPC foi fruto de debates e discussões entre os docentes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de RI, participação do técnico administrativo, bem como diálogos com o corpo discente[14]. A dinâmica de trabalho foi estabelecida por comissões e diversas reuniões deliberativas ao longo do primeiro e segundo semestres de 2020[15]. Por ocasião dos dez anos de existência do curso, esta foi uma oportunidade de proceder à revisão crítica e ao aperfeiçoamento do curso sob vários aspectos.

A constante transformação da área, tanto nos debates acadêmicos, quanto no mundo do trabalho; o estabelecimento das DCNs em 2017, bem como a constante atualização de outras legislações federais para temas diversos no ensino superior; a realocação do curso para uma nova unidade acadêmica em 2019; a adequação ao PPI/UFPel e ao PDU (Plano de Desenvolvimento de Unidade) de sua nova Unidade, o IFISP; a adequação às regras e normas legais de regulação e avaliação do MEC; e por fim, a adequação aos instrumentos de avaliação do INEP/MEC, são algumas das principais razões que justificaram a necessidade de reestruturação do PPC do curso de RI da UFPel.

---

[14] Dada a urgência da reforma e considerando que os trabalhos ocorreram de forma remota durante o período de pandemia pela Covid-19, os diálogos com o corpo discente foram realizados por meio da plataforma de Webconferência fornecido pela UFPel. Para tanto, foi registrada uma ação, no âmbito do Projeto de Ensino 2970 - Relações Internacionais da UFPel: seus 10 anos e novas perspectivas. A ação 11281 - Diálogos com o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Relações Internacionais: a reforma do Projeto Pedagógico, contou com reunião ao vivo, no dia 11/09/2020 e estimulou o envio de contribuições discentes, via encaminhamento das demandas para o Colegiado de Curso.

[15] A dinâmica dos trabalhos se deu a partir da aprovação da agenda, bem como da divisão das tarefas em diferentes comissões. Os textos preparados pelas comissões foram consolidados, gradativamente, ao longo das semanas de trabalho, em um esboço de documento final. Este documento esteve disponível para acesso constante - por todos os membros do NDE - em ferramenta de compartilhamento de arquivos virtual (*google docs*). Esta estratégia permitiu que todos os membros pudessem realizar inserções, comentários, sugestões e contribuições, a qualquer tempo ao longo dos meses.

### 1.2.3. Legislação considerada no PPC

A concepção do presente documento, assim como as alterações nele realizadas, consideraram as seguintes legislações federais e normas institucionais da UFPel:

**CONSTITUIÇÃO**

Constituição Federal de 1988.

**LEIS**

- Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 (Plano Nacional de Educação).
- Lei 12.711/2012, que dispõe sobre vagas de ingresso ao ensino superior e técnico federal para alunos provenientes do ensino básico público, pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social.
- Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.
- Lei 11.645 de 10 de março 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indigena.
- Lei 10.861/2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
- Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB) , nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 .

**DECRETOS**

- Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n.° 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da lei n.° 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e dispõe sobre a língua brasileira de sinais - LIBRAS, e a obrigatoriedade de sua inclusão como disciplina curricular.
- Decreto nº 5296, de 02 de dezembro 2004, que dispõe sobre condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida: citada na legislação do projeto, considerada nas ações do curso e no texto do projeto que dispõe sobre as Diretrizes.

**RESOLUÇÕES (Conselho Nacional de Educação)**

- Resolução CNE/CES nº4 de 04 de outubro de 2017, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; e as Políticas de educação ambiental (Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002).
- Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

**PORTARIA (MEC e INEP)**

- Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Portaria nº 242, de 10 de junho de 2015, que dispõe sobre o ENADE para a área de Relações Internacionais.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Portaria nº 209, de 22 de junho de 2012. Publicada no Diário

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Portaria nº 133 de 24 de junho de 2009, que dispõe sobre o ENADE para a área de Relações Internacionais.

**RESOLUÇÕES (UFPel)**

- Resolução COCEPE nº 06, de 10 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o Regulamento da integralização das atividades de extensão nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL e dá outras providências.
- Resolução COCEPE nº 42, de 18 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Regulamento da curricularização das atividades de extensão nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL e dá outras providências.
- Resolução COCEPE nº 29, de 13 de setembro de 2018 - Regulamento do Ensino de Graduação na UFPel.
- Resolução COCEPE nº 22 de julho de 2018 - Dispõe sobre as diretrizes de funcionamento do Núcleo Docente Estruturante - NDE, dos Cursos de Graduação da UFPel.
- Resolução COCEPE nº 06 de 12 de abril de 2018 - Aprova o Plano de Planejamento Estratégico de Internacionalização da Universidade Federal de Pelotas.
- Resolução COCEPE nº 27 de 14 de setembro de 2017, que aprova indicadores de qualidade para os projetos, programas e atividades de Ensino à Distância.
- Resolução COCEPE/UFPel 05/2016, cria as modalidades de Reopção, de Reingresso, de Transferência e de Portador de Diploma de Ensino Superior.
- Resolução CONSUN nº 13 de novembro de 2015, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPel 2015-2020.
- Resolução COCEPE/UFPel 15/2015, cria dez vagas especiais para alunos provenientes de comunidades quilombolas e indígenas.
- Resolução COCEPE 03/2009 - UFPel como parte Concedente (estágio)
- Resolução COCEPE 04/2009 - UFPel como Instituição de Ensino (estágio).
- Resolução COCEPE nº 02/2006 - Dispõe sobre o Tempo de Permanência dos acadêmicos na UFPel.

**<u>OUTROS NORMATIVAS</u>**

- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - Versão 2017 - Autorização (considerado nas Diretrizes para Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso da UFPel).
- Regimento Geral da UFPel, 22 de abril de 1977.
- Projeto Pedagógico Institucional - PPI, 2003.
- Diretrizes para Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso da UFPel.

- Plano de Desenvolvimento das Unidades, 2019.

Tomadas em seu conjunto, tais regulamentações fundamentam o PPC do curso de RI da UFPel, garantindo seu alinhamento e cumprimento às exigências institucionais e legais.

# 2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

## 2.1. PRESSUPOSTOS E ESTRUTURA DO PPC

A estrutura curricular do curso de Relações Internacionais da UFPel atende à Resolução CNE/CES nº4 de 04 de outubro de 2017 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de graduação em Relações Internacionais no país, abrangendo os quatro grandes eixos temáticos entre si: Eixo Estruturante; Eixo de Formação Interdisciplinar; Eixo de formação voltado à atividade profissional e Eixo de Formação Complementar (Art. 5º, incisos I a IV, BRASIL, 2017).

Além das DCNs, este PPC levou em consideração as legislações pertinentes aos Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012); às relações Étnico-Raciais (Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004); a linguagem brasileira de Sinais - LIBRAS (Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005) e educação ambiental (Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012).

As três dimensões formativas que orientaram este PPC estão dispostas no Art. 124 do Regulamento de Ensino de Graduação da UFPel (UFPEL, 2018, p.24), a saber:

a) Formação Específica: o conjunto de componentes curriculares determinado pela legislação vigente aos cursos de graduação, de caráter obrigatório e opcional.

b) Formação Complementar: o conjunto de atividades complementares, assim definido no projeto pedagógico de curso, observando, ainda, a legislação vigente aos cursos de graduação em nível de bacharelado, tecnologia e licenciatura.

c) Formação em Extensão: a curricularização das atividades extensionistas para integralização de carga horária obrigatória, conforme legislação.

## 2.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O curso de Relações Internacionais está de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPel 2015-2020 e está fundamentado no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), aprovado em 1991 e atualizado em 2003, bem como no Plano Nacional de Educação (PNE) instituído em 2014.

A UFPel está pautada nos princípios da Administração Pública (moralidade, impessoalidade, legalidade, eficiência e publicidade) e deve basear-se pelo compromisso com a democracia, com a natureza pública e gratuita da instituição, além disso está fundamentada na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão e com a permanente atenção aos interesses da coletividade da região da metade sul do RS (UFPEL, 2015, p.6).

Neste contexto, impõe-se a necessidade de pactuar uma concepção acadêmica que verdadeiramente integre o ensino, a pesquisa e a extensão; que atenda aos interesses da coletividade; que assegure um processo de ensino-aprendizagem interativo; que considere a aplicação das novas tecnologias nesse processo; e que respeite e se adeque às individualidades de cada acadêmico.

A gestão acadêmica da UFPel contempla o ensino, a pesquisa e a extensão, primando pela sua articulação. Estas são partes integrantes da formação acadêmica e da prática cotidiana da comunidade universitária. Embora devam ser consideradas do ponto de vista da integralidade da formação do estudante, além de objetivos comuns, o desenvolvimento acadêmico pleno será atingido também pelo cumprimento dos objetivos específicos de ensino, pesquisa e extensão (UFPEL, 2015, p.6).

No âmbito dos objetivos estratégicos do PDI, podemos destacar alguns que estão relacionados diretamente com o curso de Relações Internacionais (UFPEL, 2015, p.7):

- Consolidar as políticas de internacionalização da UFPEL;
- Incrementar e institucionalizar políticas de integração e intercâmbio com outras universidades e organizações;
- Produzir e disseminar conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos;
- Assegurar o equilíbrio entre as ações do ensino, da pesquisa e da extensão.

Na esfera do PPI, o profissional egresso das diversas áreas da UFPel deverá ser capaz de (UFPEL, 2003, p.8):

a) agir dentro de um paradigma de meta-reflexão;
b) pautar-se pelos princípios da ética, igualdade, respeito e democracia;
c) ler a realidade na qual vai intervir e refletir sobre ela;
d) propor soluções para os diversos problemas nessa realidade;
e) juntar teoria e prática nas ações que visem à melhoria de vida do povo;
f) trabalhar colaborativamente na criação de ações transformadoras.

## 2.3. CONCEPÇÃO DO CURSO

O curso de RI da UFPel tal como estabelecido no Art. 3° das DCNs (BRASIL, 2017), é oferecido em nível de graduação, na modalidade Bacharelado. Ofertado anualmente no período noturno, o curso preza pelo princípio da universalidade e ampliação do acesso ao ensino superior, contribuindo para diminuir as desigualdades e dinâmicas de exclusão socioeconômica e cultural no país.

Oferece uma formação humanística, generalista e multidisciplinar, com base nos quatro grandes eixos de formação - estruturante, interdisciplinar, profissional, complementar - das DCNs (BRASIL, 2017), expressa da seguinte forma: (i) em disciplinas que abordam um conjunto de conteúdos capazes de distinguir o campo de conhecimento próprio das Relações Internacionais; (ii) projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelo seu corpo docente e discente, em sintonia com as demandas acadêmicas e comunitárias; (iii) atividades complementares que prezem pela diversidade étnico-cultural, pela promoção da cidadania, pelo respeito aos direitos humanos, pela proteção ambiental e pelo fortalecimento da

democracia; e (iv) com atenção as demandas e transformações do mundo do trabalho, seja em âmbito local, regional, nacional e internacional.

## 2.4. JUSTIFICATIVA DO CURSO

O curso de RI da UFPel se justifica pela necessidade de formar profissionais capazes de compreender e atuar nos processos de internacionalização das diversas atividades públicas e privadas que possuem uma interface com o meio externo. Em Pelotas, especialmente, o profissional pode contribuir na promoção das relações fronteiriças por meio da cooperação descentralizada, seja em relação às cidades gêmeas ou na implementação dos protocolos de irmanamento de cidades; na promoção dos negócios internacionais, com ênfase na área de comércio exterior e na internacionalização das empresas locais; e na prestação de consultorias e assessorias em áreas afetas às RI, como a cultura, o meio-ambiente, o desenvolvimento sustentável a saúde global, entre outras.

O fato da UFPel ser reconhecida como uma referência no ensino superior faz com que estudantes dos municípios vizinhos – por exemplo, Canguçu, Turuçu, São Lourenço, Rio Grande e Bagé – cursem a graduação de RI em Pelotas, sem ter a necessidade de se deslocarem para a capital do estado (Porto Alegre) ou para os grandes centros do país. Ademais, o curso também atrai estudantes de outras regiões brasileiras, que por meio do sistema SISU/ENEM, têm optado por cursar a graduação em RI na cidade de Pelotas. A proximidade com a fronteira do Uruguai também confere um diferencial nas oportunidades de vivência social e cultural aos discentes de outras regiões do estado e do país.

No âmbito universitário e acadêmico, em virtude do processo recente de internacionalização da UFPel, o curso pode contribuir também na implementação dos convênios de mobilidade na instituição, bem como na promoção de outras iniciativas, como acordos que envolvam organismos internacionais ou governos estrangeiros no âmbito da cooperação educacional internacional.

Desde os anos 1990, a crescente interação entre o local e o global aumentou a visibilidade da área e a demanda por profissionais de Relações Internacionais, no país. Um exemplo disso é o processo de expansão do número de cursos de RI pelo Brasil a partir dos

anos 1990 com pico nos anos 2000 (MAIA, 2020). A UFPel ilustra como contribui, por meio do curso de Relações Internacionais, no processo de capacitação de recursos humanos do país.

## 2.5. OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UFPel tem por objetivo promover a formação humanista e multidisciplinar, fundamentada nas DCNs da área (BRASIL, 2017). Em conformidade com o disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (UFPEL, 2003), bem como no Art. 3º das DCNs (BRASIL, 2017), o objetivo geral do curso de Bacharelado em Relações Internacionais contempla formação para a compreensão e atuação em complexos e dinâmicos contextos com interação internacional, com compromisso ético, igualdade, respeito a democracia, dentro dos princípios de responsabilidade social e justiça. Desta forma, busca-se articular os conhecimentos do eixo Estruturante das DCNs aos demais eixos (Interdisciplinar, Complementar e Profissional).

Por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, promove a formação de sujeitos atuantes nas diversas arenas dos setores público, privado e não governamental, como agentes das Relações Internacionais, relacionando problemas e soluções locais, nacionais e internacionais.

Como **objetivos específicos,** podem-se listar os seguintes:

- Discutir a inserção externa do Brasil, as oportunidades e os desafios para o desenvolvimento e sua correlação com o seu ambiente doméstico;

- Promover visão crítica acerca da atuação dos diversos atores no âmbito público, privado e não governamental;

- Formar agentes promotores do desenvolvimento social, com base em uma perspectiva internacional, multidisciplinar e multicultural;

- Formar agentes, mediadores e interlocutores entre instituições, empresas, organizações não governamentais, secretarias, comissões e suas contrapartes, capazes de planejar e executar políticas, programas, projetos e/ou intercâmbios de natureza internacional;

- Desenvolver projetos voltados para a área de ensino, pesquisa e extensão em Relações Internacionais.

# 2.6. PERFIL DO EGRESSO

Questões internacionais não são exclusivas dos atores estatais e, para além dos Estados, diferentes atores sociais convivem com a necessidade e o desafio de estabelecer relações internacionais em todas as suas dimensões (MINGST, 2009). A partir desse pressuposto, com base na Projeto Pedagógico Institucional da UFPel (UFPEL, 2003), bem como das competências e habilidades previstas no Art. 4º das DCNs (BRASIL, 2017), o Bacharel em Relações Internacionais da UFPel, pautado pelos princípios da ética, igualdade e respeito a democracia, deve:

a) possuir capacidade de compreensão dos complexos fenômenos internacionais;

b) utilizar teorias e conceitos próprios do campo de Relações Internacionais, bem como seus métodos, na análise empírica, histórica ou contemporânea;

c) possuir capacidade de leitura, compreensão e elaboração de textos, atos, pesquisas e documentos relativos à sua área de atuação;

d) ser proativo na solução de problemas - conectando, na medida do possível, as esferas local, regional e global;

e) possuir capacidade de planejamento e execução de políticas, projetos, análises, entre outros;

f)possuir capacidade de tomada de decisões - considerando, na medida do possível, aspectos das esferas local, regional e global;

g) possuir habilidades interpessoais raciocínio lógico e postura crítica.

O profissional de RI exerce papel fundamental nas esferas pública, privada, não governamentais, tais como governos, universidades, empresas, organizações internacionais governamentais (OIGs), organizações internacionais não-governamentais (OINGs), consultorias, mercado financeiro, entre outras instituições. Se torna agente demandante e demandado, ativo e altivo no mundo em constante transformação. Cabe a esse profissional atuar de maneira responsável e responsiva na promoção da sustentabilidade do desenvolvimento, das relações sociais, políticas, econômicas e culturais rompendo as barreiras do preconceito e da exclusão social. Ademais, busca promover o debate e o diálogo em prol do conhecimento, seja científico e/ou tecnológico, na busca incessante de soluções criativas e responsáveis às demandas de toda ordem.

# 2.7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O Curso de Relações Internacionais da UFPel possibilita a formação que contemple o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Art. 4º das DCNs (BRASIL, 2017):

> I - Capacidade de compreensão de questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural, ambiental e social, orientada por uma formação geral, humanística e ética;
> II - Capacidade de solução de problemas numa realidade diversificada e em transformação;
> III - Capacidade de utilização de novas tecnologias de pesquisa e comunicação;
> IV - Habilidades interpessoais (consciência social, responsabilidade social e empatia);
> V - Capacidade de planejar, propor, executar e avaliar ações de promoção do desenvolvimento na escala local, a partir da coerente integração entre teoria e prática;
> VI - Capacidade de planejar e executar estrategicamente a internacionalização de organizações de diferentes tipos;
> VII - Domínio na elaboração, avaliação e aplicação de instrumentos normativos internacionais;
> VIII - Utilização dos métodos quantitativos e qualitativos para análise de fenômenos históricos e contemporâneos de política internacional;
> IX - Raciocínio lógico e expressão adequada de ideias complexas;
> X – Utilização adequada de teorias e conceitos próprios do campo de Relações Internacionais e seu uso na análise de situações concretas;
> XI - Postura crítica com relação a argumentos, evidências, discursos e interpretações, com relação tanto a eventos e processos internacionais, quanto a abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais;
> XII - Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita em língua portuguesa;
> XIII - Capacidade de compreensão em língua estrangeira, em especial em língua inglesa;
> XIV - Capacidade de pesquisa, análise, avaliação e formulação de cenários para atuação na esfera internacional;
> XV - Capacidade de tomada de decisões; planejamento, condução, análise e avaliação de negociações e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;
> XVI - Capacidade de formular, negociar e executar projetos de cooperação internacional."

Para além das competências e habilidades previstas nas DCNs, as diferentes atividades desenvolvidas no Curso também promovem:

- Proatividade para o desenvolvimento da área de atuação do profissional de Relações Internacionais buscando, sempre que possível, conectar as esferas local, regional e global, difundindo-a entre diversos atores.
- Respeito às regras e políticas institucionais, de cortesia, cerimonial e de protocolo;

- Disposição para o aprendizado permanente.

# 3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

## 3.1. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular procurou refletir os pressupostos deste PPC no que pese as DCNs (BRASIL, 2017) dos cursos de Relações Internacionais, o Regulamento do Ensino de Graduação na UFPel (UFPEL, 2018) e outros documentos e legislações que fornecem o suporte institucional e jurídico para a concepção e funcionamento do curso, conforme detalhado no item 2.1 deste PPC. Desta forma, o currículo compreende em sua organização a **formação específica** através da oferta de disciplinas obrigatórias e optativas; a **formação complementar** que abrange atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão de forma, preferencialmente, equilibrada; e, por fim, a **formação em extensão,** integralizada por meio das Atividades Curriculares em Extensão (ACE), as quais consistem na participação ativa dos estudantes em projetos de extensão formalizados institucionalmente, seja pelo próprio curso ou em outros da Universidade.

No âmbito das disciplinas da formação específica, são contemplados os Eixos de Formação Estruturante, Interdisciplinar e Profissional das DCNs. As atividades da formação complementar abrangem os Eixos de Formação Complementar das DCNs, assim como o Interdisciplinar e o Profissional. Quanto às atividades de formação em extensão, incentiva-se, preferencialmente, aquelas relacionadas aos Eixos de Formação Complementar e voltado à atividade Profissional.

A formação específica compreende o número de 2.220 horas, enquanto a formação complementar ocupa 210 horas da disposição curricular e a formação em extensão 270 horas. Note-se que foi observada uma aproximação de horas em relação à formação complementar e em extensão, fazendo com que a nova organização curricular do curso de RI esteja mais sintonizada com as concepções contemporâneas de flexibilidade e interdisciplinaridade na abordagem dos seus diferentes conteúdos teóricos e práticos.

Os membros do NDE que confeccionaram o presente documento realizaram pesquisa na organização curricular de diferentes cursos de Relações Internacionais, observando a recorrência da oferta de determinadas disciplinas que fundamentam os Eixos de Formação Estruturante e Interdisciplinar da área no Brasil. Desta forma, o novo PPC do curso de RI da UFPel procurou estar atento às tendências modernizadoras dos currículos nacionais, sem descuidar da identidade específica e disciplinar das Relações Internacionais enquanto campo acadêmico e científico autônomo.

O perfil desejado do(a) egresso(a) do curso foi considerado na definição de abordagens e ênfases dos componentes curriculares estipulados pelo Regulamento de Ensino da Graduação, distribuídos em disciplinas obrigatórias e optativas, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso (TCC), e estágio curricular não obrigatório.

No que tange ao cumprimento da Lei 11.645 de 10 de março 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, são ofertadas pelo curso e por outros Departamentos colaboradores disciplinas obrigatórias e optativas integrantes da formação específica da matriz curricular. A temática é discutida diretamente nas ementas das disciplinas obrigatórias de Formação Econômica do Brasil e História das Relações Internacionais, oferecidas pelo curso. Em caráter optativo, o conteúdo é tratado nas seguintes disciplinas: Relações Internacionais da África; Etnicidade e Relações Internacionais; Raça e Gênero nas Ciências Sociais; História da África; História da África Colonial; História da África Contemporânea; História da África Lusófona; História da África Contemporânea; Cultura Brasileira e Identidade Nacional; Desenvolvimento Internacional: teorias e estratégias. Ademais, sempre que possível, a temática é abordada nas estratégias de ensino-aprendizagem ou nos projetos do Curso.

Em relação à inserção dos conteúdos previstos na Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Superior, o curso oferta disciplinas integrantes da formação específica da matriz curricular. O tema é tratado na disciplina obrigatória de Proteção Internacional da Pessoa Humana, que trata da temática de Direitos Humanos, Direito dos Refugiados e Direito Humanitário. Conteúdos específicos estão previstos na ementa das disciplinas: Teoria das Relações Internacionais II, Estudos de Integração, Noções de

Comércio Exterior. Transversalmente, estes conteúdos são tratados na disciplina de Direito Internacional I, Regimes e Organizações Internacionais, bem como nos projetos do Curso.

Por fim, destaca-se que a inserção dos conhecimentos concernentes à temática ambiental, conforme Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; e as Políticas de educação ambiental nos currículos da Educação Superior ocorre, pela transversalidade em disciplinas integrantes da formação específica da matriz curricular, como Sociologia, Sociedade e Meio Ambiente. A temática também está prevista na ementa das disciplinas obrigatórias: Teoria das Relações Internacionais II, Noções de Comércio Exterior, Estudos de Integração. Entre as disciplinas optativas, Comércio Internacional e Negócios Internacionais têm tópicos de ementa para a abordagem das questões ambientais. Na medida do possível, a temática também é presente nos projetos do Curso.

# 3.2. TABELA SÍNTESE – ESTRUTURA CURRICULAR

### TABELA 1: TABELA SÍNTESE PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

| FORMAÇÃO | Créditos | Horas |
|---|---|---|
| **A) Formação específica** (estudos de formação geral e de aprofundamento e diversificação das áreas específicas e interdisciplinares) | | |
| Disciplinas obrigatórias | 116 | 1.740 |
| Disciplinas optativas | 24 | 360 |
| Estágio curricular obrigatório | | |
| TCC | 8 | 120 |
| **Soma** | 148 | 2.220 |
| **B) Formação complementar** (ou estudos integradores, para cursos de licenciatura) | | |
| Atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão | 14 | 210 |
| **C) Formação em Extensão** (exceto as já computadas nas formações anteriores realizadas por todos os alunos) | | |
| Atividades Curriculares em Extensão (ACE) | 18 | 270 |
| **TOTAL** | 180 | 2.700 |

# 3.3. MATRIZ CURRICULAR

### QUADRO 3: MATRIZ CURRICULAR

| ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM (nome do curso) |
|---|
| Carga horária total do Curso: 2.700 |
| Carga horária de Formação específica: 2.220<br>Carga horária de Formação complementar: 210 |

| Carga horária de Extensão (exceto as já computadas nas formações anteriores realizadas por todos os alunos): 270 |
|---|

## 1º SEMESTRE

| Código | Deptº ou Unidade | Componente curricular | Cr | T | E | P | EAD | EXT | CH (h) | Pré-Requisito |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06740090 | CG RI | Introdução às Relações Internacionais | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 06740046 | CG RI | Introdução à Ciência Política | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 06730309 | DFIL | Introdução à Filosofia | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 06560133 | DESP | Sociologia | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 06740047 | CG RI | Fundamentos de Economia | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| **Total** | | | **20** | | | | | | **300** | |

## 2º SEMESTRE

| Código | Deptº ou Unidade | Componente curricular | Cr | T | E | P | EAD | EXT | CH (h) | Pré-Requisito |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06740048 | CG RI | História das Relações Internacionais | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740090 |
| 06740049 | CG RI | Teoria Política I | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740046 |
| 06740050 | CG RI | Geopolítica | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 06740051 | CG RI | Noções de Comércio Exterior | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740047 |
| 06740052 | CG RI | Formação Econômica do Brasil | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| **Total** | | | **20** | | | | | | **300** | |

## 3º SEMESTRE

| Código | Deptº ou Unidade | Componente curricular | Cr | T | E | P | EAD | EXT | CH (h) | Pré-Requisito |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06740053 | CG RI | História da Política Externa Brasileira I | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740048 |
| 06740054 | CG RI | Teoria Política II | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740049 |
| 06740091 | CG RI | Teoria das Relações Internacionais I | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740090 |
| 06740095 | CG RI | Direito Internacional I | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 06740021 | CG RI | Economia Internacional | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740047 |
| **Total** | | | **20** | | | | | | **300** | |

## 4º SEMESTRE

| Código | Deptº ou Unidade | Componente curricular | Cr | T | E | P | EAD | EXT | CH (h) | Pré-Requisito |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06740055 | CG RI | História da Política Externa Brasileira II | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740053 |
| 06740092 | CG RI | Teoria das Relações Internacionais II | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740091 |
| 06740014 | CG RI | Direito Internacional II | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740095 |
| 06740056 | CG RI | Estudos de Integração | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740091 / 06740021 |
| 06560134 | DESP | Metodologia das Ciências Sociais | 4 | 4 | | | | | 60 | 06560133 |
| **Total** | | | **20** | | | | | | **300** | |

## 5º SEMESTRE

| Código | Deptº o Unidad | Componente curricular | Cr | T | E | P | EAD | EXT | CH (h) | Pré-Requisito |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06740057 | CG RI | Regimes e Organizações Internacionais | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740095 / 06740092 |
| 06740018 | CG RI | Proteção Internacional da Pessoa Humana | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740014 |
| 06740093 | CG RI | Metodologia Aplicada às Relações Internacionais | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 / 06560134 |
| 06740058 | CG RI | Segurança Internacional e Políticas de Defesa | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| | CG RI | Optativa | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| **Total** | | | **20** | | | | | | **300** | |

## 6º SEMESTRE

| Código | Deptº o Unidad | Componente curricular | Cr | T | E | P | EAD | EXT | CH (h) | Pré-Requisito |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06740059 | CG RI | Análise de Política Externa | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740060 | CG RI | Economia Política | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 / 06740021 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Internacional | | | | | | | | |
| 06740061 | CG RI | Negociações Internacionais | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740057 |
| | CG RI | Optativa | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| | CG RI | Optativa | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| **Total** | | | **20** | | | | | | **300** | |

**7º SEMESTRE**

| Código | Deptº c Unidac | Componente curricular | Cr | T | E | P | EAD | EXT | CH (h) | Pré-Requisito |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06740094 | CG RI | Análise de Conjuntura Internacional | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740093 |
| 06740062 | CG RI | Trabalho de Conclusão de Curso I | 4 | 4 | | | | | 60 | Todas as disciplinas obrigatórias até o 6º semestre |
| | CG RI | Optativa | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| | CG RI | Optativa | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| **Total** | | | **16** | | | | | | **240** | |

**8º SEMESTRE**

| Código | Deptº c Unidac | Componente curricular | Cr | T | E | P | EAD | EXT | CH (h) | Pré-Requisito |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06740063 | CG RI | Trabalho de Conclusão de Curso II | 8 | 8 | | | | | 120 | Todas as disciplinas obrigatórias até o 7º semestre |
| | CG RI | Optativa | 4 | | | | | | 60 | |
| **Total** | | | **12** | | | | | | **180** | |

| | |
|---|---|
| **Extensão** (ações não vinculadas a disciplinas já identificadas na matriz como EXT, constando carga horária a ser computada para integralização curricular) | 270 horas - 18 créditos |
| **Atividades Complementares**<br>Realizada durante todo o curso e integralizada no último semestre | 210 horas - 14 créditos |

# 3.4. FLUXOGRAMA DO CURSO

Constitui-se de um desenho representativo dos saberes da área a qual o curso pertence e como estes saberes foram organizados e distribuídos no espaço/tempo de formação, possibilitando visualizar o movimento pedagógico do curso.

## FLUXOGRAMA DO CURSO

| 1° Semestre (300hs/20cr) | 2° Semestre (300hs/20cr) | 3° Semestre (300hs/20cr) | 4° Semestre (300hs/20cr) | 5° Semestre (300hs/20cr) | 6° Semestre (300hs/20cr) | 7° Semestre (240h/16cr) | 8° Semestre (180h/12cr) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11 6740090 4<br>Introdução às Relações Internacionais | 21 6740048 4<br>História das Relações Internacionais<br>6740090 | 31 6740053 4<br>História da Política Externa Brasileira I<br>6740048 | 41 6740055 4<br>História da Política Externa Brasileira II<br>6740053 | 51 6740057 4<br>Regimes e Organizações Internacionais<br>06740095<br>06740092 | 61 6740059 4<br>Análise de Política Externa<br>6740093 | 72 6740062 4<br>TCC I<br>Todas as disciplinas obrigatórias até o 6º semestre | 81 6740063 8<br>TCC II<br>Todas as disciplinas obrigatórias até o 7º semestre |
| 12 6740046 4<br>Introdução à Ciência Política | 22 6740049 4<br>Teoria Política I<br>6740046 | 32 6740054 4<br>Teoria Política II<br>6740049 | 42 6740092 4<br>Teoria das Relações Internacionais II<br>6740091 | 52 6740018 4<br>Proteção Internacional da Pessoa Humana<br>6740014 | 62 6740060 4<br>Economia Política Internacional<br>06740092<br>06740021 | 71 6740094 4<br>Análise de Conjuntura Internacional<br>6740093 | 82 4<br>Optativa<br>6740092 |
| 13 6730309 4<br>Introdução à Filosofia | 23 6740050 4<br>Geopolítica | 33 6740091 4<br>Teoria das Relações Internacionais I<br>6740090 | 43 6740014 4<br>Direito Internacional II<br>6740095 | 53 6740093 4<br>Metodologia Aplicada às Relações Internacionais<br>06740092/06560134 | 63 6740061 4<br>Negociações Internacionais<br>6740057 | 73 4<br>Optativa<br>6740092 | |
| 14 6560133 4<br>Sociologia | 24 6740051 4<br>Noções de Comércio<br>6740047 | 34 6740095 4<br>Direito Internacional I | 44 6740056 4<br>Estudos de Integração<br>6740091 / 6740021 | 54 6740058 4<br>Segurança Internacional<br>6740092 | 64 4<br>Optativa<br>6740092 | 74 4<br>Optativa<br>6740092 | |
| 15 6740047 4<br>Fundamentos de Economia | 25 6740052 4<br>Formação Econômica do Brasil | 35 6740021 4<br>Economia Internacional<br>6740047 | 45 6560134 4<br>Metodologia das Ciências Sociais<br>6560133 | 55 4<br>Optativa<br>6740092 | 65 4<br>Optativa<br>6740092 | | |
| **60h** 6740088 **4**<br>Tópicos Especiais em Teoria das Relações Internacionais I<br>6740092 | **60h** 6740087 **4**<br>Tópicos Especiais em Teoria das Relações Internacionais II<br>6740092 | **60h** 6740086 **4**<br>Tópicos Especiais em Segurança Internacional<br>6740092 | **60h** 6740085 **4**<br>Tópicos Especiais em Estratégia e Defesa<br>6740092 | **60h** 6740084 **4**<br>Tópicos Especiais em História das Relações Internacionais<br>6740092 | **60h** 6740083 **4**<br>Tópicos Especiais em Política Externa<br>6740092 | | |
| **60h** 6740082 **4**<br>Tópicos Especiais em Organizações<br>6740092 | **60h** 6740081 **4**<br>Tópicos Especiais em Regimes Internacionais<br>6740092 | **60h** 6740080 **4**<br>Tópicos Especiais em Governança Global<br>6740092 | **60h** 6740079 **4**<br>Tópicos Especiais em Ciência Política<br>6740092 | **60h** 6740078 **4**<br>Tópicos Especiais em Direito Internacional<br>6740092 | **60h** 6740077 **4**<br>Tópicos Especiais em Proteção Internacional<br>6740092 | | |
| **60h** 6740076 **4**<br>Tópicos Especiais em Economia Política<br>6740092 | **60h** 6740075 **4**<br>Comércio Internacional<br>6740092 | **60h** 6740074 **4**<br>Negócios Internacionais<br>6740092 | **60h** 6740073 **4**<br>Desenvolvimento Internacional<br>6740092 | **60h** 6740072 **4**<br>Sistema Financeiro Internacional<br>6740092 | **60h** 6740066 **4**<br>Etinicidade e Relações Internacionais<br>6740092 | | |
| **60h** 6740071 **4**<br>Cooperação Internacional<br>6740092 | **60h** 6740070 **4**<br>Política Externa Brasileira<br>6740092 | **60h** 6740069 **4**<br>Dinâmica Geopolítica Contemporânea<br>6740092 | **60h** 6740068 **4**<br>Relações Internacionais da África<br>6740092 | **60h** 6740067 **4**<br>Política Comparada<br>6740092 | | | |

| | |
|---|---|
| 18 | **Atividades de Extensão** |
| **270h** | |

| | |
|---|---|
| 14 | **Atividades Complementares** |
| **210h** | |

# 3.5. COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

## QUADRO 4: COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

| Código | Deptº ou Unidade | Componente | Cr | T | E | P | EAD | EXT | CH (horas) | Pré-Requisito |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06740088 | CG RI | Tópicos Especiais em Teoria das Relações Internacionais I | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740087 | CG RI | Tópicos Especiais em Teoria das Relações Internacionais II | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740086 | CG RI | Tópicos Especiais em Segurança Internacional | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740085 | CG RI | Tópicos Especiais em Estratégia e Defesa | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740084 | CG RI | Tópicos Especiais em História das Relações Internacionais | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740083 | CG RI | Tópicos Especiais em Política Externa | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740082 | CG RI | Tópicos Especiais em Organizações Internacionais | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740081 | CG RI | Tópicos Especiais em Regimes Internacionais | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740080 | CG RI | Tópicos Especiais em Governança Global | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740079 | CG RI | Tópicos Especiais em Ciência Política | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740078 | CG RI | Tópicos Especiais em Direito Internacional | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740077 | CG RI | Tópicos Especiais em Proteção Internacional da Pessoa Humana | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740076 | CG RI | Tópicos Especiais em Economia Política Internacional | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740075 | CG RI | Comércio Internacional | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740074 | CG RI | Negócios Internacionais | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740073 | CG RI | Desenvolvimento Internacional | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740072 | CG RI | Sistema Financeiro Internacional | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740071 | CG RI | Cooperação Internacional | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06740070 | CG RI | Política Externa Brasileira Contemporânea | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740069 | CG RI | Dinâmica Geopolítica Contemporânea | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740068 | CG RI | Relações Internacionais da África | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740067 | CG RI | Política Comparada | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06740066 | CG RI | Etnicidade e Relações Internacionais | 4 | 4 | | | | | 60 | 06740092 |
| 06730310 | DFIL | Ética e Relações Internacionais | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 11100062 | DME | Estatística I | 2 | 2 | | | | | 30 | |
| 11100063 | DME | Estatística II | 4 | 2 | | 2 | | | 60 | |
| 20000084 | CLC | Língua Brasileira de Sinais I | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 20000031 | CLC | Inglês Instrumental I | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 20000032 | CLC | Inglês Instrumental II | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 20000584 | CLC | Língua Espanhola I | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 20000585 | CLC | Língua Espanhola II | 4 | 4 | | | | | 60 | 20000584 |
| 20000586 | CLC | Língua Espanhola III | 4 | 4 | | | | | 60 | 20000585 |
| 20000587 | CLC | Língua Espanhola IV | 4 | 4 | | | | | 60 | 20000586 |
| 06560090 | DESP | Sociologia da Globalização | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 06560089 | DESP | Raça e Gênero nas Ciências Sociais | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 06560088 | DESP | Sociologia, Sociedade e Meio Ambiente | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 10910025 | DAA | Antropologia Política | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 10910138 | DAA | Antropologia em Contexto de Conflito | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 10900036 | DH | História da África | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 10900091 | DH | História da África Colonial | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 10900092 | DH | História da África Contemporânea | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 10900064 | DH | História da África Lusófona | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 10900028 | DH | História da América I | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 10900031 | DH | História da América II | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 1660051 | DH | História Platina | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 10900043 | DH | Cultura Brasileira e Identidade Nacional | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 22000060 | CDTEC | Journal Club: Critical reading and evaluation of scientific papers | 4 | 2 | 2 | | | | 60 | |
| 08970125 | CCSO | Tópicos em Administração Pública | 5 | 4 | | | 1 | | 60 | |
| 08970079 | CCSO | Agronegócio | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 08970047 | CCSO | Gestão Ambiental | 4 | 4 | | | | | 60 | |
| 08970186 | CCSO | Gestão de Projetos | 5 | | | 4 | 1 | | 60 | |
| 08970117 | CCSO | Gestão Ambiental e Sustentabilidad | 4 | 4 | | | | | 60 | |

# 3.6. ESTÁGIOS

No Brasil, a Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre os estágios realizados por estudantes no nível superior. De acordo com o previsto em seu Art. 1º, "o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos educandos, na modalidade profissional de jovens e adultos" (BRASIL, 2008). Cabe destacar que o estágio não caracteriza vínculo empregatício de qualquer natureza, não estando previstos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Na área de Relações Internacionais, o Art. 6º das DCNs estabelecem que "o estágio curricular é componente curricular, direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando [...]" (BRASIL, 2017, p. 4), estando a cargo das instituições de ensino superior a escolha da modalidade de estágio a ser realizado pelos estudantes.

Nesse mesmo entendimento, a Resolução nº 29, de 13 de setembro de 2018, que estabelece o Regulamento de Ensino de Graduação da UFPel, define em seu Art. 128 que o estágio "[...] visa ao aprendizado de conhecimentos teórico-práticos próprios da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o mundo do trabalho" (UFPEL, 2018, p. 25).

O projeto pedagógico de Relações Internacionais contempla a possibilidade de realização de estágio na modalidade não-obrigatório, definido conforme o Art. 129 do Regulamento de Ensino de Graduação como "atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória" (UFPEL, 2018, p. 26). Desta forma, a carga horária do estágio não-obrigatório será considerada no eixo de Formação Complementar, observando os dispositivos previstos no item 3.8 deste PPC.

Segundo o Art. 6º da Resolução nº 4 de 08 de junho de 2009, que dispõe sobre a realização de estágios na UFPel, o estágio não-obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estudante e a parte concedente, tampouco direitos trabalhistas ou previdenciários, sendo indispensáveis os seguintes requisitos:

> I - matrícula e freqüência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional e de ensino médio, atestados pela instituição de ensino; II - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a Universidade Federal de Pelotas; III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso (UFPEL, 2009, p. 3)

Conforme previsto no Art. 132 do Regulamento de Ensino de Graduação, o "Termo de Compromisso é o instrumento jurídico imprescindível, que torna oficial o acordo celebrado entre o estagiário, a parte concedente e a instituição de ensino, no qual são definidas as condições de realização do estágio" (UFPEL, 2018, p. 27).

Dentre as condições, destaca-se que a jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a UFPel, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do Termo de Compromisso e ser compatível com as atividades acadêmicas, não ultrapassando o teto de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. Destaca-se que o estágio não poderá exceder 2 (dois) anos na mesma instituição concedente, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência (UFPEL, 2009).

Conforme parágrafo único da Lei 11.778/2008, o **Plano de Atividades** (APÊNDICE II) do estagiário será elaborado em comum acordo pelo(a) docente orientador(a), pela parte concedente e pelo estagiário, e "será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos, à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante" (BRASIL, 2008, s/p).

Caberá ao discente optar ou não pela realização do estágio não-obrigatório, bem como, a identificação de tais oportunidades. Para fins de acompanhamento e avaliação dos estágios não-obrigatórios, as etapas abaixo descritas serão observadas, sobre as quais os discentes também tomam conhecimento, por meio do *site* do Curso.

O Colegiado do curso de Relações Internacionais é responsável por aprovar, acompanhar e avaliar o estudante ao longo do estágio não-obrigatório. Uma vez que a Secretaria receba o pedido para assinatura do **Termo de Compromisso** (APÊNDICE I), juntamente com o **Plano de Atividades** (APÊNDICE II) para realização de estágio não-obrigatório, os mesmos serão encaminhados para um Professor Orientador. O Professor Orientador será responsável por: 1) analisar os documentos e orientar quanto ao seu preenchimento; 2) encaminhar o pedido para ciência e aprovação do Colegiado; 3) abrir um processo individual de registro e acompanhamento de estágio não-obrigatório no Sistema Eletrônico de Informações (SEI)[16].

[16] Ao registrar no SEI, no tipo de processo, recomenda-se padronizar como: "Administração Geral:Pedidos, Oferecimentos e Informações Diversas". Na especificação recomenda-se: "Registro de Estágio não-obrigatório - e o nome do discente". No processo, devem ser incluídos Termo de Compromisso, Plano de Atividades e outros documentos relacionados, como os relatórios, devidamente assinados por Empresa, estagiário e orientador. Os processos são públicos e ficarão registrados no Colegiado de Relações Internacionais, em acompanhamento especial.

Caberá ao docente orientador(a) como responsável pela avaliação das atividades de estágio, nos termos do Art. 7° da Lei 11.788/2008, solicitar a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de **Relatório de Atividades** (APÊNDICE III) desempenhadas pelo estudante no estágio.

Quanto aos planos de atividades e relatórios, observa-se a interface internacional das atividades desenvolvidas - ou suas possibilidades - assim como, sua contribuição para a formação das habilidades e competências exigidas no perfil do egresso.

# 3.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é, de acordo com o Art. 8º das DCNs, componente curricular obrigatório na graduação em Relações Internacionais. Em consonância aos Art. 134 e 135 do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPel, o TCC permite a sistematização do conhecimento adquirido ao longo do curso nas atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir de uma escolha temática discente, afeita às Relações Internacionais, com a anuência e orientação de um docente que ministre aulas no curso.

O desenvolvimento do TCC, enquanto componente curricular, conta com carga horária total de 180 horas distribuídas em dois semestres da seguinte forma:

- 60 horas em **Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I)**, as quais consistem na elaboração de um projeto de pesquisa por parte do discente, junto a um docente orientador(a).
- 120 horas em **Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)**, as quais consistem no desenvolvimento de investigação científica e produção de um artigo científico dela resultante (Trabalho de Conclusão de Curso), ambos compreendidos no processo de orientação a ser combinado entre docente orientador(a) e discente.

A elaboração e apresentação do TCC ocorre individualmente ou em dupla, com a devida anuência do docente orientador(a), sob o formato de artigo científico. Sua elaboração em dupla, portanto, reflete a elaboração em coautoria de um artigo científico. A avaliação ocorre conforme previsto no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso. Em acordo ao Regulamento do Ensino de Graduação (Resolução COCEPE 29/18), seu resultado será emitido por meio de parecer com os conceitos "aprovado" ou "reprovado".

Por fim, em atendimento ao exigido no Art. 8º das DCNs e ao Art. 135 em seus §1º e §2º do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPel, o TCC do curso de graduação em

Relações Internacionais dispõe de regulamento próprio e vigente no qual são estabelecidas todas as diretrizes para sua elaboração, apresentação e avaliação (APÊNDICE IV).

# 3.8. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

No Regulamento de Ensino da Graduação da UFPel, a formação complementar é uma das três dimensões formativas previstas[17], cujo conjunto de atividades para o Curso de Relações Internacionais está definido neste documento, observando a legislação vigente (BRASIL, 2017; UFPEL, 2018). No Art. 5º. das DCNs, o eixo de Formação Complementar, é previsto ao lado dos outros três eixos formativos em Relações Internacionais (estruturante, interdisciplinar e profissionalizante) e é explicado da seguinte forma:

> IV - Eixo de Formação Complementar: As atividades, a que se refere esse eixo de formação, contemplam os conteúdos de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do formando. Seu objetivo é possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, inclusive fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes. As atividades a que se refere o eixo de formação complementar, como a participação em seminários extracurriculares, estágios, palestras, conferências, grupos de pesquisa e eventos de caráter científico e cultural, na promoção da cidadania e do respeito aos direitos humanos, devem prever acompanhamento, orientação e avaliação de docentes do curso, segundo critérios regulamentados no âmbito de cada Instituição de Educação Superior (BRASIL, 2017, n.p).

Considerando esse dispositivo, bem como a abertura prevista no Art. 7o. das DCNs, o qual destaca que as atividades complementares podem ser "[...] inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, atividades culturais, transversais, opcionais, e de interdisciplinaridade" (BRASIL, 2017, n.p), é que o Curso de Relações Internacionais da UFPel oferece uma **listagem com as atividades** a serem consideradas nesta dimensão formativa, com a ressalva de que os casos omissos, serão dirimidos, via demanda apresentada ao Colegiado de Curso, considerando os Regulamentos da UFPel e legislação vigente (APÊNDICE X).

---

[17] Como dito anteriormente, o Regulamento de Ensino de Graduação da UFPel, por meio do seu Art. 124, prevê que o currículo acadêmico dos cursos de graduação da UFPel, compreenda três dimensões formativas: específica (componentes curriculares obrigatórios e opcionais), complementar (definidas no projeto pedagógico de cada curso e legislação vigente) e extensão.

No Curso de Relações Internacionais da UFPel, as atividades complementares constituem parte da carga horária do Curso, em um total de **210 horas**, que deverão ser distribuídas em atividades de ensino, pesquisa e extensão (preferencialmente, observando os tetos de cada grupo). Sobre as atividades de extensão consideradas na formação complementar, importante esclarecer que são consideradas: (i) as participações pelos discentes, como agentes passivos, em atividades desse grupo, como por exemplo, no papel de ouvintes, participantes; (ii) participações como agentes ativos, como por exemplo, ações de voluntariado desenvolvidas em projetos ou ações externos à instituição. Esta ressalva merece destaque uma vez que na UFPel, além das atividades complementares, os acadêmicos deverão integralizar, no mínimo, 270 horas na dimensão formativa em extensão[18], por meio do envolvimento ativo (como por exemplo, no papel de organizadores, colaboradores) em projetos e ações de extensão devidamente formalizados e ativos junto às instâncias da UFPel, conforme disposto no item 3.9 deste PPC (UFPEL, 2020).

Vale também destacar que, contribuindo com metas previstas na Resolução n 06, de 12 de abril de 2018 - sobre o Planejamento estratégico de Internacionalização da UFPel - o curso considerará ações de mobilidade internacional e créditos em idiomas estrangeiros[19] no eixo de formação complementar.

Assim, em conformidade com o Regulamento de Ensino de Graduação da UFPel, as atividades compreendidas na dimensão formação complementar deverão ser integralizadas ao longo do Curso e constarão do histórico escolar dos acadêmicos, desde que validadas pelos Colegiados dos Cursos (UFPEL, 2018).

Para formalizar a validação da totalidade das **210 horas**, cada acadêmico deverá requerer apreciação, junto ao colegiado, por meio da entrega de **Requerimento para**

---

[18] A Resolução COCEPE n. 06, de 10 de dezembro de 2020, prevê integralização o das atividades de extensão nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, a qual destaca em seu Art. 1º: "[...] § 1º Entende-se por integralização das atividades de extensão a inserção obrigatória da formação extensionista do estudante nos cursos de graduação. § 2º Entende-se que **para efeito de integralização como Formação em Extensão a atividade deve proporcionar ao aluno ser membro da equipe e agente ativo da experiência extensionista e não ouvinte ou espectador da mesma**"(UFPEL, 2020, p. 2, grifo nosso).

[19] O referido documento prevê uma série de metas, objetivos e indicadores a serem cumpridos, no que tange à internacionalização da UFPel. Sobre os aspectos relacionados à formação complementar, convém destacar: "META #2: Promover e fomentar uma ambiência acadêmica internacional na UFPel.[...] Estratégia 12: **Estimular os cursos** e programas de graduação e pós-graduação **a reconhecer créditos obtidos a partir de testes de proficiência e do estudo formal de idiomas estrangeiros**, **em parceria com o IsF e CLC na UFPel**" (UFPEL, 2018, p.10). Além disso: "META #5: Preparar os estudantes para desempenhar papel de liderança em seu contexto social e regional, mas com referência nas necessidades globais. [...] Objetivo 5.2: Expandir e promover o estudo de línguas e culturas estrangeiras na UFPel. [...] Indicadores 5.2- UFPel implementará uma política de **reconhecimento do estudo formal de idiomas e cultura estrangeiros como atividade complementar** de graduação e pós-graduação. (UFPEL, 2018, p. 15, grifo nosso).

**aproveitamento de atividades do eixo de formação complementar** (APÊNDICE XI), assinado e instruído com as cópias impressas[20] dos devidos comprovantes, organizados conforme instrução no requerimento.

Os tipos de atividades complementares passíveis de validação pelo Colegiado de Curso, estão previstos no requerimento para aproveitamento de atividades do eixo de formação complementar (APÊNDICE XI). O campo 17 [17. Outras] do requerimento deverá ser utilizado para os casos não previstos, e estará sujeito à apreciação, pelo Colegiado de Curso. Quanto às atividades complementares, destaca-se:

- A carga horária das atividades complementares (**210 horas**, no mínimo) deverá, preferencialmente, ser distribuída ao longo do curso e não poderá ser preenchida com um só tipo de atividade.
- A validação de disciplinas extracurriculares frequentadas em outras instituições de Ensino Superior - bem como em disciplinas de intercâmbio, via convênios da UFPel - depende de avaliação do Colegiado de Curso. Poderão ser aproveitadas como atividade complementar apenas aquelas para as quais não foram concedidas equivalências. Portanto, recomenda-se instruir o processo com o máximo de documentos possível (ementa, histórico, informe de aprovação, entre outros).
- Atividades Complementares realizadas em outra instituição, por estudantes que ingressaram através da modalidade extra-vestibular, poderão ser validadas, desde que tenham sido cumpridas durante o período em que o estudante estava realizando o curso do qual foi transferido.
- Não serão consideradas como atividades complementares, aquelas realizadas no período em que o discente estiver afastado da Universidade por trancamento de matrícula ou abandono de curso.

É de exclusiva responsabilidade do aluno:

- O cumprimento da carga horária mínima de atividades complementares, preferencialmente, ao longo do curso e com atividades diversificadas.

- No semestre da provável formatura, acompanhar as datas e prazos divulgados, pelo colegiado, para a entrega de documentação referente à formação complementar.

[20] O Colegiado do Curso poderá solicitar a apresentação das vias originais a qualquer momento durante o período de análise, para a confirmação da autenticidade dos documentos.

- A adequada comprovação das atividades realizadas através de cópias documentação idônea[21], que será arquivada, em pasta individual na Secretaria.

- Definir a forma como vai organizar e classificar cada um dos documentos comprobatórios de suas atividades complementares, sendo vedado usar o mesmo documento comprobatório para mais de um item.

- A apresentação do requerimento para aproveitamento de atividades do eixo de formação complementar (APÊNDICE XI) à apreciação do Colegiado de Curso, nos prazos previstos a cada semestre, para fins de registros e inclusão no histórico escolar.

O Quadro 5 apresenta a listagem das Atividades Complementares consideradas, bem como o teto de horas a ser observado em cada grupo.

## QUADRO 5: CARGA HORÁRIA MÁXIMA DENTRO DE CADA GRUPO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

| **Atividade** | **Máximo de Horas** |
|---|---|
| **Ensino** | **Até 70 horas** |
| Projeto de Ensino cadastrado por docente do curso de Relações Internacionais ou por docentes de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais. | |
| Atividades de Monitoria (voluntária ou remunerada com bolsa) no curso de Relações Internacionais ou e outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais. | |
| Disciplina cursada em outro curso da UFPel (não aproveitada e não prevista no PPC), relacionada à formação em Relações Internacionais. | |
| Disciplina cursada em outra instituição de ensino, nacional ou internacional, não aproveitada como equivalente e relacionada à formação em Relações Internacionais. | |
| Atividades de ensino variadas (cursos, minicursos, oficinas, *workshops*, capacitações, entre outras), realizadas em instituições nacionais ou internacionais e relacionadas à formação em Relações Internacionais. | |
| Curso em Língua Estrangeira em instituições nacionais e internacionais, públicas ou privadas. | |
| Proficiência em Língua Estrangeira, realizada ao longo do curso em instituição nacional ou internacional pública ou privada. | |
| Estágio Não Obrigatório realizado ao longo do curso de graduação, no qual se observe que, pelo menos, uma das competências e habilidades relacionadas à formação em Relações Internacionais, previstas no Projeto Pedagógico do Curso sejam desenvolvidas. | |
| **Pesquisa** | **Até 70 horas** |
| Projetos de Pesquisa - como Bolsista de Iniciação Científica, remunerado ou voluntário - cadastrados por docentes do curso de Relações Internacionais ou por docentes de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais. | |
| Apresentação de Trabalho e/ou Publicação em anais de eventos acadêmicos e científicos (Semanas Acadêmicas, Encontros de Estudantes, Seminários, Palestras, Conferências, Fóruns, Congresso, entre | |

[21] O Colegiado do Curso poderá solicitar a apresentação das vias originais a qualquer momento durante o período de análise, para a confirmação da autenticidade dos documentos.

| | |
|---|---|
| outros), relacionados à formação em Relações Internacionais. | |
| Publicação de artigo científico completos, em revistas acadêmicas, relacionados à formação em Relações Internacionais. | |
| **Extensão** | **Até 70 horas** |
| Projetos de Extensão cadastrados por docentes do curso de Relações Internacionais ou de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais, não computados para os fins de Ação Curricular em Extensão. | |
| Eventos acadêmicos e científicos (Semanas Integradas da UFPel, Semanas Acadêmicas, Encontros de Estudantes, Seminários, Palestras, Conferências, Fóruns, Congressos, outros) e eventos externos, relacionados à formação em Relações Internacionais. | |
| Participação em ações de voluntariado em organizações da sociedade civil e outras.<br><br>*Mesários, nos termos da Justiça Eleitoral; Jurado, nos termos do Serviço Judiciário; Doação de Sangue será considerada, nos termos da Lei Federal no. 1075, de 27 de março de 1950. | |
| Intercâmbio/Mobilidade Acadêmica em Universidade/Instituição nacional ou internacional conveniada com a UFPel. | |
| **Representação Discente** | **Até 70 horas** |
| Participação e representação estudantil em organizações específicas, tais como Centros Acadêmicos, Diretórios e Uniões de Estudantes, Atléticas, entre outros. | |

O prazo máximo para apreciação de requerimento para aproveitamento de atividades do eixo de formação complementar (APÊNDICE XI) e devidos comprovantes, será 30 dias antes do último dia letivo do último semestre para o término do Curso. Conforme previsto no Art. 126 do Regimento Geral da UFPel, caberá ao Colegiado dirimir quaisquer casos omissos ou não previstos no PPC, sobre as Atividades Complementares.

# 3.9. FORMAÇÃO EM EXTENSÃO

Considerando-se a necessidade de uma formação humanística aos alunos do Curso de Relações Internacionais, para a qual é fundamental a interação com a comunidade, é que esses deverão, obrigatoriamente, integralizar um total de **270 horas**, relativas à dimensão formativa em extensão, por meio de atuação como membro ativo da equipe e agente da atividade extensionista, em **Atividades Curriculares de Extensão (ACEs)**, conforme disposto no Art. 4º, da Resolução Cocepe n. 06, de 20 de dezembro de 2020

Essa exigência se coaduna com o "princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" que rege, contemporaneamente, a missão das universidades públicas brasileiras, dentre elas a Universidade Federal de Pelotas. Esse tema já vinha sendo aventado,

pelo menos desde 1987, ano em que foi instituído o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão – FORPROEX, o qual, em seu primeiro encontro, estabeleceu consensualmente o seguinte conceito de extensão:

> A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.
>
> A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico.
>
> No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX 1987, p. 11).

Um ano depois, em 1988, a Constituição Federal brasileira consagrou, nomeadamente, o princípio da "indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" como regente das universidades públicas brasileiras, no *caput* de seu Artigo 207, *verbis*:

> As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Prosseguindo no tema da importância da extensão universitária na consecução do cumprimento efetivo do papel social da universidade, foi estabelecido no Plano Nacional de Educação 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, em seu item 12.7, *verbis*:

> (A)ssegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

O que foi regulamentado pela Resolução da CES/CNE/MEC Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a qual Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, e dá outras providências, no *caput* de seu Artigo 4º, *verbis*:

> As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

Nessa esteira, a Resolução UFPel/COCEPE Nº 06/2020, considerando a inserção obrigatória da formação extensionista do estudante nos cursos de graduação, instituiu duas possíveis modalidades de integralização desta dimensão formativa, nos Projetos Pedagógicos de Curso, em seu Artigo 4º, nos seguintes termos:

> Art. 4º As formas de integralização das atividades de extensão nos cursos de graduação da UFPel são: Atividades Curriculares em Extensão e caracterização de carga horária prática de disciplinas como extensão (Ext), que assim se apresentam:
> I. Atividades Curriculares em Extensão (ACE) são aquelas nas quais o aluno atua como membro da equipe e agente da atividade extensionista: a) As ACEs realizadas pelo aluno na UFPel devem estar cadastradas no sistema Projetos Unificados/Cobalto como ações ou projetos com ênfase em Extensão. b) As ACEs realizadas em outra instituição de ensino superior, nacional ou não, devem ser validadas pela Coordenação do Curso, observando, necessariamente, a ação desempenhada pelo aluno e a efetiva caracterização como extensão. c) Em qualquer caso, a possibilidade de aproveitamento das ACEs deve estar especificada no PPC do Curso.
> II. A caracterização de carga horária prática de disciplinas como extensão (Ext) deverá ser especificada no PPC, cadastrada no sistema acadêmico, nas disciplinas que efetivamente desenvolverem ações de extensão devidamente cadastradas no sistema Projetos Unificados/Cobalto, como programas, projetos ou ações e aprovadas nas instâncias devidas, devendo ser feita a equivalência da carga horária com o número de créditos.

Em consonância com as regras e diretrizes previstas na mesma Resolução, especialmente seu artigo 6º, a forma de integralização da formação extensionista adotada, no Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas, será por meio das Atividades Curriculares em Extensão (ACEs), as quais, de acordo com a legislação vigente e considerando o total de horas do curso, deverão perfazer um total de 270 horas para cada aluno.

É importante enfatizar que as horas em Atividades Curriculares em Extensão deverão ser cumpridas pelos alunos como membros da equipe e agentes ativos de programas, projetos ou ações de extensão, conforme determina a Resolução UFPel/COCEPE Nº 06, de 10 de dezembro de 2020, no §2º de seu Artigo 1º, *verbis*:

> § 2º Entende-se que para efeito de integralização, como formação em extensão a atividade deve proporcionar ao aluno ser membro da equipe e agente ativo da experiência extensionista e não ouvinte ou espectador da mesma.

Cabe aos docentes Coordenadores de Programas, Projetos ou Ações - cadastradas no sistema Projetos Unificados/Cobalto, com ênfase em Extensão na UFPel - definir os modos de orientação, bem como o desenvolvimento da execução das atividades. A comprovação da integralização dessa carga horária ocorrerá por meio da emissão dos atestados, certificados e relatórios individuais, via Sistema Integrado de Gestão Cobalto, nos prazos previstos no item 3.8 deste PPC.

A mesma Resolução UFPel/COCEPE Nº 06/2020, no parágrafo único do seu Artigo 7º esclarece que: "A oferta e a formação extensionista deverá ocorrer ao longo do período de integralização dos cursos de graduação". Nesse sentido, é de exclusiva responsabilidade do(a) discente, gerenciar os prazos e carga horária para a integralização das suas atividades curriculares de extensão. O aluno, portanto, deverá cumprir as 270 horas em Atividades Curriculares de Extensão, como membro ativo e durante o período acima indicado, ou seja, ao longo do Curso, tanto nos programas, projetos e ações oferecidas pelo Curso de Relações Internacionais, bem como em quaisquer outros programas, projetos ou ações de extensão devidamente cadastrados no sistema Cobalto da UFPel.

Ademais, de acordo com o que dispõe a Resolução da CES/CNE/MEC Nº 7/2018 e cumpridos os requisitos acima de ser membro ativo devidamente comprovado da Atividade Curricular de Extensão e que ela ocorra durante o período do Curso, o aluno poderá cumprir as referidas horas em programas, projetos ou ações de extensão, devidamente cadastrados e certificados, outras universidades ou Instituições de Ensino Superior, cuja fundamentação legal está prevista no Artigo 17 da referida resolução: "As atividades de extensão podem ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes".

O aproveitamento de ACEs de outras instituições de ensino superior, será passível de análise pelo Colegiado de Curso, para validação, desde que, nos documentos comprobatórios seja possível identificar:

- ACEs realizadas em outra instituição de ensino superior, nacional ou não;
- Inequívoca comprovação do papel desempenhado pelo aluno, na atividade;
- Inequívoca e efetiva caracterização como extensão.

Conforme dispõe o texto do Art. 8º Resolução UFPel/COCEPE Nº 06, de 10 de dezembro de 2020, a dimensão formativa será registrada em seu histórico acadêmico com a denominação Atividades Curriculares em Extensão o número de créditos obtidos nesta

modalidade. A comprovação da integralização dessa carga horária ocorrerá por meio da entrega dos certificados de atuação em projetos pelos(as) estudantes, e posterior conferência e validação dos respectivos certificados pelo Colegiado do Curso. A integralização ocorrerá no 8º semestre do curso, mediante solicitação enviada pela Secretaria de curso para os(as) prováveis formandos(as). Em casos excepcionais, poderá ser aceito o atestado com validação digital emitido pelo sistema Cobalto.

O Curso de Relações Internacionais possui projetos e ações de extensão, aos quais os acadêmicos podem vincular-se para o desenvolvimento da dimensão formativa em extensão - como por exemplo, colaboradores, ministrantes, organizadores, etc. - a fim de integralizar a dimensão formativa em extensão. Além das ofertas do Curso, os/as discentes são estimulados a contribuir com seus conhecimentos em atividades de outros cursos, para o exercício da multidisciplinaridade.

## 3.10. REGRAS DE TRANSIÇÃO – EQUIVALÊNCIA ENTRE OS COMPONENTES CURRICULARES

A reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais da UFPel, fruto de debates entre seu corpo docente e discente, teve como principal motivo a adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais, publicadas em 2017. Soma-se a isso, outras legislações federais referentes ao ensino em seus mais diferentes níveis, bem como as normativas estabelecidas pela UFPel.

A natureza do campo de saber das Relações Internacionais é dinâmico e exige uma atenção constante nos debates epistêmicos, metodológicos e conjunturais. Desse modo, a reformulação curricular traz benefícios para a comunidade universitária do curso de Relações Internacionais: (i) adequa e moderniza seu currículo, (ii) garante o pleno acesso a saberes e conhecimentos da área, (iii) guarda, sempre que possível, experiências profissionais ao longo do curso, (iv) compatibiliza e faz cumprir a carga horária dos PPCs vigentes em meio a transição curricular. É oportuno destacar que a reformulação do PPC reduziu a carga horária total do curso de 2.860 para 2.700 horas, não implicando em prejuízo aos discentes quanto ao tempo de integralização.

Dito isso, torna-se clara a metodologia para a transição curricular que norteará a adoção do novo PPC (2020), conforme descrito abaixo:

- O PPC 2020 será aplicado, em sua totalidade, para discentes ingressantes a partir do ano letivo de 2020.
- Os discentes que cursaram 70% ou mais do número de créditos (115 de 164 créditos) exigidos do currículo antigo (PCC 2010) **não** serão migrados para o novo currículo (PPC 2020) por serem prováveis formandos(as).
- Os discentes cursantes dos demais anos de formação **serão migrados** para o novo PPC por meio da equivalência entre os conteúdos das disciplinas cursadas no currículo antigo (PPC 2010) e as disciplinas do currículo atual (PPC 2020). Os critérios de equivalência entre os conteúdos estão dispostos no Quadro 6, ressaltando que a migração será feita de modo automático pela Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA) da UFPel.
- É competência do Colegiado de Curso a análise, o acompanhamento e a orientação dos discentes.
- Os casos excepcionais e omissos serão analisados em reunião pelo Colegiado de Curso, mediante envio de solicitação escrita do/a estudante para o e-mail institucional do curso (ri@ufpel.edu.br).

No que tange os critérios de equivalência, o Quadro 6 sintetiza a compatibilidade entre os conteúdos das disciplinas do curso:

## QUADRO 6: COMPONENTES CURRICULARES EQUIVALENTES PARA ADAPTAÇÃO CURRICULAR

| EQUIVALÊNCIA | | | |
|---|---|---|---|
| **COMPONENTES - CURRÍCULO ANTIGO (2010)** | | **COMPONENTES - NOVO CURRÍCULO (2020)** | |
| CÓDIGO | NOME DO COMPONENTE | CÓDIGO | NOME DO COMPONENTE |
| 06740001 | Ciência Política | 06740046 | Introdução à Ciência Política |
| 06740002 | Epistemologia e Metodologia das Ciências Sociais | 06560133 | Sociologia |
| 06740003 | Organização do Espaço Mundial | 06740050 | Geopolítica |
| 10900147 | História I | 06740048 | História das Relações Internacionais |
| 06740004 | Economia Política | 06740060 | Economia Política Internacional |
| 06740005 | Introdução às Relações Internacionais | 06740090 | Introdução às Relações Internacionais |
| 06740006 | Geografia Comparada da América Latina | | Disciplina Optativa |
| 10900148 | História II | | Disciplina Optativa |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 06740007 | Teoria das Relações Internacionais I | 06740091 | Teoria das Relações Internacionais I |
| 10900149 | História Comparada da América Latina | | Disciplina Optativa |
| 06740009 | Microeconomia | | Disciplina Optativa |
| 06740010 | Direito Internacional I | 06740095 | Direito Internacional I |
| 06740011 | Teoria das Relações Internacionais II | 06740092 | Teoria das Relações Internacionais II |
| 06740012 | Política Comparada e Pensamento Político América Latina | | Disciplina Optativa |
| 06740013 | Macroeconomia | 06740047 | Fundamentos de Economia |
| 06740014 | Direito Internacional II | 06740014 | Direito Internacional II |
| 06740015 | Economia Comparada e Pensamento Econômico América Latina | 06740052 | Formação Econômica do Brasil |
| 06740016 | Política Internacional Comparada | 06740059 | Análise de Política Externa |
| 06740017 | Política Externa Brasileira | 06740053 | História da Política Externa Brasileira I |
| 06740018 | Proteção Internacional da Pessoa Humana | 06740018 | Proteção Internacional da Pessoa Humai |
| 06740019 | Globalização e Processos Integração Regional | 06740056 | Estudos de Integração |
| 06740020 | Cooperação Internacional | | Disciplina Optativa |
| 06740021 | Economia Internacional | 06740021 | Economia Internacional |
| 06740022 | Organizações Internacionais | 06740057 | Regimes e Organizações Internacionais |
| 06740023 | Metodologia Pesquisa Aplicada às Relaçõe Internacionais | 06740093 | Metodologia Aplicada às Relações Internacionais |
| 06740024 | Mercosul | 06740055 | História da Política Externa Brasileira II |
| 06740025 | Ética e Relações Internacionais | 06730309 | Introdução à Filosofia |
| 06740026 | Comércio Exterior e Finanças Internacionai | 06740051 | Noções de Comércio Exterior |
| 06740027 | Análise de Conjuntura Internacional | 06740094 | Análise de Conjuntura Internacional |
| 06740039 | Tópicos Especiais I | 06740058 | Segurança Internacional e Políticas de Defesa |
| 06740040 | Tópicos Especiais II | 06740061 | Negociações Internacionais |
| 20000584 | Língua Espanhola I | | Disciplina Optativa |
| 20000585 | Língua Espanhola II | | Disciplina Optativa |
| 20000586 | Língua Espanhola III | | Disciplina Optativa |
| 20000587 | Língua Espanhola IV | | Disciplina Optativa |
| 20000355 | Inglês I | 20000031 | Inglês Instrumental I |
| 20000356 | Inglês II | 20000032 | Inglês Instrumental II |
| 20000357 | Inglês III | | Horas Complementares |
| 20000358 | Inglês IV | | Horas Complementares |

# 3.11. CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES (ementário e bibliografia)

**1º SEMESTRE**

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Introdução às Relações Internacionais | | | | | | **CÓDIGO**<br>06740090 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | | |
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** | |

**OBJETIVO**
Compreender os fundamentos epistemológicos do objeto de estudo e do campo do conhecimento de Relações Internacionais, a partir da apreensão das definições, conceitos e paradigmas clássicos que alicerçam essa disciplina acadêmica.

**EMENTA**
As Relações Internacionais: objeto de estudo e disciplina acadêmica. O sistema internacional e as relações de poder. Os atores internacionais e seus interesses. Os paradigmas clássicos no estudo das Relações Internacionais: realismo, idealismo, marxismo. O desenvolvimento da área de Relações Internacionais no Brasil.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (ed.). **Handbook of International Relations**. New York: Sage, 2013.
PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais:** temas, atores e visões. Petrópolis: Vozes, 2012.
TICKNER, Arlene B.; WAEVER, Ole (Ed.). **International relations scholarship around the world.** London; New York: Routledge, 2009.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DIAS, Reinaldo. **Relações internacionais:** introdução ao estudo da sociedade internacional global. São Paulo Atlas 2010.
HOLLIS, Martin; SMITH, STEVE. **Explaining and Understanding International Relations.** Oxford/Clarendon Press, 1991.
JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais** – Teorias e abordagens. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2018.
MINGST, Karen A. ARREGUÍN-TOFT. **Princípios de Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
**Revista Contexto Internacional**

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Introdução à Ciência Política | | | | | **CÓDIGO**<br>06740046 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**
A disciplina visa apresentar aspectos introdutórios da disciplina da Ciência Política e da política brasileira pós-1988. Especificamente, aborda o estudo científico da política, do Estado nacional moderno e das relações de poder, assim como apresenta noções sobre instituições políticas, formas de governo e regimes políticos.

**EMENTA**
A disciplina trabalha conceitos fundamentais da Ciência Política, tais como: política, poder e legitimidade e Estado moderno; formas de governo, regimes e instituições políticas; Estado, sistema político e democracia brasileira pós-1988.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

DUVERGER, Maurice. **Ciência política: teoria e método**. Ed. Zahar, Rio de Janeiro. 1981
SARTORI, Giovanni. **A política**. Ed. UnB, Brasília. 1997.
AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio. O (orgs.) **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Fundação Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo, Fundação UNESP. Ed. 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BOBBIO, Norberto**. Estado, Governo e Sociedade. Para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.
BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: UnB, 1985.
MELO, Carlos Ranulfo; SAEZ, Manuel Alcantara (orgs.). **A democracia brasileira: balanço e perspectiva para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo. Cultrix, 1989.
WEFFORT, Francisco. **Os clássicos da política.** Volume I. São Paulo: Ática, 2000.

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Introdução à Filosofia | | | | | **CÓDIGO**<br>06730309 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Departamento de Filosofia | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas:** 60 | **T** | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |
| **Créditos:**4 | 4 | | | | |

**OBJETIVO**

Compreender os principais problemas filosóficos e seus encontros e desencontros com as Relações Internacionais.

**EMENTA**

Exame de temas e problemas relacionados à Filosofia em sua convergência com as Relações Internacionais. Desenvolvimento da capacidade crítica e arte de pensar por meio da história da filosofia. Estudo da forma do pensamento filosófico e seus desdobramentos na história humana.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BITTAR, Eduardo. **Teoria do Estado:** Filosofia Política e Teoria da Democracia. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Filosofia**: 6. Ed. Rio de Janeiro. Zahar:

RACHELS, James; RACHELS, Stuart. **Os elementos da filosofia moral**. 7. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BARBOSA, Evandro; BRESOLIN, Keberson. **Temas de filosofia Política contemporânea**. Caxias do Sul: EDUCS, 2017.

BRESOLIN, Keberson; CHAGAS, Flávia. FERRAZ, Carlos; SANTOS, Robinson. **A filosofia prática de Kant**: Ensaios. Pelotas: NEPFIL, 2014.

BRESOLIN, Keberson; SOUZA, Draiton Gonzaga. **Filosofia e Direito**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

FERRARI, Sônia. **Filosofia Política**. São Paulo: Saraiva, 2019.

MASCARO, Alysson. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2014.

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Sociologia | | | | | **CÓDIGO**<br>06560133 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Departamento de Sociologia e Política | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas:** 60 | **T** | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |
| **Créditos:** 04 | 4 | | | | |

**OBJETIVO**

A disciplina visa discutir o papel que a sociologia desempenha na compreensão das sociedades modernas, desde seu surgimento, no contexto das transformações econômicas, políticas e sociais promovidas pela emergência das sociedades capitalistas industriais da virada do século XVIII e XIX até os dias atuais. Para tal serão abordados os seguintes pontos: o contexto histórico do aparecimento da sociologia; o positivismo de Augusto Comte; a sociologia enquanto ciência; as teorias sociológicas clássicas de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber; tradição, modernidade e pós-modernidade; poder e dominação nas sociedades modernas; e o social e o político na época atual; teorias do desenvolvimento clássica e desigual, teoria da dependência, desenvolvimento e sociedade na época atual.

**EMENTA**

O aparecimento da sociologia e a sua especificidade enquanto ciência. Os clássicos da sociologia. Tradição, modernidade e relações de poder. Desenvolvimento e Sociedade

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CASTRO & DIAS. **Introdução ao pensamento sociológico**. São Paulo: Moraes, 1992.
BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** São Paulo: Graal, 2013.
GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP. 1991.
SELL, Carlos Eduardo. 5. ed**. Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2012.
CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento**

**na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1984.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
BOURDIEU, Pierre. **Espaço social e poder simbólico** *in* Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.
FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976 *in* Defesa da sociedade. São Paulo: Martins fontes, 2005.
QUINTEIRO, Tânia, BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira, OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos.** Belo Horizonte: UFMG, 2009.
SANTOS, Boaventura de Souza. **A construção multicultural da igualdade e da diferença.** Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 4 a 6 de setembro de 1995.
FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
FRANK, Andre Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento:** repensando a teoria da dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.
VIEIRA, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosângela de Lima; FILOMENO, Felipe Amin (Org.). **O Brasil e o capitalismo histórico***:* passado e presente na análise dos sistemas-mundo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
GONZALEZ, Horacio. **O que é subdesenvolvimento***.* São Paulo: Abril Cultural ; Brasiliense, 1985. 122 p.

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Fundamentos de Economia | | | | | **CÓDIGO**<br>06740047 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Compreender os principais conceitos da economia, bem como os fundamentos de microeconomia e de macroeconomia, de forma a identificá-los nos debates e cenários contemporâneos. A disciplina dará especial atenção aos conteúdos relacionados às temáticas que pautam o campo das relações internacionais.

**EMENTA**

Conceito de Economia, origens, objetos e objetivos da ciência econômica. Os problemas econômicos. Sistemas Econômicos. Elementos básicos de micro e de macroeconomia.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**
MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. 4. São Paulo Cengage Learning 2019.
SILVA, César Robero Leite da. **Economia e mercados introdução à economia**. 20. São Paulo Saraiva 2017.
VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Fundamentos de economia**. 4. São Paulo Saraiva 2011.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

LUZ, Rodrigo. **Relações econômicas internacionais e comércio internacional**. 4. Rio de Janeiro Método 2015.
MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de economia política foco na política macroeconômica e nas estruturas de governança**. São Paulo Atlas 2015.
OGAMI, Otto. **Princípios de economia**. 7. São Paulo Cengage Learning 2016.
SILVA, Filipe Prado Macedo da. **Economia política**. Porto Alegre SAGAH 2018.
VICECONTI, Paulo. **Introdução à economia**. 12. São Paulo Saraiva 2009.

## 2º SEMESTRE

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>História das Relações Internacionais | | | | | **CÓDIGO**<br>06740048 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**
Compreender a contribuição da História para o estudo das Relações Internacionais, a partir das diferentes Escolas ou correntes historiográficas clássicas que buscaram compreender a formação do sistema internacional moderno e contemporâneo, bem como sua evolução, em diferentes sociedades e períodos históricos.

**EMENTA**
O surgimento do subcampo de História das Relações Internacionais. A ordem internacional nos séculos XIV-XV: grandes navegações e os povos ameríndios. A ordem de Westphalia e seus (re)significados. A “sociedade internacional” europeia no século XIX. As relações entre a Europa e o continente africano. As grandes transformações da ordem internacional no século XX – guerras, multilateralismo e descolonização.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

SARAIVA, J. F. S. (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. Brasília: Editora Saraiva, 2008.
WATSON, A. **A evolução da sociedade internacional:** uma análise histórica comparativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
RINGMAR, Erik. **History of International Relations:** A Non-European Perspective. Open Book, 2019.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CARR, Edward Hallett. **Que é história?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
BULL, H. A. **A Sociedade Anárquica**. Coleção Clássicos IPRI. Brasília: Editora UnB / São Paulo:Imprensa Oficial do Estado, 2002.
BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. **International systems in world history:** remaking the study of international relations. Oxford: Oxford University Press, 2010.
HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos (O Breve Século XX)**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1997.
RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean Baptiste. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo: Difel, 1967.

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Teoria Política I | | | | | **CÓDIGO**<br>06740049 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Apresentar ao corpo discente as bases e os fundamentos da teoria política moderna, através de alguns de seus principais expoentes: Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Barão de Montesquieu, Alexander Hamilton, James Madison & John Jay, Alexis de Tocqueville, Karl Marx & Friederich Engels.

**EMENTA**

Maquiavel e a gênese da "Ciência Política"; o contratualismo em Hobbes, Locke e Rousseau; Montesquieu e o equilíbrio entre poderes; Hamilton, Madison & Jay e o federalismo; Tocqueville e a democracia; Mark & Engels e a revolução.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BIGNOTTO, Newton. Maquiavel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
WEFFORT, Francisco (org). Os clássicos da política. Vol 1. São Paulo: Ática, 2006.
WEFFORT, Francisco (org). Os clássicos da política. Vol 2. São Paulo: Ática, 2006.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

HOBBES, Thomas [1651]. O Leviatã. Várias edições.
LOCKE, John [1689]. Dois Tratados sobre o Governo. Várias edições
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich [1848]. Manifesto do Partido Comunista. Várias

edições.
MAQUIAVEL, Nicolau [1532]. O Príncipe. Várias edições.
ROUSSEAU, Jean-Jacques [1762]. O Contrato Social. Várias edições.

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Geopolítica | | | | | **CÓDIGO**<br>06740050 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas:** 60 | **T** | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |
| **Créditos:** 4 | 4 | | | | |

**OBJETIVO**

Fornecer as bases teóricas da Geopolítica e as suas interações com as relações internacionais, bem como analisar de maneira crítica as suas bases teóricas. Conhecer, aprofundar e analisar a sua importância para as relações internacionais contemporâneas.

**EMENTA**

Conhecimento dos fundamentos basilares da Geopolítica a partir da Alemanha no final do séc. XIX e seus teóricos clássicos até os dias atuais; Conhecer os avanços epistemológicos da área de maneira crítica e sua importância para o entendimento das relações internacionais contemporâneas: a invenção da Geopolítica; declínio do discurso geopolítico; o debate sobre o Imperialismo; poder espacial no mundo contemporâneo; novas geopolíticas contemporâneas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **Uma breve história da geopolítica**. Rio de Janeiro, Cenegri Edições, 2011.
COSTA, Wanderley M. da. **A geografia política clássica**. Ratzel e os fundamentos de uma Geografia do Estado. Geografia política e geopolítica. Discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Edusp. 1992.
PENNAFORTE, Charles et al. **Panorama Contemporâneo** - Geopolítica e Relações Internacionais. Rio de Janeiro, Cenegri Edições, 2008.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

**Contexto Internacional**
**Revista Intellector**
**Revista Carta Internacional**
**Portal Periódicos Capes**
**Repositório Guaica UFPEL**

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Noções de Comércio Exterior | **CÓDIGO**<br>06740051 |
|---|---|

| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Compreender os conceitos inerentes às transações comerciais internacionais, a estrutura do comércio exterior brasileiro, assim como o papel e as diferentes áreas de atuação dos agentes públicos e privados envolvidos nas relações comerciais internacionais.

**EMENTA**

Principais instrumentos de política comercial. Aspectos gerais e evolução do comércio exterior brasileiro. Estrutura do comércio exterior brasileiro. Agentes e processos das operações de comércio exterior. Rotinas e Procedimentos Administrativos na Exportação e Importação. Responsabilidade social e ambiental das empresas que operam em comércio exterior.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar (Org.). **Comércio exterior: teoria e gestão**. São Paulo Atlas 2013.
LUDOVICO, Nelson. **Como preparar uma empresa para o comércio exterior**. 2. São Paulo Saraiva 2018.
LIMA, Miguel. SILBER, Simão. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. (Orgs). **MANUAL de comércio exterior e negócios internacionais**. São Paulo Saraiva 2017.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

MAGNOLI, Demétrio. **Comércio exterior e negociações internacionais**. São Paulo Saraiva 2006.
MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 16. Rio de Janeiro Atlas 2014.
SEGRE, German (Org). **MANUAL prático de comércio exterior**. 5. Rio de Janeiro Atlas 2018.
SILVA, José Ultemar da. **Gestão das relações econômicas internacionais e comércio exterior**. São Paulo Cengage Learning 2012.

VAZQUEZ, José Lopes. **Comércio exterior brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Formação Econômica do Brasil | **CÓDIGO**<br>06740052 |
|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de** |

| **Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **créditos** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Compreender as diferentes fases e interpretações da formação econômica brasileira: aspectos relacionados ao crescimento e desenvolvimento econômico, bem como os atores envolvidos.

**EMENTA**

Do sistema colonial à formação do Estado nacional. Os complexos agro-exportadores. Industrialização por Substituição de Importações. O regime militar e seus programas econômicos. Redemocratização e modernização conservadora. Plano Real e estabilização econômica. Século XXI - crescimento e crise.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FURTADO, Celso**. Formação econômica do Brasil.** 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
REGO, José Marcio. MARQUES, Rosa Maria (Orgs). **Formação econômica do Brasil**.6 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
PIRES, Marcos Cordeiro. **Economia brasileira da colônia ao governo Lula**. São Paulo Saraiva 2010.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1984.
GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea.** 8. Rio de Janeiro Atlas 2016.
LACERDA, Antônio Corrêa de. **Economia brasileira**. 6. São Paulo Saraiva 2018.
LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. **Economia brasileira fundamentos e atualidade**. 5. Rio de Janeiro Atlas 2016.
PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

**3º SEMESTRE**

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>História da Política Externa Brasileira I | **CÓDIGO**<br>06740053 |
|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | |

| CARGA HORÁRIA:<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **T**<br>**4** | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**
Compreender a formação da política exterior brasileira à luz dos atores e condicionantes domésticos – de natureza política, econômica e social – que influenciaram a inserção internacional do país no período de 1822 a 1930.

**EMENTA**
Introdução ao estudo de política externa brasileira**.** Análise da produção de conhecimento. A política exterior e a formação da diplomacia brasileira no Império (1822-1889). A política exterior na República. A política exterior sob Rio Branco (1902-1912). O Brasil e a Primeira Guerra Mundial. A participação brasileira na Liga das Nações.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. **História das relações internacionais do Brasil***.* São Paulo: Saraiva, 2020.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4 ed. Brasília: UnB, 2012.

FIGUEIRA, Ariane. **Introdução à análise de política externa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**
BUENO, Clodoaldo. **A República e sua política exterior (1889-1902).** São Paulo: Ed. UNESP/ Brasília: IPRI, 1995.
GARCIA, Eugênio Vargas. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926):** vencer ou não perder. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/ Brasília : FUNAG, 2000.
CALOGERAS, João Pandiá. **A política exterior do Império.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Câmara dos Deputados, Companhia Editora Nacional, 1989.
PIMENTEL, José Vicente (org.). **Pensamento diplomático brasileir**o: formuladores e agentes da política externa (1750-1950). Brasília: FUNAG, 2013.
PINHEIRO, Letícia Abreu. **Política externa brasileira.** Rio de Janeiro Zahar, 2004.
**Revista Brasileira de Política Internacional**

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Teoria Política II | **CÓDIGO**<br>06740054 |
|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** |

| **Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |
|---|---|---|---|---|---|

**OBJETIVO**

Apresentar ao corpo discente alguns dos principais conceitos e debates travados pela teoria política e democrática ao longo do século XX, do elitismo ao pluralismo. Em termos de teoria política, a ênfase recai nas abordagens sobre elites, hegemonia e racionalidade; em termos de teoria democrática, privilegia-se a discussão sobre representação, participação e deliberação que informam diferentes modelos de democracia, engajamentos da sociedade civil e visões de consenso/conflito político.

**EMENTA**

Debates teóricos e abordagens conceituais sobre elites; hegemonia; racionalidade; representação; participação; deliberação; consenso; conflito; democracia; poliarquia; sociedade civil.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.
GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2007.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Ed. Unb. 1982.
MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996.
PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
SCHUMPETER, **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro. Ed Zahar. 1984.
WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**, vol. 2. Brasília: Editora UnB, 1999.

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Teoria de Relações Internacionais I | | | | | **CÓDIGO**<br>06740091 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Discutir as teorias das Relações Internacionais, de modo dialogado, a fim de estabelecer a ponte para conjunto de disciplinas do campo de estudos bem como para futuras análises críticas da realidade internacional atenta aos atores, estrutura e sistema internacionais.

**EMENTA**

A disciplina apresenta as teorias positivistas do campo das relações internacionais, com foco nos debates clássicos e contemporâneos das Relações Internacionais. Aborda os debates teóricos a partir da já tradicional, porém não consensual, divisão por grandes debates. Discutir-se-á os três primeiros grandes debates das Relações Internacionais: idealismo *versus* realismo, tradicionalistas *versus* behavioristas, inter-paradigmático (neo-neo).

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**. São Paulo: Ed. UnB e Imprensa Oficial do Estado de SP. 2002.
KEOHANE, R.O.; NYE, J.S. **Power and Interdependence**. New York, Boston: Logman, 2001.
WALTZ, K. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Ed. UnB e Imprensa Oficial do Estado de SP. 2002.
CARR, Edward. **Vinte anos de crise. Coleção Clássicos IPRI**. Brasília: UNB. 2002.
KANT, Immanuel. **À Paz Perpétua**. Porto Alegre: LPM. 1989.
KEOHANE, R.O. **After Hegemony**: Cooperation and discord in the world political economy. Princeton NJ: Princeton University Press. 1984.
MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. São Paulo: Ed.UNB e Imprensa Oficial do Estado de SP, 2003.

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Direito Internacional I | | | | | **CÓDIGO**<br>06740095 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas:** 60 | **T** | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |
| **Créditos:** 4 | 4 | | | | |

**OBJETIVO**

Levar o aluno a ser capaz de operar descritiva e conceitualmente, as categorias jurídicas, epistemológicas e filosóficas fundamentais para o estudo e a aplicação prática do Direito Internacional Público, de modo a ser capaz de refletir, lógica e sistematicamente, sobre os tópicos abordados, bem como articular os conteúdos por meio de análises críticas da aplicação do Direito Internacional Público no mundo contemporâneo.

**EMENTA**

Direito Internacional Público: fundamentos e desenvolvimento histórico. Concepções Doutrinárias sobre o Direito Internacional. Direito Internacional Universal e Direito Internacional Regional. Direito Internacional e Direito Interno. Fontes do Direito

| |
|---|
| Internacional Público: tratados, costume, princípios gerais de direito, jurisprudência, atos unilaterais, *soft law*, analogia e equidade. Personalidade Jurídica Internacional: concepções doutrinárias. Sujeitos do Direito Internacional Público e demais pessoas internacionais. O Estado e o Direito Internacional Público: Reconhecimento de Estado, Governo, Insurgência e Beligerância; Dimensão Territorial do Estado; Responsabilidade Internacional dos Estados; Direitos e Deveres dos Estados; Restrições aos Direitos dos Estados e Intervenção; Sucessão e Extinção dos Estados. Organizações Internacionais: atos constitutivos, doutrina e práticas. O Domínio Público Internacional |
| **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**<br>ALBUQUERQUE MELLO, Celso. **Curso de Direito Internacional Público.** 15ª. Rio de Janeiro: Ed. Livraria e Editora Renovar, 2004, vols. 1 e 2.<br>DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. **Direito Internacional Público**. Tradução de Vítor Marques Coelho. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.<br>MAZZUOLI, Valério. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. |
| **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**<br>BROWNLIE, Ian. **Princípios de Direito Internacional Público**. Tradução de Maria M. Farrajota et. al. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.<br>CANÇADO TRINDADE, A. A. **Direito internacional em um mundo em transformação**. Rio de janeiro: Renovar, 2002<br>REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público***:* curso elementar. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.<br>SHAW, Malcom N. **International Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.<br>VARELLA, Marcelo Dias. **Direito internacional público**. 7ªed. São Paulo: Saraiva, 2017. |

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Economia Internacional | | | | | **CÓDIGO**<br>06740021 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |
| **OBJETIVO**<br>Compreender os fluxos comerciais e monetários internacionais, a partir das abordagens teóricas que fundamentam os instrumentos políticos utilizados pelos diferentes Estados. | | | | | |

| **EMENTA** |
|---|
| Relações de comércio internacional: teorias e modelos de comércio internacional. Política Comercial e desenvolvimento econômico. Acordos Comerciais Regionais. Relações Monetárias Internacionais: Balanço de Pagamentos. Moeda. Política Cambial. |
| **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** |
| CARVALHO, Maria Auxiliadora de. **Economia Internacional.** 5. São Paulo Saraiva 2016.<br>KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional**. 8. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.<br>MARIANO, Jefferson. **Economia internacional**. 3. São Paulo Saraiva 2017. |
| **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** |
| DIAZ-ROLDAN, Carmen. **Advances on International Economics**. [S.l.] Cambridge Scholars Publishing. 2015.<br>FERNANDES, José Pedro Teixeira. **Elementos de economia política internacional.** 2. São Paulo Grupo Almedina 2013.<br>JOHNS, Richard Anthony. **International Trade Theories and the Evolving International Economy.** Series: Bloomsbury Academic Collections: Economics. London : Bloomsbury Academic. 2013.<br>MERCURIO, Bryan; LIM, Chin. **International Economic Law After the Global Crisis**: A Tale of Fragmented Disciplines. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press. 2015..<br>STONE, Randall W. **Controlling Institutions : International Organizations and the Global Economy.** UK : Cambridge University Press. 2011. |

## 4º SEMESTRE

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>História da Política Externa Brasileira II | | | | | **CÓDIGO**<br>06740055 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |
| **OBJETIVO**<br>Compreender a formação da política exterior brasileira à luz dos atores e das condicionantes de natureza política, econômica e social, que influenciaram a inserção internacional do país no período de 1930 a 1989. | | | | | |

**EMENTA**
O desenvolvimentismo de Vargas e a política exterior brasileira (1930-1945). A política externa na República Liberal (1946-1960). A Política Externa Independente (1961-1964). As relações do Brasil com o continente africano na gestão de Juscelino Kubitschek. A política exterior sob o regime militar (1964-1985). A política exterior do Brasil e a redemocratização (1985-1989).

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: 4ª Ed. UnB, 2011.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. **História das relações internacionais do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2020.

PINHEIRO, Letícia Abreu. **Política externa brasileira.** Rio de Janeiro Zahar, 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ALBUQUERQUE, Guilhon. **Sessenta anos de política exterior brasileira (1930 - 1990).** Vol. 1. São Paulo: Cultura Editores, 1996.
MOURA, Gerson. **Relações exteriores do Brasil 1939-1950:** mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012.
OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2005.
**Revista Brasileira de Política Internacional**
**Revista Contexto Internacional**

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Teoria das Relações Internacionais II | | | | | **CÓDIGO**<br>06740092 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Conhecer as principais perspectivas teóricas contemporâneas, a partir das últimas décadas do século passado, à luz das transformações históricas que as contextualizam.

**EMENTA**

O terceiro grande debate das Relações Internacionais: espistemologia e metodologia positivistas *versus* pós-positivistas. A Teoria Crítica. Teoria Construtivista. Pós estruturalismo e pós modernismo. As perspectivas de gênero nas Relações Internacionais. O Pós-colonialismo. Outras abordagens: teoria verde, perspectivas indígenas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das Relações Internacionais**. LESSA, Antônio Carlos. OLIVEIRA, Henrique de A. (Coords). Coleção temas essenciais em RI. São Paulo Saraiva 2009.
JACKSON, Robert. SORENSEN, Georg**. Introdução às relações internacionais teorias e abordagens**. 3. Rio de Janeiro Zahar 2018.
NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

COX, Robert W.; SCHECHTER, Michael G. The Political Economy of a Plural World: **Critical Reflections on Power, Morals and Civilisation**. Series: Routledge/RIPE Series in Global Political Economy. London : Routledge. 2003.

SYLVESTER, Christine. **Feminist International Relations:** An Unfinished Journey Series: Cambridge Studies in International Relations, Vol. 77. Cambridge, U.K. : Cambridge University Press. 2002.
VENNKATESWAR, Sita; HUGHES, Emma. **The Politics of Indigeneity:** Dialogues and Reflections on Indigenous Activism. London: Zed Books. 2011.
WENDT, Alexander. **Social Theory of International Relations**. Series: Cambridge Studies in International Relations, Vol. 67. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press. 1999.
ZEHFUSS, Maja. **Constructivism in International Relations:** The Politics of Reality Series: Cambridge Studies in International Relations, Vol. 83. Cambridge, UK : Cambridge University Press. 2002.

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Direito Internacional II | | | | | **CÓDIGO**<br>06740014 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **T** | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Levar o aluno a ser capaz de operar descritiva e conceitualmente, as categorias jurídicas, epistemológicas e filosóficas fundamentais para o estudo e a aplicação prática do Direito Internacional Público, de modo a ser capaz de refletir, lógica e sistematicamente, sobre os tópicos abordados, bem como articular os conteúdos por

meio de análises críticas da aplicação do Direito Internacional Público no mundo contemporâneo.

**EMENTA**

Sistemas de solução de controvérsias internacionais: meios e práticas. Tribunais Internacionais: história, teoria, práticas e jurisprudência.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MAZUOLI, Valério. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
MENEZES, Wagner. **Tribunais internacionais: jurisdição e competência**. São Paulo: Saraiva, 2013.
TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Os tribunais internacionais contemporâneos**. Brasília: FUNAG, 2013.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ALBUQUERQUE MELLO, Celso. **Curso de Direito internacional Público.** 15ª. Rio de Janeiro: Ed. Livraria e Editora Renovar, 2004, vols. 1 e 2.
BROWNLIE, Ian. **Princípios de Direito Internacional Público**. Tradução de Maria M. Farrajota et. al. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
CANÇADO TRINDADE, A. A. **Direito internacional em um mundo em transformação**. Rio de janeiro: Renovar, 2002.
DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. **Direito Internacional Público**. Tradução de Vítor Marques Coelho. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público:** curso elementar. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
SHAW, Malcom N. **International Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
VARELLA, Marcelo Dias. **Direito internacional público**. 7ªed. São Paulo: Saraiva, 2017.

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Estudos de Integração | | | | | **CÓDIGO**<br>06740056 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Compreender os arranjos de integração, a partir das abordagens teórico-conceituais que explicam suas origens, suas instituições e suas dinâmicas, bem como, suas principais características nas Relações Internacionais Contemporâneas.

**EMENTA**
Contexto epistemológico. Abordagens teóricas e conceitos aplicados à integração regional. Integração Regional Contemporânea. Temas ascendentes: meio ambiente, proteção internacional da pessoa humana, outros.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

NEVES, Renato Baumann. **Integração regional teoria e experiência latino-americana**. Rio de Janeiro LTC 2013.
PENNAFORTE, Charles; MARTINS, Marcos Antônio Fávaro (Org.). **Dimensões da integração regional: uma perspectiva panorâmica**. Pelotas: Ed. UFPel, 2018.
SANTOS, Antonio Carlos A. dos. **Integração econômica regional**. São Paulo Saraiva 2013.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DOYLE, Natalie J. SEVESTA, Lorenza. **Regional Integration and Modernity**: Cross-Atlantic Perspectives. Lanham: Lexington Books. 2014.
FARRELL, Mary. HETTNE, Björn. VAN LANGENHOVE, Luke. **Global Politics of Regionalism**: Theory and Practice. London: Pluto Press. 2005.
TELÒ, Mario. **European Union and New Regionalism**: Competing Regionalism and Global Governance in a Post-Hegemonic Era. 3rd ed. Farnham: Routledge. 2014.
VANNIJNATTEN, Debora. CRAIL, Neil. STUDER-NOGUEZ, Isabel. **Climate Change Policy in North America:** Designing Integration in a Regional System. Toronto: University of Toronto Press, Scholarly Publishing Division. 2013.
WHITE, Christopher. **Immigration and Regional Integration in a Globalizing World**: Myths and Truths About Migration. Lanham, Maryland: Lexington Books. 2015.

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Metodologia das Ciências Sociais | | | | | **CÓDIGO**<br>06560134 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Departamento de Sociologia e Política | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas: 60** | **T** | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |
| **Créditos: 04** | **4** | | | | |

**OBJETIVO**

A disciplina visa discutir os fundamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos das ciências sociais, assim como os principais paradigmas científicos e as relações entre senso comum e conhecimento científico. Também abordará as metodologias quantitativa e qualitativa e as etapas do processo de pesquisa: a construção do objeto científico e do marco teórico, a revisão bibliográfica, as técnicas de coleta de dados e a análise de dados; ainda auxiliará na elaboração do projeto e do relatório de pesquisa, de acordo com as normas técnicas, e finalmente, discutirá os perigos do plágio e da cópia.

| EMENTA |
|---|
| Ontologia, epistemologia e metodologia das ciências sociais. As ciências sociais e seus fundamentos. Principais paradigmas científicos das ciências humanas. Relações entre senso comum e conhecimento científico. Problema social e problema científico. A construção do objeto científico. A abordagem metodológica nas ciências sociais. Metodologias quantitativas e metodologias qualitativas. As etapas da pesquisa em ciências sociais. O projeto de pesquisa. Relatório de pesquisa, normas técnicas e a questão do plágio. |
| **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** |
| BOURDIEU, Pierre; CHAMBORDERON, Jean-Claude.; PASSERON, Jean-Claude. Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis, Vozes, 2007. (Na biblioteca encontra-se como : " Profissão de Sociológo" , Vozes, 2002)<br>CHALMERS, Alan. O que é ciência afinal? São Paulo: Atlas, 2000. (Na biblioteca encontra-se como: CHALMERS, Alan Francis. O que é ciência afinal?. [s.l.]: [s.n.], 2000. 1v.)<br>CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa Qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis-RJ: Vozes. 2014. (Na biblioteca encontra-se como: CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010, 2014. 164 p. |
| **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** |
| BECKER, Howard. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Capítulo 1. Sobre Metodologia. Hicitec: São Paulo, 1999. (Na biblioteca BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Hucitec, 1993. 178 p. ISBN 8527102226)<br>BRUYNE, Paul de et al. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977. ( Na biblioteca BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais.** 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977. 251 p.)<br>CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique; PINTO, Louis. *Iniciação à prática sociológica.* Rio de Janeiro: Vozes, 1999 . (Na biblioteca: CHAMPAGNE, Patrick et al. **Iniciação à prática sociológica.** Petrópolis: Vozes, 1998. 243 p. ISBN 853261647X.)<br>GOODE, William; HAT, Paul. Métodos em pesquisa social. São Paulo: Nacional, 1969. (Na biblioteca: GOODE, William Josiah. **Métodos em pesquisa social.** 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1969. 488 p.)<br>KERLINGER, Fred. Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais. Um tratamento conceitual. São Paulo: EPU; EDUP, 1980. (Na biblioteca : KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais:** um tratamento conceitual. São Paulo: EPU : EDUSP, 1980. 378 p.) |

**5º SEMESTRE**

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Regimes e Organizações Internacionais | **CÓDIGO**<br>06740057 |
|---|---|
| **Departamento ou equivalente** | |

| Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Compreender o estado da arte do debate sobre Regimes e Organizações Internacionais no campo de estudo das Relações Internacionais. A partir das abordagens teórico-conceituais das Relações Internacionais, as organizações internacionais serão estudadas no seu plano institucional e político.

**EMENTA**

Contribuições teóricas para o estudo das Organizações Internacionais. Regimes Internacionais. As Nações Unidas e suas organizações especializadas. Tipologia das Organizações Internacionais Governamentais (OIGs). Formatos institucionais e processos decisórios. Organizações não governamentais internacionais (ONGIs).

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CRETELLA NETO, José. **Teoria geral das organizações internacionais**. 3. São Paulo Saraiva 2012.

DREZNER, Daniel W. **All Politics Is Global: Explaining International Regulatory Regimes.** Princeton, N.J.: Princeton University Press. 2008.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

AMORIM, João Alberto Alves. **A ONU e o meio ambiente direitos humanos, mudanças climáticas e segurança internacional e o século XXI**. São Paulo Atlas 2015.

HURRELL, Andrew. **On global order: power, values, and the constitution of international society.** Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.

KORENEMOS, Barbara; LIPSON, Charles; SNIDAL, Duncan. **The Rational Design of International Institutions.** Series: International Organization. Cambridge, UK : Cambridge University Press. 2004.

RONIT, Karsten; SCHNEIDER, Volker. **Private Organisations in Global Politics**. Series: Routledge/ECPR Studies in European Political Science, Vol. 15. London: Routledge, 2000.

TRIFUNOVSKA, Snežana.**The Law of International Organizations: Cases and Documents.** The Hague, the Netherlands: Eleven International Publishing. 2015.

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Proteção Internacional da Pessoa Humana | | | | | **CÓDIGO**<br>06740018 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas:** 60 | **T** | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |
| **Créditos:** 4 | 4 | | | | |

**OBJETIVO**

Levar o aluno a ser capaz de operar, descritiva e conceitualmente, as categorias jurídicas, epistemológicas e filosóficas fundamentais para o estudo e a aplicação dos mecanismos de Proteção Internacional da Pessoa Humana, mais especificamente dos ramos jurídicos internacionais do Direito Internacional Humanitário, do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito dos Refugiados, de modo a ser capaz de refletir, lógica e sistematicamente, sobre cada um dos tópicos abordados, bem como articular os conteúdos por meio de análises críticas da Proteção Internacional da Pessoa Humana no mundo contemporâneo.

**EMENTA**

Proteção internacional da pessoa humana: introdução e conceitos gerais. Os três ramos jurídicos de proteção da pessoa humana: o direito internacional humanitário, o direito internacional dos direitos humanos e o direito dos refugiados. As três vertentes de proteção da pessoa humana em perspectiva histórica. Convergência normativa, hermenêutica e operacional dos três ramos jurídicos de proteção da pessoa humana. Direito internacional humanitário: conceito, objeto e âmbito de aplicação. Principais instrumentos normativos. Agentes do direito internacional humanitário: a Cruz Vermelha e seu mandato de promotora do direito internacional humanitário; tribunais criminais internacionais *ad hoc* e Tribunal Penal Internacional. Direito internacional dos direitos humanos: origens e desenvolvimento; conceito, objeto e âmbito de aplicação. Principais instrumentos normativos. O sistema global de proteção dos direitos humanos: a Comissão de Direitos Humanos, o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o Conselho de Direitos Humanos. Os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos: europeu, interamericano e africano. Direito internacional dos refugiados: origens e desenvolvimento; conceito, objeto e âmbito de aplicação. Principais instrumentos normativos. O Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BORGES, Leonardo Estrela. **O direito internacional humanitário:** a proteção do indivíduo em tempo de guerra. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. **Direitos humanos e hospitalidade:** a proteção internacional para apátridas e refugiados. São Paulo: Atlas, 2014
PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2018.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BIERRENBACH, Ana Maria. **O conceito de responsabilidade de proteger e o direito internacional humanitário.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

CANÇADO TRINDADE, A A. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos**. Vols. I, II e III. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997 (v.1), 1999 (v.2), 2003 (v.3).
KALDOR, Mary. **Global civil society: an answer to war**. Cambridge: Polity Press, 2009.
PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. São Paulo:Saraiva, 2018.
TARROW, Sidney. **The new transnational activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
CANÇADO TRINDADE, A A. **A humanização do direito internacional.** Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Metodologia Aplicada às Relações Internacionais | | | | | **CÓDIGO**<br>06740093 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Discutir metodologias, métodos e ferramentas metodológicas aplicadas à construção do conhecimento em Relações Internacionais sobretudo, naquilo que se refere à elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa.

**EMENTA**

Elementos estruturais de pesquisa: definição do tema e objeto, problematização, justificativa e arcabouço teórico. Metodologia histórica, Análise documental. Análise de conteúdo. Análise de discurso. Estudo de caso. *Process tracing*. Abordagens quantitativas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
KING, G.; KEOHANE, R.O.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry**: Scientific inference in qualitative research. Princenton: Princeton University Press, 1994.
MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ACKERLY, Brooke A.; STERN, Maria; TRUE, Jacqui. **Feminist Methodologies for International Relations**.Edition: [1st ed.]. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 2006.
BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
BRADY, Henry E.; COLLIER, David. **Rethinking Social Inquiry** : Diverse Tools, Shared Standards. Edition: 2nd ed. Lanham, Md : Rowman & Littlefield Publishers. 2010. eBook.
REIS, José Carlos. **O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica.** São Paulo Autêntica 2019.
**Revista Brasileira de História e Ciências Sociais** (ISNN: 2175-3423)

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Segurança Internacional e Políticas de Defesa | | | | | **CÓDIGO**<br>06740058 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas:** 60 | **T** | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |
| **Créditos:** 4 | 4 | | | | |

**OBJETIVO**

Proporcionar ao discente os conhecimentos relacionados à conceitualização da Segurança Internacional e suas vinculações com a Política de Defesa, abrangendo a segurança coletiva, segurança econômica, securitização, segurança ambiental, segurança internacional (pós-Guerra Fria) e demais padrões de segurança e defesa.

**EMENTA**

Conhecimento da problemática da conceituação da Segurança Internacional, a dinâmica das Forças Armadas, narcotráfico e a segurança do Estado; o terrorismo nas relações internacionais, o Brasil no contexto da segurança internacional e instrumentos para a segurança internacional.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BUZAN et. al. Security: a new framework for analysis. Londres, Lynne Rienner Publishers, 1998.
KALDOR, Mary.New and Old wars: organized violence in a global. California, Stanford, 2007.
MANDELBAUM, Michael. The frugal superpower: America's global leadership in a strapped-cash era. New York, Public Affairs, 2010.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BUZAN, Barry e WEAVER, Ole e WILDE, Jaap de. Security: a new framework for analysis. Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1998.
BUZAN, Barry. People, States and Fear: an agenda for international security studies int post-cold war era. Harvester Wheatsheaf 1991.

**International Studies Perspective**
**Contexto Internacional**
**Revista Carta Internacional**

**6º SEMESTRE**

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Análise de Política Externa | | | | | **CÓDIGO**<br>06740059 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Discutir as principais correntes e modelos de análise de política externa assim como possibilitar a aplicação dos diferentes modelos teóricos à situações atuais de conjuntura. Ademais, permitir a compreensão dos processos decisórios envolvidos nos processos de formulação e implementação da política externa e os diferentes atores envolvidos.

**EMENTA**

Abordagem sistêmica. Abordagem cognitiva. Modelos de análise: da política burocrática, dos jogos de dois níveis. Mudança em Política Externa. Articulação de atores estatais e não estatais que afetam a política externa.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à Análise de Política Externa**. São Paulo, Ed. Saraiva. 2011.
MINTZ, Alex; DEROUEN, Karl Jr. **Understanding foreign policy decision making**. Cambridge : Cambridge University Press. 2010.
PETRIČ, Ernest. **Foreign Policy : From Conception to Diplomatic Practice.** Leiden : Brill | Nijhoff. 2013.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRUMMER, Klaus. HUDSON, Valerie. **Foreign Policy Analysis Beyond North America.** Boulder, Colorado : Lynne Rienner Publishers. 2015.

CIOT, Melania Gabriela. **Negotiation and Foreign Policy Decision Making.** Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing. 2014.

HANEY, **Organizing for Foreign Policy Crises : Presidents, Advisers, and the Management of Decision Making.** Ann Arbor : University of Michigan Press. 2002.

HILL, Christopher. **The Changing políticS of foreign policy**. London, Palgrave. 2003.
**Conjuntura Austral** (ISNN: 2178-8839)

MINTZ, Alex. DeROUEN, Karl R. **Understanding Foreign Policy Decision Making.** Cambridge : Cambridge University Press. 2010.

**Contexto Internacional** (ISNN: 0102-8529)
**Revista Brasileira de Política Internacional** (ISNN: 0034-7329/1983-3121)
**World Politics** (ISNN: 2409-8671)

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Economia Política Internacional | | | | | **CÓDIGO**<br>06740060 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | | |

**OBJETIVO**

Discutir as tendências políticas e econômicas internacionais com base nas abordagens teóricas da EPI para, assim, analisar as dinâmicas dos negócios internacionais influenciados pelas forças dos mercados, dos governos, e de outros atores internacionais.

**EMENTA**

Debate teórico metodológico e conjuntural dos anos 1960 e 1970. Perspectivas teóricas das EPI: realista/ estado nacional, liberal, crítica. Construção da realidade monetária e financeira internacional. Globalização. Comércio. Multinacionais. Desenvolvimento. Crises.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FRIEDEN, Jeffry A.; LAKE, David A. **International Political Economy : Perspectives on Global Power and Wealth.** Edition: 4th ed. London : Routledge. 2000. eBook

GILPIN, Robert; GILPIN, Jean M. **The political economy of international relations.** Princeton: Princeton University Press, 1987.

KINDLEBERGER, Charles P. **Manias, pânicos e crises** uma história das crises financeiras. São Paulo Saraiva 2013.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FERNANDES, José Pedro Teixeira. **Elementos de economia política internacional.** 2. São Paulo: Grupo Almedina 2013.

KINDLEBERGER, Charles P. **Economia internacional.** São Paulo: Mestre Jou, 1974.

WALLERSTEIN, I. **World-Systems Analysis**: An Introduction. Duke University Press. 2004.

**Contexto Internacional** (ISNN: 0102-8529)

**OIKOS** (ISNN: 1808-0235)

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Negociações Internacionais | | | | | **CÓDIGO**<br>06740061 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | | |

**OBJETIVO**

Aplicar conceitos e abordagens teóricas de negociações internacionais, tanto aos processos políticos de negociações bilaterais ou multilaterais, quanto às negociações em outros contextos.

**EMENTA**

A natureza da negociação. Modalidades de negociação. Estratégias e táticas. Contexto, processo, comunicação e resultados da negociação. Processo decisório nas negociações internacionais.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ARAÚJO, Ricardo Guerra de. **O jogo estratégico nas negociações Mercosul-União Européia**. Brasília: FUNAG, 2018.
LEWICKI, Roy J. SAUNDERS, David M. BARRY, Bruce. **Fundamentos de negociação**. 5. Porto Alegre AMGH 2014.
SARFATI, Gilberto. **Manual de negociação**. São Paulo Saraiva 2010.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

AYERBE, Luis Fernando; BOJIKIAN, Neusa Maria Pereira (Org). **Negociações econômicas internacionais: abordagens, atores e perspectivas desde o Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
CIOT, Melania-Gabriela. **Negotiation and Foreign Policy Decision Making**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing. 2014.
REINALDA, Bob; VERBEEK, Bertjan (Edits.). **Decision making within international organizations.** London: Routledge, 2004.
BETSILL, Michele M. CORELL, Elisabeth. **NGO Diplomacy: The Influence of Nongovernmental Organizations in International Environmental Negotiations**. Cambridge, Mass: The MIT Press. 2008.
WOOLCOCK, Stephen. BAYNE, Nicholas. **The New Economic Diplomacy: Decision-making and Negotiation in International Economic Relations**. Series: Global Finance. Farnham, England: Ashgate. 2011.

## 7º SEMESTRE

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Análise de Conjuntura Internacional | | | | | **CÓDIGO**<br>06740094 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Estimular uma visão analítica ao corpo discente das principais temáticas que estão inseridos na conjuntura internacional contemporânea, especialmente no final do século XX e começo do século XXI.

**EMENTA**

Análise das relações internacionais contemporâneas. Identificação de atores nacionais e internacionais. O processo decisório em relações internacionais. Disputa de poder no mundo pós-Guerra Fria; o 11 de setembro e seus desdobramentos para conjuntura internacional; o mundo e as redes sociais; a crise do multilateralismo e da globalização; O Brasil e o mundo atual.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FONSECA Jr., Gelson. **O Interesse e a regra: ensaios sobre o multilateralismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
HUDSON, Valerie. **Foreign Policy Analysis: classic and contemporary theory**. Rousman & Littlefield Publisher, 2006.
PECEQUILO, C. S. **Teoria das Relações Internacionais: O Mapa do Caminho: Teoria e Prática.** Rio de Janeiro. Editora Alta Books, 2016

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX.** Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.
BADIN, Michelle R. S. **A inserção internacional do poder executivo federal brasileiro**. São Paulo: FES, 2010.
DUARTE, Rubens. **The Role of Brazil in the Multilateral Financial System: an Analysis of Domestic and Structural Factors (2003-2015)**. Revista Brasileira de Ciência Política**.** São Paulo, v.11, n.3, e4, 2017.
HUNGTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
OLIVEIRA, Adriano. **Análise de Conjuntura: Conceitos e Aplicações**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Pernambuco, 2014.
**American Political Science Review**
**International Organization**
**World Politics**
**Revista Brasileira de Política Internacional**

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) | | | | | **CÓDIGO**<br>06740062 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas:** 60 | **T** | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |
| **Créditos:** 4 | 4 | | | | |

**OBJETIVO**

O objetivo da disciplina é capacitar o discente a elaborar e desenvolver um Projeto de Pesquisa que irá futuramente estruturar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), junto a um(a) docente orientador(a).

**EMENTA**

Construção de um Projeto de Pesquisa que resultará no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas** e Sociais.

Petrópolis: Vozes. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, Atlas, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

REIS, José Carlos. **O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica**. São Paulo Autêntica 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas 2008.

## 8º SEMESTRE

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) | | | | | **CÓDIGO**<br>06740063 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas:** 120 | **T** | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |
| **Créditos:** 8 | 8 | | | | |

**OBJETIVO**

Disciplina voltada à realização de investigação científica – previamente estruturada na disciplina de TCC I – e elaboração de artigo científico para a apresentação de seus resultados (Trabalho de Conclusão de Curso).

**EMENTA**

Desenvolvimento de investigação científica e produção de um artigo científico dela resultante (Trabalho de Conclusão de Curso), consistindo na aplicação dos conhecimentos teóricos, metodológicos e empíricos adquiridos ao longo do curso.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KING, G.; KEOHANE, R.O.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry: Scientific inference in qualitative research**. Princenton: Princeton University Press, 1994.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ACKERLY, Brooke A.; STERN, Maria; TRUE, Jacqui. **Feminist Methodologies for International Relations**. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 2006.

BRADY, Henry E.; COLLIER, David. **Rethinking Social Inquiry:** Diverse Tools, Shared Standards. Edition: 2nd ed. Lanham, Md: Rowman & Littlefield Publishers, 2010. eBook.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Relations**. Series: Cambridge Studies in International Relations, Vol. 67. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press. 1999.

ZEHFUSS, Maja. **Constructivism in International Relation**s: The Politics of Reality Series: Cambridge Studies in International Relations, Vol. 83. Cambridge, UK : Cambridge University Press. 2002.

## COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Tópicos Especiais em Teoria de Relações Internacionais I | | | | | **CÓDIGO**<br>06740088 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Discutir leituras recentes e em diálogo com os clássicos acerca das teorias positivistas das Relações Internacionais, não discutidas na disciplina Teoria das Relações Internacionais I, de modo a complementar e aprofundar o conhecimento.

**EMENTA**

Realismo. Liberalismo. Diálogos, Sínteses e Antíteses.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

GLASER, Charles L. **Rational Theory of International Politics** : The Logic of Competition and Cooperation. Princeton, N.J. : Princeton University Press. 2010. eBook.

RATHBUN, Brian C. **Trust in International Cooperation** : International Security Institutions, Domestic Politics and American Multilateralism. Series: Cambridge Studies in International Relations, Vol. 121. Cambridge, UK : Cambridge University Press. 2012. eBook.

WILLIAMS, Michael C. **The Realist Tradition and the Limits of International Relations.** Series: Cambridge Studies in International Relations, Vol. 100. Cambridge, UK : Cambridge University Press. 2005.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DUNNE, T.; KURK, M.; SMITH, S. **International Relations Theories**: Discipline and Diversity. UK: Oxford university Press, 2013.

JAHN, Beate. **Classical Theory in International Relations**. Series: Cambridge Studies in International Relations, Vol. 103. Cambridge, UK : Cambridge University Press. 2006. eBook.

BROOKS, Stephen G.; WOHLFORTH, William C. **World Out of Balance** : International Relations and the Challenge of American Primacy. Princeton : Princeton University Press. 2008.

**Contexto Internacional (ISNN: 0102-8529)**

**World Politics (ISNN: 2409-8671)**

| COMPONENTE CURRICULAR | CÓDIGO |
|---|---|
| Tópicos Especiais em Teoria das Relações Internacionais II | 06740087 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br><br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br><br>**Horas:** 60<br><br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br><br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Desenvolver estudos contemporâneos em Teoria das Relações Internacionais a partir do debate pós-positivista iniciado nos anos 1980, conforme proposto pelo(a) docente ministrante.

**EMENTA**

Tópicos Especiais em Teoria das Relações Internacionais II

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

*International Feminist Journal of Politics*
*Third World Quaterly*

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

*Globalizations*
*International Studies Review*
*Millennium: Journal of International Studies*
*Postcolonial Studies*
Revista Contexto Internacional

| **COMPONENTE CURRICULAR** | **CÓDIGO** |
|---|---|
| Tópicos Especiais em História das Relações Internacionais | 06740084 |
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | |

| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Analisar temas especiais relacionados ao conteúdo de História das Relações Internacionais, desde o aprofundamento do debate historiográfico e seu desenvolvimento recente, bem como o estudo de diferentes sociedades não ocidentais e sua interação com as estruturas de poder dominantes no sistema internacional, a partir de uma perspectiva não eurocêntrica.

**EMENTA**

A produção historiográfica das Relações Internacionais: debate clássico e suas limitações. Abordagens recentes e seu diálogo com as Teorias pós-positivistas de Relações Internacionais. Estudo dirigido de sociedades não ocidentais em diferentes regiões do globo - como a África, Ásia, Oriente Médio e Oceania - e sua inserção na ordem internacional em diferentes contextos históricos.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. **International systems in world history:** remaking the study of international relations. Oxford: Oxford University Press, 2010.

RINGMAR, Erik. **History of International Relations:** A Non-European Perspective. Open Book, 2019.

SARAIVA, J. F. S. (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. Brasília: Editora Saraiva, 2008.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

KNUTSEN, Torbjron. **A history of international relations theory**. Manchester & New York: Manchester University Press, 1997.

PARKER, C. H. **Global Interactions in the Early Modern Age, 1400–1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

WATSON, A. **A evolução da sociedade internacional:** uma análise histórica comparativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WOODS, Ngaire. **Explaining international relations since 1945**. Oxford: Oxford University Press, 1996. (primeira parte, com ênfase ao capítulo escrito por John Gaddis).

**International Organization**

| **COMPONENTE CURRICULAR** | | | | | **CÓDIGO** |
|---|---|---|---|---|---|
| Tópicos Especiais em Política Externa | | | | | 06740083 |
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Analisar tópicos especiais relacionados ao conteúdo de Política Externa, aprofundando debates e temas concernentes às disciplinas de Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira Contemporânea, por meio de um viés teórico.

**EMENTA**

Análise de Política Externa. Política Externa Brasileira. Atores e interesses.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CARLSNAES, Walter. Foreign Policy. In: Carlsnaes, Walter; Risse, Thomas; Beth Simmons (eds.). **Handbook of International Relations**. London: Sage, 2002.
HUDSON, Valerie M. The history and evolution of foreign policy analysis. In: SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim. **Foreign Policy** – Theories, Actors and Cases. New York: Oxford University Press, 2008.
MINTZ, Alex; DEROUEN, Karl Jr. **Understanding foreign policy decision making**. Cambridge : Cambridge University Press. 2010.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio (org.). **Política externa brasileira em debate**: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008. Brasília: Ipea/Funag, 2018.
**Revista Contexto Internacional**
**Revista Brasileira de Política Internacional**
**Revista Carta Internacional**
**World Politics**

| **COMPONENTE CURRICULAR** | **CÓDIGO** |
|---|---|
| Tópicos Especiais em Organizações Internacionais | 06740082 |
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | |

| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Analisar as Organizações Internacionais específicas, a partir da sua estrutura e

funcionamento, bem como seu potencial de difusão de políticas públicas.

**EMENTA**

Personalidade Jurídica, poderes e competências. Estrutura. Processo Decisório. Atos e Resoluções. Difusão de Políticas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CRETELLA NETO, José. **Teoria geral das organizações internacionais**. 3. São Paulo Saraiva 2012.
MATIAS, Eduardo Felipe P. **A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
HURRELL, Andrew. **On global order: power, values, and the constitution of international society**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DEAN, Mitchell. G**overning Societies: Political Perspectives on Domestic and International Rule.** Series: Issues in Society. Maidenhead : McGraw-Hill Education. 2007.

FATEMI, Khosrow. **International Public Policy and Regionalism at the Turn of the Century.** Edition: 1st ed. Amsterdam: Pergamon Press. 2001**.**

McCANN, Gerard. McCLOSKEY, Stephen. **From the Local to the Global: Key Issues in Development Studies.** Edition: Third edition. London, England: Pluto Press. 2015.

OCAMPO, José Antonio. **International Policy Rules and Inequality: Implications for Global Economic Governance.** Series: Inititiative for **Policy** Dialogue at Columbia: Challanges in Development and Globalization. New York: Columbia University Press. 2019.

GEYER, Robert. RIHANI, Samir. **Complexity and Public Policy: A New Approach to 21st Century Politics, Policy And Society.** London: Routledge. 2010.

| **COMPONENTE CURRICULAR** | **CÓDIGO** |
|---|---|
| Tópicos Especiais em Regimes Internacionais | 06740081 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br><br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br><br>**Horas:** 60<br><br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br><br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Analisar Regimes Internacionais específicos, a partir de conhecimentos teórico-conceituais de Relações Internacionais.

**EMENTA**

Aspectos conceituais e teóricos. Regulação Internacional. Atores e interesses.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

WEISS, Thomas. THAKUR, Ramesh.**Global Governance and the UN : An Unfinished Journey.** Bloomington : Indiana University Press. 2010.

DREZNER, Daniel W. **All Politics Is Global: Explaining International Regulatory Regimes. Princeton, N.J.:** Princeton University Press. 2008.

PULKOWSKI, Dirk. **The Law and Politics of International Regime Conflict**. Oxford: OUP Oxford. 2014.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BREITMEIER, Helmut. YOUNG, Oran R. ZURN, Michael. **Analyzing International Environmental Regimes: From Case Study to Database** Series: Global Environmental Accord. Cambridge, Mass: The MIT Press. 2006.

BRUCE, Cronin. **Institutions for the Common Good: International Protection Regimes in International Society.** Cambridge, UK: Cambridge University Press. 2003.

HOVI, Jon. STOKKE, Olav. ULFSTEIN, Geir. **Implementing the Climate Regime : International Compliance.** London: Routledge. 2005.

MAVROIDIS, Petros C. **The Regulation of International Trade: GATT.** Cambridge, Massachusetts: The MIT Press. 2016.

YOUNG, Margaret A. **Regime Interaction in International Law: Facing Fragmentation**. Cambridge: Cambridge University Press. 2012.

| **COMPONENTE CURRICULAR** | | | | | **CÓDIGO** |
|---|---|---|---|---|---|
| Tópicos Especiais em Governança Global | | | | | 06740080 |
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Desenvolver estudos contemporâneos sobre Governança Global em seus múltiplos aspectos e temáticas, conforme propostos pelo(a) docente ministrante.

**EMENTA**

Tópicos Especiais em Governança Global.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

DUFFIELD, Mark. **Global Governance and the New Wars***:* The Merging of Development and Security. London: Zed Books, 2014.
HELD, David. **Democracy and Global Order:** from the modern state to cosmopolitan governance*.* California: Stanford University Press, 1995.
WEISS, Thomas; THAKUR, Ramesh. **Global Governance and the UN**: an unfinished journey. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FRANCESCHET, Antonio; ARCHIBUGI, Daniele. **The Ethics of Global Governance.** Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2009.
HELD, David; McGREW, Anthony (eds). In: **The Global Transformations Reader***.* Polity Press, 2003.
HURRELL, Andrew. **On global order:** power, values, and the constitution of international society*.* Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.
SPETH, James Gustave; HAAS, Peter. **Global Environmental Governance**: Foundations of Contemporary Environmental Studies. Washington: Island Press, 2006.
WHITMAN, Jim. **Limits of Global Governance**. London: Routledge, 2005.

| **A PARTIR DO 5º SEMESTRE** | |
|---|---|
| **COMPONENTE CURRICULAR**<br><br>Tópicos Especiais em Ciência Política | **CÓDIGO**<br><br>06740079 |
| **Departamento ou equivalente**<br><br>Colegiado de Relações Internacionais | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** |

| **Horas:** 60<br><br>**Créditos:** 4 | **T**<br><br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |
|---|---|---|---|---|---|

**OBJETIVO**

Desenvolver estudos livres, clássicos ou contemporâneos, vinculados às diferentes subdisciplinas da Ciência Política internacional e/ou brasileira, conforme proposto pelo(a) docente ministrante.

**EMENTA**

Tópicos Especiais em Ciência Política.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MELO, Carlos Ranulfo; SAEZ, Manuel Alcantara (orgs). A democracia brasileira: balanço e perspectiva para o século XXI. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
Brazilian Political Science Review
Revista Brasileira de Ciência Política

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

Dados, Revista de Ciências Sociais
Lua Nova, Revista de Cultura e Política
Revista Brasileira de Ciências Sociais
Revista de Sociologia e Política
Revista Opinião Pública

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br><br>Tópicos Especiais em Direito Internacional | **CÓDIGO**<br><br>06740078 |
|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br><br>Colegiado de Relações Internacionais | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** |

| **Horas:**60<br><br>**Créditos:** 4 | **T**<br><br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |
|---|---|---|---|---|---|

**OBJETIVO**

Permitir aos alunos discussões de tópicos especiais, novos temas e novos ramos do Direito Internacional, não trabalhados nas disciplinas obrigatórias de Direito Internacional I e Direito Internacional II, em virtude de sua natureza dinâmica e com vistas a complementar a formação dos alunos para a prática profissional.

**EMENTA**

Estudos temáticos do direito internacional. Novos temas do direito internacional contemporâneo. Debates teóricos contemporâneos acerca do direito internacional. Estudo dos múltiplos ramos do direito internacional. Estudos dirigidos para a prática do direito internacional.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

**American Journal of International Law**

**The Yale Journal of International Law**

**European Journal of International Law**

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

**Columbia Journal of Transnational Law**

**Harvard International Law Journal**

**Journal of Private International Law**

**Revista Brasileira de Direito Internacional**

**Revista Brasileira de Direito do Mar**

<table>
<tr><td colspan="5">COMPONENTE CURRICULAR<br><br>Tópicos Especiais em Proteção Internacional da Pessoa Humana</td><td rowspan="2">CÓDIGO<br><br>06740077</td></tr>
<tr><td colspan="5">Departamento ou equivalente<br><br>Colegiado de Relações Internacionais</td></tr>
<tr><td rowspan="2">CARGA HORÁRIA:<br><br>Horas: 60<br><br>Créditos: 4</td><td colspan="6">Distribuição de créditos</td></tr>
<tr><td>T<br><br>4</td><td>E</td><td>P</td><td>EAD</td><td>EXT</td></tr>
</table>

**OBJETIVO**

Permitir aos alunos discussões de tópicos especiais, novos temas e novos ramos da proteção internacional da pessoa humana, não trabalhados na disciplina obrigatória de Proteção Internacional da Pessoa Humana, em virtude de sua natureza dinâmica e com vistas a complementar a formação dos alunos para a prática profissional.

**EMENTA**

Estudos temáticos sobre proteção internacional da pessoa humana. Novos temas acerca da proteção internacional da pessoa humana. Debates teóricos contemporâneos acerca da proteção internacional da pessoa humana. Estudos dirigidos acerca dos múltiplos agentes envolvidos na prática da proteção internacional da pessoa humana. Estudos dirigidos para a prática da proteção internacional da pessoa humana.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

**Columbia Human Rights Law Review**

**Human Rights Quarterly**

**The International Journal of Human Rights**

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

**African Human Rights Law Journal**

**Harvard Human Rights Journal**

**International Review of the Red Cross**

**Revista Latinoamericana de Derechos Humanos**

**Sur: International Journal on Human Rights**

| **COMPONENTE CURRICULAR** | | | | | | **CÓDIGO** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Tópicos Especiais em Economia Política Internacional | | | | | | 06740076 |
| **Departamento ou equivalente** | | | | | | |
| Colegiado de Relações Internacionais | | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | | |
| **Horas:** 60 | **T** | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** | |
| **Créditos:** 4 | 4 | | | | | |

**OBJETIVO**

Discutir os tópicos especiais da agenda de pesquisa em Economia Política Internacional (EPI) de maneira específica e aprofundada a fim de complementar o conhecimento na área de modo crítico e analítico.

**EMENTA**

Estudos temáticos da EPI. Abordagens críticas ao arcabouço teórico da EPI. Novos arranjos de governança econômica. Transformações do comércio. Novos atores político-econômicos. Desenvolvimento Internacional.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ÜNAY, Sadik. **Global Political Economy After the Crisis** : Theoretical Perspectives and Country Experiences. Series: Economic Issues, Problems and Perspectives. Hauppauge, N.Y. : Nova Science Publishers, Inc. 2017. eBook.

JEPSON, Nicholas. **In China's Wake** : How the Commodity Boom Transformed Development Strategies in the Global South. New York : Columbia University Press. 2019. eBook.

BROOKES, Marissa. **The New Politics of Transnational Labor:** Why Some Alliances Succeed. Ithaca [New York] : ILR Press. 2019. eBook.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

**Economia e Sociedade** (ISNN: 0104-0618/ 1982-3533)

**Revista de Economia Política** (ISNN: 0101-3157/ 1809-4538)

**Conjuntura Austral** (ISNN: 2178-8839)

**Contexto Internacional** (ISNN: 0102-8529)

**OIKOS** (ISNN: 1808-0235)

| **COMPONENTE CURRICULAR** | | | | | **CÓDIGO** |
|---|---|---|---|---|---|
| Comércio Internacional | | | | | 06740075 |
| **Departamento ou equivalente** | | | | | |
| Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas:** 60 | **T** | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |
| **Créditos:** 4 | 4 | | | | |

**OBJETIVO**

Analisar os grandes temas da agenda do comércio internacional, a partir do contexto regulatório do regime multilateral de comércio e outros arranjos regionais.

**EMENTA**

Histórico e Perspectivas do Sistema Multilateral de Comércio GATT-OMC. Países em desenvolvimento: tratamento especial e diferenciado. Os grandes temas em comércio internacional: bens e serviços, propriedade intelectual, defesa comercial, solução de controvérsias. Acordos Regionais e Preferenciais de Comércio. Temas ascendentes: meio ambiente, mudança climática, outros.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

LUZ, Rodrigo. **Relações econômicas internacionais e comércio internacional**. 4. Rio de Janeiro Método 2015.

SOUZA, José Manuel Meireles de. **Fundamentos do comércio internacional**. São Paulo Saraiva 2009.

KENT, Jones. **Reconstructing the World Trade Organization for the 21st Century: An Institutional Approach**. New York, NY : Oxford University Press. 2015.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BHAGWATI, Jagdish N.; KRISHNA, Pravin; PANAGARIYA, Arvind. **The World Trade System: Trends and Challenges.** Cambridge, MA: The MIT Press. 2016.

ELSIG, Manfred. COTTIER, Thomas. **Governing the World Trade Organization: Past, Present and Beyond Doha.** New York: Cambridge University Press. 2011.

LEMBO, Carolina. **Energia e o sistema multilateral de comércio perante o paradigma do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2015.

SAMPSON, Gary P. **The Role of the World Trade Organization in Global Governance.** Tokyo: United Nations University Press. 2001**.**

SILVA, Elaini Cristina Gonzaga da. **Direito internacional em expansão encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2016.

| **COMPONENTE CURRICULAR** | **CÓDIGO** |
|---|---|
| Negócios Internacionais | 06740074 |
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | |

| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Analisar oportunidades e desafios no contexto dos negócios internacionais, considerando tanto o cenário econômico, político e social, quanto as abordagens teóricas de internacionalização de empresas.

**EMENTA**

As empresas como atores das Relações Internacionais. O ambiente dos negócios internacionais. Sistemas políticos e legais nos negócios internacionais. Estratégias de internacionalização de negócios. Marketing Internacional, Ambiental e Social.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

AMATUCCI, Marcos (Org). **Internacionalização de empresas: teoria, problemas e casos**. São Paulo: Atlas, 2009.

FLEURY, Afonso Carlos Correa; FLEURY, Maria Tereza Leme (Org). **Internacionalização e os países emergentes**. São Paulo: Atlas, 2007.

GUEDES, Ana Lucia. **Negócios internacionais**. São Paulo Cengage Learning 2012.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

COHEN, Nevin. **Green Business: An A-to-Z Guide.** Series: The Sage Reference Series on Green Society, v. 5. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc. 2011.

KLINE, John M. **Ethics for International Business: Decision-Making in a Global Political Economy**. London: Routledge. 2005.

RUEL, Ruub. **International Business Diplomacy: How Can Multinational Corporations Deal with Global Challenges?** Bingley: Emerald Publishing Limited. 2017.

SANTOS, João Heitor De Avila. **International Business Strategy**. Oakville, ON:Society Publishing. 2019.

VELASQUEZ, Mauricio Ortiz. CÁRDENAS, Egna Avendaño; GUERRA, Harold Silva. **Introducción a los negocios internacionales Conceptos y aplicaciones**. Barranquilla: Universidad del Norte. 2019.

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br><br>Desenvolvimento Internacional | | | | | **CÓDIGO**<br><br>06740073 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br><br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br><br>**Horas:** 60<br><br>**Créditos:** 4 | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br><br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Discutir a evolução do debate acerca do desenvolvimento e as estratégias adotadas na América Latina, África e Ásia.

**EMENTA**

A disciplina aborda os aspectos teóricos acerca do desenvolvimento a partir do debate das principais correntes: as teorias da modernização e seus críticos (marxismo e cepalismo), neoliberalismo e globalização e novas correntes. Ademais, discute as experiências de desenvolvimento na América Latina, África e Ásia.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

MOYO, Sam; YEROS, Paris. **Reclaiming the Nation : The Return of the National Question in Africa, Asia and Latin America**. London : Pluto Press. 2011. eBook.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. 5. ed. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1984.

GRIFFTH-JONES, Stephany. **O fim de uma ilusão**: as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LAL, Deepak. **A pobreza das teorias desenvolvimentistas**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

**Economia e Sociedade** (ISNN: 0104-0618/ 1982-3533)

**Revista de Economia Política** (ISNN: 0101-3157/ 1809-4538)

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br><br>Sistema Financeiro Internacional | **CÒDIGO**<br>06740072 |
|---|---|
| **Departamento ou equivalente** | |

| Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas:** 60 | **T** | **E** | **P** | | |
| **Créditos:** 4 | 4 | | | | |

**OBJETIVO**

Compreender a evolução do sistema monetário e financeiro internacional, de modo a identificar os fatores geradores das crises econômicas e interpretar seus desdobramentos sobre os principais atores econômicos para avaliar cenários de negociações econômicas internacionais.

**EMENTA**

A disciplina apresenta aborda os princípios da economia monetária para explorar a construção do sistema monetário e financeiro internacional, do padrão ouro a Bretton Woods. Analisa o poder dos atores econômicos transnacionais: bancos e empresas. É enfatizado o estudo da relação entre o dinheiro e poder no sistema financeiro internacional: moedas, a (des)regulação do sistema, crises, instrumentos de governança e novas iniciativas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; MARTINS, Aline Regina Alves (Org.). **As transformações no sistema financeiro internacional**. Brasília: IPEA, 2013

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital**: uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Editora 34, 2002.

KINDLEBERGER, Charles P. **Manias, pânicos e crises uma história das crises financeiras**. São Paulo Saraiva 2013

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CHESNAIS, Francois. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xama, 1996.

TRIFFIN, Robert. **O sistema monetário internacional**: ontem, hoje e amanhã. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1972.

**Economia e Sociedade** (ISNN: 0104-0618/ 1982-3533)

**OIKOS** (ISNN: 1808-0235)

**Revista de Economia Política** (ISNN: 0101-3157/ 1809-4538)

| **COMPONENTE CURRICULAR** | | | | | **CÓDIGO** |
|---|---|---|---|---|---|
| Cooperação Internacional | | | | | 06740071 |
| **Departamento ou equivalente** | | | | | |
| Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas:** 60 | **T** | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |
| **Créditos:** 4 | 4 | | | | |

**OBJETIVO**

Apresentar e analisar o modelo de cooperação internacional para o desenvolvimento, a partir dos antecedentes históricos, das teorias e da evolução ao longo das décadas. Mostrar as modalidades de cooperação, os atores envolvidos, as normas, bem como as experiências aplicadas no mundo atual.

**EMENTA**

O que significa cooperar? Por que os Estados cooperam? As teorias da cooperação internacional; Modalidades de cooperação internacional; cooperação Norte-Sul,, Modalidades de Cooperação Internacional; cooperação Sul-Sul; cooperação triangular e descentralizada; o Brasil e a experiência em cooperação.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

LANCASTER, Carol. **Foreign Aid: diplomacy, development, domestic politics.** Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

KEOHANE, Robert**. After hegemony. Cooperation and discord in the world political economy**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984.

WILLIAMS, David. **International Development and Global Politics: history, theory and practice.** New York: Routledge, 2012 .

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

AYLLÓN, Bruno. **Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul. In: Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. André de Mello e Souza (org). – [Brasília]: Ipea, 2014. Cap.3

MILANI, Carlos R. S. **Organizações Multilaterais de Desenvolvimento**. In: André de Mello e Souza. (Org.). Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2014, p. 89-112.

MILANI, Carlos R. S. **ABC 30 Anos: história e desafios futuros.** Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2017.

SMOUTS, Marie -Claude**. A cooperação internacional: da coexistência à governança mundial**. In SMOUTS, M.C. As novas relações internacionais. Brasília. Ed. Unb. 2004.

SATO, Eiti. **Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI**. Revista Brasileira de Política Internacional. Ano 46. Nº 2, 2003.

**American Political Science Review**

**International Organization**

**World Políticts**

**Revista Brasileira de Política Internacional**

<table>
<tr><td colspan="5">COMPONENTE CURRICULAR<br><br>Política Externa Brasileira Contemporânea</td><td rowspan="2">CÓDIGO<br><br>06740070</td></tr>
<tr><td colspan="5">Departamento ou equivalente<br><br>Colegiado de Relações Internacionais</td></tr>
<tr><td rowspan="2">CARGA HORÁRIA:<br><br>Horas: 60<br><br>Créditos: 4</td><td colspan="6">Distribuição de créditos</td></tr>
<tr><td>T<br><br>4</td><td>E</td><td>P</td><td>EAD</td><td>EXT</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="7">OBJETIVO<br><br>Analisar e compreender a formação da política exterior brasileira à luz dos atores e condicionantes domésticos – de natureza política, econômica e social – que influenciaram a inserção internacional do país no período de 1990 aos dias atuais.</td></tr>
<tr><td colspan="7">EMENTA<br><br>Os governos de Fernando Collor e Itamar Franco (1990-1994). A política externa na era Cardoso (1994-2002). A política externa na era Lula (2003-2008). A política externa na era Dilma (2008-2016). Política externa brasileira na atualidade.</td></tr>
<tr><td colspan="7">BIBLIOGRAFIA BÁSICA<br><br>CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: 4ª Ed. UnB, 2012.<br><br>OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. Relações internacionais do Brasil: temas e agendas, v.1. São Paulo: Saraiva, 2007.<br><br>PINHEIRO, Letícia Abreu. Política externa brasileira. Rio de Janeiro Zahar, 2004.</td></tr>
</table>

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

LAFER, Celso. **Mudam-se os tempos:** diplomacia brasileira 2001 - 2002. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

MILANI, Carlos Roberto Sanches et al. **Atlas da política externa brasileira.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2005.

**Revista Brasileira de Política Internacional**

**Revista Contexto Internacional**

| **COMPONENTE CURRICULAR** | | | | | **CÓDIGO** |
|---|---|---|---|---|---|
| Dinâmica Geopolítica Contemporânea | | | | | 06740069 |
| **Departamento ou equivalente** | | | | | |
| Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| **Horas:** 60 | **T** | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |
| **Créditos:** 4 | 4 | | | | |

**OBJETIVO**

Permitir ao discente analisar e compreender as questões contemporâneas e suas características nas relações internacionais sob uma perspectiva geopolítica. Introduzir o discente no campo da análise da estrutura e dos cenários dos eventos internacionais de grande importância.

**EMENTA**

O conhecimento dos principais *hot spots* geopolíticos contemporâneos e sua interface com as relações internacionais: China, Rússia, Irã e Coreia do Norte; análise do enfraquecimento geopolítico dos EUA; a geopolítica da América do Sul; processos de modernização bélica ao redor do mundo.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ARRIGHI, G. **O longo século XX.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PENNAFORTE, Charles et al. **Panorama Contemporâneo** - Geopolítica e Relações Internacionais. Rio de Janeiro, Cenegri Edições, 2008.

KENNEDY, Paul. **A ascenção e queda das grandes potências**. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

NYE, Joseph. **Soft Power**. New York, Public Affairs, 2005.

NYE, Joseph. **Compreender os Conflitos Internacionais**. Uma introdução à Teoria e à História. Lisboa: Gradiva, 2002.

NYE, Joseph. **The future of Power**. New York: Public Affairs, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: retórica e poder. São Paulo: Boitempo, 2007

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**.São Paulo, Ed. Contraponto, 2003.

| COMPONENTE CURRICULAR | CÓDIGO |
|---|---|
| Relações Internacionais da África | 06740068 |
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | |

| CARGA HORÁRIA: | Distribuição de créditos | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Apresentar aos discentes as linhas gerais da evolução das relações internacionais da África no século XX e século XXI. Traçar uma visão panorâmica da colonização europeia e analisar a dinâmica da descolonização do pós-Guerra a partir da disputa ideológica entre URSS e EUA. Compreender o processo gerado pelo fim da Guerra Fria e suas consequências até os dias atuais.

**EMENTA**

Analisar a partilha da África, as resistências africanas e os sistemas de colonização; a Conferência de Bandung e a ideologia terceiro-mundista; o processo de descolonização africana, Angola e Moçambique na dinâmica da Guerra Fria, a África Lusófona, os efeitos do pós-colonialismo nos Estados africanos; dinâmica atual.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Relações internacionais contemporâneas**. Porto Alegre, Vozes, 2008

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos** - o breve século XX (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras,1995.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais da Ásia e da África**.

Porto Alegre, Vozes, 2007.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914).** São Paulo, Paz e Terra, 1998.

KENNEDY, Paul. **A ascensão e queda das grandes potências**, Rio de Janeiro, Campus, 1989.

SADER, Emir. **O século do imperialismo**. Século XX: uma biografia não-autorizada. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

**Contexto Internacional**

**Revista Carta Internacional**

| **COMPONENTE CURRICULAR**<br>Política Comparada | | | | | **CÓDIGO**<br>06740067 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | | | | |
| | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

A disciplina tem como objetivo mostrar os conceitos fundamentais da política comparada e o método comparado, a partir da abordagem teórica envolvendo diferentes temáticas como: regime democrático, desenvolvimento econômico, instituições políticas, Estado e conflitos internacionais.

**EMENTA**

O método e o campo de estudos comparados, comparar o quê e como? Método qualitativo e quantitativo. O campo de estudos comparados na atualidade. Análise de tópicos relacionados com a Ciência Política e às Relações Internacionais: escolha racional, processos políticos e internacionais, institucionalismo, dimensões doméstica e internacional e a participação de diferentes atores no poder.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CARAMANI, Daniele. **Comparative Politics**. New York: Oxford University Press. 2008.

COLLIER, David. **The comparative method.** In: A. W. Finifter (ed.), Political Science: The State of the Discipline II. Washington DC: APSA. 1993.

LANDMAN, Todd. **Issues and Methods in Comparative Politics**. New York. Routledge. 2003

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

AMORIM NETO, Octavio.**A política comparada no Brasil: a política dos outros**, in C. B. Martins e R. Lessa (orgs.), **Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política**, São Paulo, Instituto Ciência Hoje/Barcarolla/Discurso Editorial/Anpocs, pp. 321-340. 2010.

BADIE, Bertrand. **Política comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

KOPSTEIN, Jeffrey e LICHBACH, Mark. **Comparative Politics: Interests, Identities, and Institutions in a Changing Global Order**. 2ªed. New York: Cambrigde Univesity Press. 2005.

LIJPHART, Arendt. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAMUELS, David; ABRUCIO, Fernando Luiz. **Federalism and democratic transitions: the "new" politics of the governors in Brazil.**" Publius v. 30, p. 43-61, 2000.

**International Organization**

**WorldPolítics**

| **COMPONENTE CURRICULAR** | **CÓDIGO** |
|---|---|
| Etnicidade e Relações Internacionais | 06740066 |
| **Departamento ou equivalente**<br>Colegiado de Relações Internacionais | |

| **CARGA HORÁRIA:** | **Distribuição de créditos** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Horas:** 60<br>**Créditos:** 4 | **T**<br>4 | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Colaborar para a formação crítica dos alunos acerca do papel e do poder discursivo e de mobilização para a ação política da etnicidade como categoria identitária nos jogos políticos contemporâneos – nacionais, internacionais e transnacionais –, na medida em que geradora de direitos e também de dominação e violência, cotejando, por meio do estudo de movimentos étnicos específicos, seus efeitos comparativamente a outras formas de ação política coletiva.

**EMENTA**

Etnicidade e identidade: conceitos fundamentais. Conceito de minorias, em sentido qualitativo e quantitativo. Politização da etnicidade. Políticas identitárias e políticas de classe: intersecções. Multiculturalismo. Interculturalidade. História e raízes dos movimentos étnicos: movimentos de povos originários, movimento negro. Movimentos sociais étnicos e politização da etnicidade: estudo de casos específicos. Movimentos étnicos transnacionais.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

PONTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade:** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
DUVAL, Fábio Amaro da Silveira Duval. **Os povos e os movimentos indígenas e a politização da etnicidade na Bolívia e no Peru: das etnogêneses às esquerdas no poder.** Tese de Doutorado. Instituto de Relações Internacionais: Universidade de Brasília, 2014.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel Rodrigues (Org.). **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: UNESP, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais** - paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2007.

HECHTER, Michael. From class to culture. **American Journal of Sociology**, vol. 11, nº 2, p. 400-445, 2004.

KUPER, Adam. The return of the native. **Current Anthropology**, vol. 44, nº 3, p. 389-402, 2003.

TARROW, Sidney. **The new transnational activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
**Íconos: Revista de Ciencias Sociales**

| COMPONENTE CURRICULAR<br>Língua Brasileira de Sinais - Libras I | | | | | CÓDIGO<br>20000084 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Departamento ou equivalente**<br>Centro de Letras e Comunicação | | | | | |
| **CARGA HORÁRIA:**<br>**Horas: 60h**<br>**Créditos: 4** | **Distribuição de créditos** | | | | |
| | **T**<br>**4** | **E** | **P** | **EAD** | **EXT** |

**OBJETIVO**

Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais; Propor uma reflexão sobre o conceito e experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sociocultural e linguística; Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais.

**EMENTA**

Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walquíria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.2v.

GESSER, Audrei. **LIBRAS?** Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da Língua Sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

COELHO, Orquídea; KLEIN, Madalena (Coord.). **Cartografias da surdez:** comunidades, línguas, práticas e pedagogia. Porto: Livpsic, 2013. 513 p. ISBN 9789897300240

LODI, Ana Cláudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (orgs). **Uma escola, duas línguas:** letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Prisicila; NAKASATO, Ricardo. **LIBRAS:** conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA-MACHADO, Lucyenne M. da Costa; BREGONCI, Aline de Menezes; FERREIRA, Arlene Batista; XAVIER, Keli Simões (orgs). **Práticas bilíngues:** caminhos possíveis na educação dos surdos. Vitória: GM. 2010.

# 4. METODOLOGIAS DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

## 4.1. METODOLOGIAS, RECURSOS E MATERIAIS DIDÁTICOS

O Regulamento do Ensino de Graduação da UFPel aprovado em 2018, prevê em seu Art. 3º que "os cursos de graduação serão orientados, respeitando a diversidade de ideias e de concepções teórico-metodológicas, por princípios educativos promotores da integração entre ensino, pesquisa e extensão nos processos de ensino e de aprendizagem" (UFPEL, 2018, p. 5). Nesse sentido, o presente PPC persegue o cumprimento desses princípios de forma relacional, considerando tanto as dimensões formativas específica, complementar e em extensão dispostas no Regulamento, quanto os eixos formativos estruturante, interdisciplinar, complementar e profissional previstos nas DCNs dos cursos de RI.

No âmbito das DCNs, ressalta-se que a concepção do presente PPC também procurou primar pelos princípios da "transversalidade da interdisciplinaridade" e "da flexibilidade da

estrutura curricular do curso", especialmente na construção de oportunidades institucionais que permitam a realização de disciplinas optativas junto a outros cursos e departamentos e no estímulo à realização de atividades complementares proporcionadas por outros cursos, as quais contribuam para o perfil do egresso.

Dessa forma, o curso de RI da UFPel procura incentivar e adotar uma pluralidade de estratégias, recursos, materiais e procedimentos metodológicos de ensino-aprendizagem, valendo-se cada vez mais da incorporação das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) para aprimorar e qualificar as habilidades e competências exigidas na formação do(a) internacionalista. Nota-se que esse processo foi intensificado a partir do contexto pandêmico iniciado em março de 2020, o qual exigiu uma readequação da instituição para a realização do ensino emergencial remoto. Nesse sentido, foi desenvolvido o sistema *E-aula* pelo Comitê UFPel Digital, plataforma que utiliza uma versão atualizada do Moodle. Esse *software* dispõe de vários recursos que estimulam a criatividade e a horizontalidade nos processos de ensino e aprendizagem – virtual e/ou presencial –, assim como o protagonismo discente e articulação teórico-prática dos componentes curriculares. Trata-se, portanto, de uma ferramenta aliada às propostas inovadoras, ativas e contemporâneas para o ensino superior.

A vinculação epistemológica com as Ciências Humanas e Sociais faz com que grande parte do processo de ensino e aprendizado dos componentes curriculares na formação específica se dê através de leitura[22], escrita e exposição oral por meio de diferentes dinâmicas individuais e grupais, em aulas expositivas e dialogadas, para o desenvolvimento das habilidades e competências acadêmico-científicas e profissionais[23]. Há também os projetos, que estimulam aspectos práticos e aplicação do conhecimento, para o atendimento do perfil do egresso.

Quanto à formação complementar (atividades de ensino, pesquisa e extensão) e à extensão curricular (integralização curricular de projetos de extensão nos quais os estudantes são ativos), tem-se, especialmente, o cruzamento com os eixos complementar e profissional das DCNs dos cursos de RI. Esta dupla exigência requer uma diversificação de projetos e propostas que utilizem as mais variadas estratégias para o desenvolvimento das competências

---

[22] A UFPel dispõe de um acervo físico e virtual bastante variado em seu conjunto de bibliotecas e em plataformas digitais assinadas pela instituição, as quais oferecem diversos periódicos de referência nacional e internacional para a área.

[23] É recomendável que os processos de avaliação sejam variados em número e tipo, podendo-se adotar outras formas além da prova escrita, a critério de cada docente. São exemplos: provas orais, trabalhos científicos, controles de leitura, debates e discussões, apresentação de seminários, relatórios, confecção de *papers*, artigos ou ensaios, pesquisas de campo, pesquisas bibliográficas, dentre outros.

e habilidades relacionadas ao perfil do egresso. Assim, o presente PPC procura assegurar uma formação acadêmica e científica de qualidade e excelência ao seu corpo discente, considerando também a importância da inserção profissional no mundo do trabalho e da articulação entre teoria e prática.

Em relação ao desenvolvimento e acompanhamento pedagógico dos estudantes com deficiência e/ou necessidade especiais, destaca-se que o curso tem contado nos últimos anos com o apoio e o suporte fundamental do NAI (Núcleo de Acessibilidade e Inclusão) da Universidade, criado em 2008 na UFPel. Buscando aliar conceitos e práticas, o NAI promove

> ações de conscientização, discussão, formação compartilhada de coordenadores, técnicos, professores, monitores, tutores e comunidade em geral, além da oferta dos serviços especializados aos alunos dos diversos cursos de graduação, encaminhamento de intérpretes para as aulas, eventos e atividades relacionadas e, ainda, da criação, organização e acervo de recursos didáticos adaptados que possibilitem avanços nos processos de aprendizagem e inclusão (UFPEL, 2020, s/p).

## 4.2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

O NDE e o Colegiado do curso de RI partem do princípio de que a avaliação é um exercício contínuo e cumulativo, prezando sobretudo pelos aspectos qualitativos e pelos resultados obtidos ao longo do processo de ensino-aprendizagem por parte do discente. As avaliações seguem os dispositivos previstos no Capítulo V do Regulamento de Ensino de Graduação (Resolução No. 29, de 13 de Setembro de 2018), o qual prevê que o aproveitamento acadêmico se dá pelo desempenho acadêmico obtido e a frequência em cada componente curricular.

Quanto aos instrumentos de avaliação, recomenda-se que sejam variados em número e tipo, podendo-se adotar outras formas além da prova escrita, a critério do professor. São exemplos: provas orais, trabalhos científicos, controles de leitura, debates e discussões, apresentação de seminários, relatórios, *papers*, pesquisas de campo, pesquisas bibliográficas, dentre outros. Cada docente possui a autonomia para desenvolver suas estratégias didático-pedagógicas, bem como as dinâmicas das avaliações nas disciplinas que ministra.

No curso de Relações Internacionais, o desempenho acadêmico nas disciplinas será expresso em notas, conforme dispõe o Artigo 150 do Regulamento de Ensino da Graduação:

> **Art. 150.** O resultado do desempenho discente, em cada componente curricular, poderá ser expresso por meio de notas ou conceitos, conforme o projeto pedagógico do curso.
> **§1º** No caso do curso que optar por nota, esta deve ser expressa de 0 a 10, sendo considerado aprovado sem exame o discente que obtiver nota 7, conforme definido no Regimento Geral da Universidade.
> **§2º** O aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e obtiver média semestral entre 3 (três) e 6,9 (seis inteiros e nove décimos), terá direito a exame.
> **§3º** A aprovação após exame será obtida se a média entre a nota do exame e a média semestral for igual ou superior a 5,0 (cinco).
> **§4º** No caso do curso que optar por conceito, deve ficar explícito no projeto pedagógico do curso qual conceito dará direito à progressão, qual conceito permitirá exame e qual conceito implicará em retenção.
> **§5º** É vedado aos cursos de graduação da UFPel utilizar no mesmo curso duas formas de expressão de resultados do desempenho acadêmico, exceto os componentes curriculares de Estágio e TCC.
> **§6º** Estágios curriculares e Trabalhos de Conclusão de Curso não são passíveis de exame pela natureza da atividade, sendo necessária a obtenção da média 7 (sete) para aprovação (UFPEL, 2018, p. 30).

Quanto ao controle de frequência, será realizado pelo docente, o qual é responsável pela alimentação do Sistema Integrado de Gestão Cobalto (permitindo o acompanhamento, pelos discentes). Para que seja aprovado, além das médias mínimas previstas, o acadêmico deverá possuir frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), além das notas.

Uma vez que as datas e prazos que orientam o curso são aquelas previstas no Calendário Acadêmico da Universidade, a Semana de Exames de cada semestre letivo, para os cursos de graduação, são amplamente divulgadas.

Quanto ao TCC regulamentado por este projeto pedagógico, optou-se pelo conceito de aprovação e reprovação em detrimento de nota numérica, como o é nas demais disciplinas do curso. Os critérios de avaliação do TCC podem ser conferidos no APÊNDICE VI do presente.

No âmbito particular das disciplinas ministradas, tem-se o entendimento de que cada docente trabalhará, eventuais limitações encontradas, de modo a repensar atividades que auxiliem a superação das dificuldades apresentadas, seja pela turma, seja por discentes individualmente. Essa concepção de avaliação assume o compromisso com a aprendizagem efetiva na continuidade do estudo, dando aos alunos(as) a oportunidade de aprendizagem por caminhos possíveis e efetivos. Respeita-se, assim, a diversidade de características individuais e educacionais, de acordo com as especificidades de cada trajetória e ritmos de aprendizado. Além disso, procura-se, dentro de cada contexto, desenvolver as habilidades e competências previstas e desejadas para o perfil do egresso.

Ressalta-se também a existência do Grupo de Interlocução Pedagógica (GIP)[24], existente no IFISP, como espaço para discussão e suporte na mediação pedagógica de situações relacionadas ao ensino e à aprendizagem no curso.

# 4.3. APOIO AO DISCENTE

Na UFPel, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) foi criada no ano de 2007, a partir da identificação da necessidade de atendimento aos estudantes de diversas partes do país, ingressantes através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que passaram a demandar a ampliação do programa de moradia estudantil e a criação de alojamento provisório, aumentando a capacidade de atendimento dos estudantes, com uma estrutura mais adequada para responder positivamente a essas demandas e a outras, que foram se apresentando com a consolidação dessa forma de ingresso na UFPel.

A PRAE atualmente conta com duas Coordenações – de Integração Estudantil (CIE) e de Ações Afirmativas e Políticas Estudantis (CAPE) – subdivididas em núcleos que acompanham os diversos programas desenvolvidos na instituição. Assim, a PRAE deixou de atuar somente no âmbito da assistência direta e passou a trabalhar com políticas mais amplas de inclusão e permanência, voltadas não só para o apoio financeiro, mas apoio psicossocial e ações voltadas a questões envolvendo gênero e etnia. A PRAE também tem políticas voltadas ao lazer e à cultura, promovendo acesso a eventos através de editais, nos quais podem participar quaisquer estudantes matriculados nos cursos de graduação da UFPel. A UFPel também provê serviços de apoio psicopedagógico através da Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Em termos de opções de refeitórios, a UFPel conta com um total de 4 Restaurantes Universitários (um no Campus Capão do Leão, Campus Anglo e dois no centro histórico da cidade). Nesse sentido, ofertando alimentação acessível e de qualidade, a universidade a cada ano se empenha em aprimorar sua infraestrutura para receber seus alunos. As aulas do curso de RI ocorrem em endereço bem localizado, no centro da cidade. O corpo discente e docente, dessa forma, possui acesso a diferentes cafés e pontos para cópias e impressões.

[24] A Resolução COCEPE nº 15, de 25 de maio de 2017, criou o Programa Institucional de Pedagogia Universitária, sendo os Grupo de Interlocução Pedagógica (GIPs) importantes instrumentos no no sentido de estreitar e aprofundar os laços entre a Coordenação de Pedagogia Universitária e as Unidades Acadêmicas da UFPel.

A universidade conta ainda com políticas de assistência estudantil e o estímulo ao desenvolvimento acadêmico por meio dos Programas de Bolsa Permanência (PBP) e Programas de Bolsa de Graduação (PBG). Com apoio de tais Programas de Bolsa, o Curso vem incentivando projetos que busquem qualificar cada vez mais a identidade da formação profissional, bem como tentando minimizar a evasão e a reprovação, com monitorias, projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Como já mencionado, em termos de infraestrutura e acessibilidade, a UFPel possui no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), o qual oferece suporte aos alunos no sentido de promover e auxiliar na acessibilidade e inclusão de discentes portadores de Deficiências, Transtorno do espectro Autista e Altas Habilidades e/ou Superdotação, assim como em relação a outras situações desta mesma categoria na qual o aluno e/ou a Coordenação necessitem de apoio ou orientações.

As reuniões com os colegas do NAI são realizadas no âmbito do Colegiado do curso para construir estratégias de inclusão em termos de abordagem de conteúdos durante as aulas, adaptação de atividades avaliativas e oferecimento de materiais didáticos adequados a cada caso.

A Coordenação do Colegiado de Curso trabalha ativamente no acolhimento dos acadêmicos desde seu ingresso[25], além de atuar também durante todo o curso, de forma comprometida, para atender as necessidades de cada discente, desde as dificuldades de adaptação até aquelas que envolvem o percurso acadêmico. Nesse sentido, a representação discente do CARI (Centro Acadêmico de Relações Internacionais) possui um canal constantemente aberto para o envio de demandas e sugestões ao NDE e ao Colegiado, garantido pelo assento permanente no Colegiado do curso. O curso costuma realizar assembleias gerais quando necessário, havendo também assembleias estudantis promovidas pelo CARI pelo mínimo uma vez ao semestre. Os calouros são recepcionados anualmente através de atividades de boas-vindas que visam apresentar o curso e a universidade realizada todos os anos pela coordenação vigente.

[25] No ano de 2020, por exemplo, a Acolhida ocorreu no dia 10 de março de 2020, no Auditório do CEHUS (Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Artes e Linguagem), com a presença do corpo docente, da Coordenação de Relações Internacionais (CRinter) e da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Ademais, a representação discente apresentou suas atividades, bem como a Atlética e alguns projetos do Curso.

Observa-se que o curso de Relações Internacionais possui um alto número de formandos(as) todos os anos[26]. Devido ao contexto de refundação do curso e comemoração dos seus dez anos de existência em 2020, o projeto de unificado "Relações Internacionais UFPel: seus dez anos e novas perspectivas (2979)" tem por objetivo promover ações que permitam, tanto conhecer o perfil dos seus egressos como outras informações sobre os atuais discentes vinculados ao curso.

Lembra-se que a instituição disponibiliza em seu site principal o Guia do Estudante, material fundamental de orientação e acolhimentos para os estudantes ingressantes (UFPEL, 2020).

# 5. GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso.

Neste sentido, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFPel constitui-se, nos termos da Lei 10.861/04, no órgão responsável pela condução dos processos de avaliação interna da UFPEL, assim como pela sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP para fins de avaliação institucional. A CPA, nos termos da mesma Lei, atua de forma autônoma em relação aos Conselhos e todos os demais Órgãos Colegiados da UFPel, devendo conduzir a avaliação institucional de forma a abranger, no mínimo, as seguintes dimensões exigidas pela lei:

a) A missão e o plano de desenvolvimento institucional;

b) A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão, a prestação de serviços e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

[26] Os números relacionados ao ensino na UFPel no que tange o fluxo de alunos (matrículas, ingressos, trancamentos, etc.) pode ser consultados em <http://dados.ufpel.edu.br/>.

c) A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

d) A comunicação com a sociedade;

e) As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

f) Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

g) Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

h) Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

i) Políticas de atendimento aos estudantes;

j) Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Além disso, o Núcleo de Regulação de Cursos – NRC – ligado à Pró-Reitoria de Gestão da Informação e Comunicação – PROGIC, é responsável pelo acompanhamento e gestão dos processos regulatórios dos cursos de graduação da UFPel, relativos ao Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Suas atribuições são:

1) Planejar, dirigir, coordenar e orientar as atividades de gestão dos atos regulatórios emitidos pelo Ministério da Educação e suas autarquias;

2) Apoiar as atividades desenvolvidas pela comissão permanente de avaliação;

3) Apoiar e coordenar as ações das coordenações de curso em relação ao ENADE;

4) Informar os dados institucionais ao Censo Superior e acompanhar os avaliadores do INEP durante as auditorias de verificação.

5) Prover, monitorar e manter atualizados os dados da instituição junto aos diversos órgãos de regulação e supervisão do ensino superior;

6) Orientar as coordenações quando da ocorrência de diligências ou Protocolos de compromisso;

7) Orientar e Acompanhar os cursos durante as visitas *in loco*.

A elaboração e a formulação dos projetos pedagógicos do Curso de Relações Internacionais é de responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE), passando pela análise e aprovação do Colegiado do curso. Após aprovação do Curso, o projeto é submetido à Coordenadoria de Ensino e Currículo, Pró-Reitoria de Graduação e COCEPE.

É sobretudo através do NDE e do Colegiado que o Curso de Relações Internacionais realiza suas avaliações internas, contemplando dimensões de impactos e relações externas com a comunidade universitária. A gestão acadêmica do curso é conduzida pelo seu Colegiado e sua Coordenação e conta com o suporte fornecido pelo técnico-administrativo no secretariado de suas rotinas administrativas e burocráticas. Ao longo de uma década de existência, é possível afirmar que o curso de RI da UFPel procura se alinhar ao contexto nacional dos cursos de RI das universidades públicas, perseguindo seu fortalecimento institucional, inserção local e projeção nacional.

Também cabe mencionar que os discentes, no COBALTO, podem avaliar, via formulário eletrônico, itens referentes ao curso, à infraestrutura, aos docentes, aspectos pedagógicos, didáticos e gerais da universidade. O Curso, via Colegiado e NDE, também realiza autoavaliação via Formulário Institucional de Autoavaliação do Curso (FIAC) e que vem possibilitando avaliações, por exemplo, quanto à Dimensão Didático-Pedagógica e de infraestrutura, o que tem permitido identificar a necessidade de novas qualificações ao Curso. A unidade também está em fase de finalização do Plano de Desenvolvimento da Unidade, em que se avalia os espaços institucionais, os projetos, a situação atual do curso como um todo, para então projetar o planejamento da instituição em três dimensões: a estratégica, a tática e a operacional, com participação de docentes, técnico-administrativos e discentes.

## 5.1. COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de curso é o órgão de coordenação didática que tem por finalidade superintender o ensino no âmbito dos cursos de graduação. São atribuições do Colegiado do Curso de Relações Internacionais, conforme previsto no Regimento da UFPel:

> I. coordenar e supervisionar o curso;
>
> II. receber reclamações e recursos na área do ensino;
>
> III. apreciar os pedidos de transferência e estudar os casos de equivalência de disciplinas de outras Universidades ou Unidades de Ensino para efeitos de transferência;
>
> IV. elaborar ou rever o currículo, submetendo-o ao Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão;
>
> V. propor ao Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão, a organização curricular dos cursos correspondentes;
>
> VI. emitir parecer sobre os processos relativos a aproveitamento de estudos e adaptação, mediante requerimento dos interessados;
>
> VII. assegurar a articulação entre o ciclo básico e o ciclo profissional do curso correspondente;
>
> VIII. estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores;
>
> IX. emitir parecer sobre recursos ou representações de alunos sobre matéria didática;
>
> X. aprovar o Plano de Ensino das disciplinas do curso correspondente;
>
> XI. aprovar a lista de ofertas das disciplinas do curso correspondente para cada período letivo;
>
> XII. propor aos Departamentos correspondentes os horários mais convenientes para as disciplinas de seu interesse;
>
> XIII. elaborar seu Regimento, para aprovação pelo Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão (UFPEL, 1977, s/p).

Portanto, o Colegiado do Curso é o órgão consultivo, deliberativo e executivo das atividades político-administrativas e acadêmicas, exercendo a coordenação didática e pedagógica, cuja finalidade é supervisionar o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito do Curso. Para tanto, orienta-se pelos procedimentos institucionais da unidade acadêmica ao qual se vincula, o IFISP, assim como todas as regulamentações da Universidade.

O Colegiado é dirigido por um Coordenador. Segundo o Art.127 do Regimento da UFPel (1977), compete ao Coordenador do Curso:

> I integrar o Conselho Universitário , quando for o caso;

> II presidir os trabalhos do Colegiado de Cursos;
> III responder, perante o Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino do curso correspondente;
> IV fiscalizar o cumprimento da legislação federal de ensino relativa ao curso;
> V coordenar a atividade de orientação discente no âmbito do respectivo curso;
> VI designar os professores-orientadores;
> VII receber e encaminhar os processos dirigidos ao Colegiado de Curso;
> VIII solicitar aos chefes de Departamentos as providências necessárias ao regular funcionamento do curso;
> IX cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado de Curso;
> X assegurar o regular funcionamento do colegiado de curso, dentro das normas do Estatuto e do Regimento da Universidade e Resolução do Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão;
> XI comunicar ao Diretor da Unidade correspondente as faltas não justificadas de professores às reuniões do Colegiado (UFPEL, 1977, s/p.).

O Colegiado do Curso de Relações Internacionais tem na sua estrutura administrativa uma secretaria que conta com um técnico-administrativo encarregado dos trabalhos envolvendo a organização administrativa e burocrática do curso, tais como: acompanhamento de registros acadêmicos, matrículas e currículos; recebimento de atividades complementares, documentos, processos e solicitações; convocações das reuniões; distribuição dos horários semestrais; atendimento aos discentes e docentes; elaboração das atas; dentre outras atividades referentes às rotinas burocráticas acadêmicas. As reuniões ordinárias e extraordinárias ocorrem mediante *quórum* de maioria simples, sendo suas convocações enviadas aos membros do Colegiado com o mínimo de 24 horas de antecedência e suas atas lavradas e assinadas via SEI/UFPEL.

## 5.2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

De acordo com a Resolução n. 22 de 19 de Julho de 2018 que dispõe sobre o NDE dos cursos na UFPel (UFPEL, 2018a, p. 1 e 2), o Núcleo Docente Estruturante (NDE) possui "caráter consultivo, propositivo e de assessoria sobre matéria acadêmica, para acompanhamento e avaliação do curso, responsável e atuante nas definições do Projeto Pedagógico e das suas necessidades, a partir da elaboração, da implementação, da atualização

e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso". De acordo com seu Art. 2°, são suas atribuições:

I. Propor, organizar e encaminhar, em regime de colaboração, a elaboração, reestruturação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), definindo concepções e fundamentos;
II. Promover melhorias no Currículo do Curso tendo em vista a sua flexibilização e a promoção de políticas que visem sua efetividade;
III. Contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso e melhora geral da qualidade do Curso ao qual se vincula, realizando estudos e atualizações periódicas do PPC, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e análise da adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho e da sociedade;
IV. Acompanhar o desenvolvimento do PPC, referendando, por meio de relatório redigido e assinado por todos os seus membros, a adequação das bibliografias básicas e complementares do curso, de modo a garantir compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar da unidade curricular, entre número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros cursos que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, seja físico ou virtual;
V. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Nacionais para os cursos de graduação e demais legislações relacionadas;
VI. Acompanhar e apoiar o cumprimento das normas de graduação da UFPel e demais normas institucionais aplicáveis;
VII. Estudar políticas que visem à integração do ensino de graduação, da pesquisa e pós-graduação e da extensão, considerando o aprimoramento da área de conhecimento do curso;
VIII. Encaminhar à Direção da Unidade as demandas referentes à aquisição de títulos virtuais ou físicos, para adequação das referências bibliográficas ao PPC do Curso;
IX. Disponibilizar o relatório referendado de bibliografias aos avaliadores do INEP/MEC, durante as visitas in loco para fins de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento de curso ou recredenciamento institucional;
X. Acompanhar e apoiar os processos de avaliação e regulação do Curso.

Ainda de acordo com a mesma Resolução (UFPEL, 2018), o NDE deve ser constituído por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao curso, possuindo o(a) Coordenador(a) como seu presidente. O mandato de seus membros é de três anos, devendo ser asseguradas as estratégias de renovação parcial dos seus integrantes. Pelo menos 60% dos membros do NDE deve possuir pós-graduação *stricto sensu* e pelo menos 40% dos seus integrantes deve possuir o título de doutor; 40% deve possuir dedicação exclusiva; e, 80% deve possuir formação acadêmica na área do curso.

O NDE responsável pela confecção deste PPC atende a todos esses requisitos, sendo atualmente composto pelos 7 (sete) docentes que assinam este documento.

# 5.3. AVALIAÇÃO DO CURSO E DO CURRÍCULO

As reuniões periódicas do Colegiado e do NDE cumprem um papel fundamental no que diz respeito ao acompanhamento do curso e sua dinâmica de funcionamento, tanto administrativa quanto didático-pedagógica.

Cabe mencionar que no ano de 2014, o curso passou pelo seu primeiro processo de reconhecimento, sendo este reconhecido nos termos da Portaria nº 70 de 29/01/2015, publicada no D.O.U. de 30/01/2015. O Relatório da Comissão de Avaliadores foi o primeiro instrumento que orientou as discussões do NDE em relação ao aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, necessárias no processo de consolidação do curso de RI da UFPel. Nesse sentido, houve a concretização dos esforços institucionais para a contratação de dois novos docentes com formação em nível de pós-graduação em RI, no ano de 2019; isto permitiu a ampliação na oferta de projetos de ensino e pesquisa, bem como de ações de extensão na área de formação do curso.

É importante destacar a institucionalização de Projeto Unificado, intitulado Relações Internacionais da UFPel: seus 10 anos e novas perspectivas (2979), destinado a analisar dados institucionais necessários ao aperfeiçoamento da qualidade do curso. Este projeto, coordenado por docentes vinculadas ao Colegiado e ao NDE, tem como objetivo avaliar e implementar melhoras no curso, a partir de ações como: acompanhamento da qualidade do ensino (por meio de questionários dirigidos); do estudo do perfil dos egressos; e do diálogo com os discentes acerca do PPC e sua reformulação.

Em relação à qualidade das disciplinas, os formulários de avaliação discente disponibilizados pelo sistema Cobalto ao final de cada semestre são fundamentais para o *feedback* dado pelos estudantes respondentes em relação a diferentes aspectos relacionados à dinâmica de ensino e aprendizagem adotados por cada docente[27]

[27] No formulário de Avaliação Docente, semestralmente disposto como método de avaliação discente do docente, destacam-se os seguintes itens a serem avaliados pelos discentes: Quanto à clareza e à objetividade do professor nas suas explicações sobre o conteúdo da disciplina; Quanto à disposição do professor para tirar dúvidas e explicar os conteúdos; Quanto ao conhecimento que o professor demonstra ter sobre o conteúdo da disciplina e a forma como o relaciona ao curso e à profissão; Quanto ao cumprimento do horário e ao comparecimento do professor às aulas; Quanto ao estímulo que o professor dá para a aprendizagem e a participação dos estudantes nas atividades da disciplina e ao respeito frente a eventuais limitações ou insucessos dos discentes; Quanto aos métodos de avaliação utilizados pelo professor em relação aos objetivos e aos conteúdo da disciplina; Quanto às informações prestadas pelo professor sobre as regras, a metodologia de funcionamento, bibliografia e os objetivos da disciplina; Quanto às tecnologias utilizadas pelo professor na disciplina e os materiais de apoio às aulas.

Em termos quantitativos, o ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) aparece como um indicador importante do trabalho que envolve as várias relações entre conteúdos ministrados e apreendidos. Em 2015, o curso de RI da UFPel recebeu nota 4 no Exame do ENADE; em 2018, a nota caiu para 3, sendo um dos fatores decisivos para a reestruturação institucional sofrida pelo curso e que culminaram na construção e atualização do presente PPC.

De forma estrutural, pode-se afirmar que a profunda avaliação do curso e do seu currículo redundaram na demanda por alocação institucional aprovada pelo CONSUN por quase unanimidade em novembro de 2019. Este novo PPC representa e reflete a avaliação substantiva do curso e do seu currículo feita por docentes e discentes do curso.

# 6. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento dos egressos do curso será realizado, principalmente, por meio do Portal do Egresso (http://wp.ufpel.edu.br/egresso/) desenvolvido pela própria Universidade, no ar desde 2016. O objetivo do portal é cadastrar os alunos que tiveram formação na instituição a partir da sua fundação, a fim de aproximá-los por meio das informações recebidas, bem como avaliar o percurso dos egressos e oportunizar a permanente melhoria dos cursos e possíveis reformas curriculares. O colegiado de RI divulgará o portal e incentivará os alunos egressos a participar desta iniciativa da Universidade com vistas a formar um banco de dados significativo do curso.

No ano de 2020, entretanto, considerando a baixa adesão ao preenchimento do Portal do Egresso, pelos egressos de Relações Internacionais, teve início a primeira pesquisa do perfil do egresso, no âmbito do Projeto Unificado Relações Internacionais da UFPel: seus 10 anos e novas perspectivas (2979). Este projeto tem como objetivo geral promover variadas ações que permitam tanto conhecer o perfil do curso e de seus egressos, quanto criar oportunidades para a inovação nas futuras atividades do Curso.

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em Relações Internacionais foram publicadas no ano de 2017 (Resolução n. 4, de 04 de outubro de 2017) e que até este momento, diagnósticos sobre o Curso ainda não foram realizados, este projeto

contribuirá tanto no processo de reformulação do PPC, quanto na abertura de novas linhas de ação: (i) para a atualização do currículo; (ii) promoção do curso junto à comunidade interna e externa; (iii) interação entre docentes, discentes e egressos.

Ao longo do projeto, pretende-se realizar diferentes ações:

- Ações de pesquisa para o levantamento do perfil do egresso, produção acadêmica do Curso, entre outros.

- Ações de ensino, como por exemplo:

- Realização de Encontro de Acolhida dos acadêmicos ingressantes; realização de Aula Magna;

- Palestras, rodas de conversa ou minicursos com egressos atuantes no mundo do trabalho ou no meio acadêmico;

- Apresentação do Diretório Acadêmico, dos grupos de pesquisa do curso, das linhas de pesquisa dos diferentes professores, dos laboratórios entre outras atividades;

- Rodas de Conversa sobre o PPC, orientações no que diz respeito às disciplinas optativas e obrigatórias, formação profissional e áreas de atuação;

- Ações de extensão, tais como visitas técnicas; palestras com profissionais e convidados que atuem em áreas com interface internacional.

A partir dessas ações, busca-se promover a interação entre discentes atuais e egressos, além de acompanhar os desafios contemporâneos para a inserção dos profissionais formados.

Por fim, o NDE poderá analisar os resultados referentes ao ENADE, a fim montar banco de dados sobre o desempenho dos egressos, que servirá de subsídios para futuras ações de aprimoramento do curso e sua gestão.

Essas informações apoiam e fundamentam o desenvolvimento e o acompanhamento do PPC, bem como promovem o aperfeiçoamento continuado no processo de avaliação do curso, a partir da percepção de necessidades do mundo do trabalho e do meio acadêmico.

# 7. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

De acordo com o PPI (2003), a UFPel é uma instituição federal que possui uma política institucional que engloba ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável. Nesse

sentido, a ideia é que teoria e prática estejam lado a lado, no desenvolvimento do perfil dos egressos. Devido a essa concepção, na UFPel, a partir do ano de 2019, estabeleceu-se a prática dos Projetos Unificados, os quais permitem o lançamento de ações de pesquisa, ensino e extensão no mesmo projeto[28].

Os docentes do curso de Relações Internacionais possuem vários projetos de ensino, pesquisa e extensão, com vínculos em agência de fomento estaduais e federais, além de cooperação com atores de outras instituições análogas no território nacional. Parte significativa das atividades, disciplinas e projetos desenvolvidos no âmbito do curso, que se constituem como atividades de ensino, são pautados pela perspectiva da extensão e da pesquisa. Dentre os projetos de extensão, destacam-se o Vozes do Mundo e o Pelotas MUN que há alguns anos aproximam os debates de sala de aula com a comunidade local.

O curso explora suas pesquisas para potencializar o aprendizado e engajamento público por meio da curricularização da extensão. Assim, também são pesquisas a partir das perspectivas práticas das ações de extensão realizadas, na medida em que o acompanhamento, a investigação, a sistematização de dados e a avaliação de tais práticas e ações são essenciais para que estas possam ser qualificadas.

Desta forma, as ações e projetos desenvolvidos no âmbito do Curso pautam, a partir de diferentes abordagens e metodologias, elementos que vinculam a pesquisa, o ensino e a extensão.

# 8. INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E COM A PÓS-GRADUAÇÃO

O presente PPC é fruto de uma reconstrução e refundação do curso de Relações Internacionais, a partir de sua nova vinculação institucional junto ao IFISP. Nesse sentido, o IFISP foi a unidade acadêmica estrategicamente pensada para sua transformação, visto que

[28] A adoção dessa prática, via o sistema de cadastro único para programas, projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão (no módulo de projetos unificados do COBALTO), fundamenta-se na Resolução 10/2015, do COCEPE.

possui cursos de graduação e pós-graduação que estão relacionados aos eixos estruturantes e complementar das DCNs. O IFISP até então contava com os cursos de graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) e Filosofia (Licenciatura), assim como com 3 programas de pós-graduação (PPG) com Mestrado e Doutorado em Ciência Política, Sociologia e Filosofia. Além disso, o IFISP se localiza nas proximidades do ICH (Instituto de Ciências Humanas) que possui 6 cursos de graduação – História, Geografia, Ciências Econômicas, Antropologia & Arqueologia, Museologia e Conservação de Conservação & Restauração de Bens Culturais Móveis – e 5 PPG – em História (Mestrado e Doutorado), Antropologia (Mestrado e Doutorado), Memória Social e Patrimônio Cultural (Mestrado e Doutorado), Geografia (Mestrado) Economia Aplicada (Mestrado).

Este foi um dos aspectos fundamentais considerados para a realocação institucional do curso, sendo o presente PPC fruto de incessante diálogo institucional com vários outros cursos e departamentos no intuito de integrar o curso tanto ao IFISP quanto à própria UFPel em muitos sentidos. Tal integração beneficia discentes e docentes na realização de interlocução e vivência acadêmicas; no estímulo ao contato do corpo discente com as diferentes atividades científicas, acadêmicas e estudantis promovidas por ambos institutos (IFISP e ICH) – editais; cursos; eventos; grupos de estudo; grupos de pesquisa; disciplinas optativas; assembleias; entre outras; na busca pelo cumprimento da transversalidade e flexibilidade curricular; na observância das legislações referentes à inclusão de temas relacionado à cidadania, democracia e proteção ambiental (especialmente os conteúdos relacionados às Diretrizes Nacionais sobre Políticas de Educação ambiental, Educação em Direitos Humanos, Educação das Relações Étnico Raciais e Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena), visto o contato esperado com diferentes cursos vinculados às Ciências Humanas e Sociais; no compartilhamento, oferta, reserva e construção de novas disciplinas relacionadas ao eixo estruturante e complementar previsto nas DCNs; no incentivo à participação discente em projetos de ensino, pesquisa e extensão em áreas afins às RIs; na possibilidade de absorção de parcela do corpo discente vocacionada para a área acadêmica pelos diferentes programas de pós-graduação (PPGs) mencionados.

O acervo físico de livros do curso das Relações Internacionais foi destinado à Biblioteca das Ciências Sociais localizada no prédio do CEHUS, integrando seus títulos relacionados à Política Internacional, Política Externa, História das Relações Internacionais, Teorias das Relações Internacionais, Economia Política Internacional e Direito Internacional ao universo maior das Ciências Humanas e Sociais da Universidade.

Todos esses aspectos são fundamentais para o desenvolvimento acadêmico do curso de RI que comemora seus dez anos de existência com uma perspectiva definitivamente institucionalizada e mais integrada à UFPel. Com a realocação do curso, buscou-se um maior robustecimento acadêmico e científico, bem como a cooperação e integração entre docentes e discentes de outros cursos e áreas, algo concebido como constitutivo para sua nova vida institucional e inserção acadêmica no âmbito da Universidade.

# 9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os discentes e docentes do Curso de Relações Internacionais contam com acesso à *internet* sem fio de alta velocidade fornecido pelo sistema da UFPel. Também é possível acessar diversas plataformas, bibliotecas, informações acadêmicas e notícias do Curso de Relações Internacionais pelo site institucional do próprio curso e pelo Portal UFPEL. Nesse sentido, tanto o espaço de convivência dos alunos e como no Centro Acadêmico e na sala dos professores, contam com computadores que facilitam aos discentes, docentes, técnicos administrativos, e, a comunidade em geral, o acesso à informação pertinente a rotina administrativa e acadêmica do Curso de Relações Internacionais.

Para incentivar e estimular o uso de TICs no processo de ensino e aprendizagem no Curso, este PPC atende ao Art. 124, parágrafo §5º do Regulamento de Ensino de Graduação (UFPEL, 2018, p. 26) referente à possibilidade de oferta de componentes curriculares, parcial ou integralmente, na modalidade à distância, "desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, conforme portaria do MEC 1.134, de 10.10.2016".

Ademais, o Curso de Relações Internacionais oferece o acesso à internet por wi-fi em todos os espaços, permitindo acesso à informação de maneira global. Além disso, utiliza-se a biblioteca Pergamum, disponibilizando acervo físico e digital atualizado, somado a “Minha Biblioteca” também utilizada por acadêmicos e profissionais. O acesso aos periódicos CAPES também é disponibilizado através da página do Curso de Relações Internacionais da UFPel.

Através da página da UFPEL também é possível acessar as Plataformas Periódicos Capes, EBSCO Host, Portal de Periódicos UFPEL e o Repositório Guiaca UFPEL. Estas ferramentas disponibilizam uma ampla gama de publicações na área de Relações Internacionais, representando uma importante aquisição para ofertar material didático atualizado para nossos estudantes. Para realizar o acesso a capítulos o discente ou docente não necessita sequer cadastrar outra senha, pois o acesso é liberado com a própria senha do Cobalto.

Outra ferramenta implantada desde 2017 na UFPel como um todo é o Sistema Eletrônico de Informação (SEI), provendo agilidade, transparência e organização aos processos gerenciais. Este sistema permite que o Curso de Relações Internacionais realize seus processos ligados a docentes e discentes, Pró-Reitorias, gestão superior da Universidade e demais unidades de uma forma mais organizada e controlada dentro dos prazos estabelecidos.

Desta forma, entende-se que há as condições institucionais de disponibilização das tecnologias para desenvolvimento de disciplinas e espaços de estudo no Curso de Relações Internacionais, assim como os espaços didático-pedagógicos de utilização de tecnologias para o trabalho cotidiano, nos dois laboratórios de informática, e que são monitorados por bolsistas de um Projeto de Ensino vinculado ao Curso de Relações Internacionais.

# II - QUADRO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

| **NOME** | **UNIDADE** | **Formação** | **Função** |
|---|---|---|---|
| Antônio Carlos Martins da Cruz | IFISP | Doutorado em Economia | Docente |
| Bruno Ricardo Viana Sadeck dos Santos | IFISP | Doutorado em Ciência Política | Docente |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Charles Pereira Pennaforte | IFISP | Doutorado em Relações Internacionais | Docente |
| Fábio Amaro Silveira Duval | IFISP | Doutorado em Relações Internacionais | Docente |
| Fernanda de Moura Fernandes | IFISP | Doutorado em Relações Internacionais | Docente |
| Javier Silveira Luzardo | CIM | Doutorado em Linguística Aplicada | Docente |
| Keberson Bresolin | IFISP | Doutorado em Filosofia | Docente |
| Luciana Maria de Aragão Ballestrin | IFISP | Doutorado em Ciência Política | Docente |
| Thaise Rosa da Costa | IFISP | Graduação em Processos Gerenciais | Secretária |
| Renata Kabke Pinheiro | CLC | Doutorado em Linguística Aplicada | Docente |
| Silvana Schimanski | IFISP | Doutorado em Relações Internacionais | Docente |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Valeria Zanetti Ney | CLC | Doutorado em Linguística Aplicada | Docente |
| William Daldegan de Freitas | IFISP | Doutorado em Relações Internacionais | Docente |

## III - INFRAESTRUTURA

O curso de Relações Internacionais está vinculado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) e conta com a seguinte infraestrutura física:

1. Uma (01) sala de Colegiado, destinada para o arquivamento dos documentos do curso.
2. Uma (01) sala destinada para as atividades de Secretaria.
3. Uma (01) sala de apoio destinada às atividades docentes.
4. Uma (01) sala de apoio destinada às atividades discentes.
5. Uma (01) biblioteca, localizada no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Artes e Linguagem (CEHUS).

# REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - ABRI. **Notícias. Comunicado - Aprovação das DCNs para os cursos de Relações Internacionais.** 2017. Disponível em:<https://www.abri.org.br/informativo/view?TIPO=26&ID_INFORMATIVO=422>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRAILLARD, Phillipe. **Teorias das Relações Internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1990.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Portaria No. 125, de 21 de março de 2014. Disponível em:<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014>. Acesso em: 17 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014. 2014. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Comex Vis: Visualizações de Comércio Exterior.** 2019. Disponível em:< http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Empresas brasileiras exportadoras e importadoras**. 2020. Disponível em:<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/empresas-brasileiras-exportadoras-e-importadoras>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. Frente Parlamentar das Cidades Irmãs de Pelotas. Publicado em 06/11/2019. Disponível em:< https://www.pelotas.rs.leg.br/institucional/noticias/frente-parlamentar-das-cidades-irmas-tem-primeira-reuniao>. Acesso em: 16 jul. 2020.

GONÇALVES, W. S. Relações Internacionais. **CEDEP/UFRGS**, 2003. Disponível em: http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Sobre o RS**. 2020. Disponível em: https://estado.rs.gov.br/sobre-o-rs. Acesso em: 16 jul. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ministério da Integração Nacional (MI). **Fronteiras do Brasil : diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública.** Volume 2. Organizadores: Bolívar Pêgo [et al.]. Brasília: Ipea: MI, 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Pelotas - RS. 2020. Disponível em:http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/281. Acesso em: 20 jul. 2020.

MAIA, Marrielle (Org.). **Formação em Relações Internacionais no Brasil**: Panorama dos cursos de graduação e perfil dos egressos. Belo Horizonte: Editora PUC Minas. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Superior**. Sistema de Seleção Unificada. Termo de Adesão 1a Edição 2020. Dez, 2019. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/sisu/files/2019/11/termo_adesao_634_UFPEL-1.pdf. Acesso em 23 jul. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior.** Cadastro e-MEC. Disponível em: http://emec.mec.gov.br/. Acesso em: 15 jul. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. República Oriental do Uruguai. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5417-republica-oriental-do-uruguai. Acesso em: 20 jul. 2020.

MINGST, Karen A. **Princípios de Relações Internacionais**. 4a. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

OLSON, William; GROOM, .J.R. **International relations then and now**: Origins and trends in interpretation. London: Harper Collins, 1991.

PFRIMER, Matheus Hoffmann. OKADO, Giovanni Hideki C. Dispersão e concentração espaciais dos Cursos de Relações Internacionais no Brasil: contrastes e desafios da expansão da oferta nacional. **Revista Carta Internacional**. Belo Horizonte, v.14, n.1, 2019, p.225-249.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Cidade - Dados Gerais**. Disponível em: https://www.pelotas.com.br/. Acesso em: 15 jul. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Perfil das Cidades Gaúchas - Pelotas.** 2019. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Pelotas.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

SCHMIDT, Brian C. On the history and historiography of International Relations. IN: CARLSNAES, W., RISSE, T, SIMMONS, B.A. (eds.) **Handbook of International Relations**. Thousand Oaks: SAGE. 2013.

SCHMIDT, Brian C. **The Political Discourse of Anarchy**: A Disciplinary History of International Relations. Albany: State University of New York Press, 1998.

UNITED NATIONS. **Academic Impact. Universidade Federal de Pelotas (UFPel)**. 2020. Disponível em:<https://academicimpact.un.org/content/universidade-federal-de-pelotas-ufpel>. Acesso em: 17 de jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Estatuto da Fundação.** Decreto nº 65.881 de 16 de dezembro de 1969. Disponível **em:https://wp.ufpel.edu.br/scs/estatuto/**. Acesso em: 20 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Institucional - Histórico**. Disponível em: http://portal.ufpel.edu.br/historico/. Acesso em: 15 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Institucional - Missão -Visão**. Disponível em: http://portal.ufpel.edu.br/missao-visao/. Acesso em: 17 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Agência de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim - ALM. Quem somos**. 2020. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/alm/?page_id=2031>. Acesso em: 16 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS.**Coordenação de Relações Internacionais. Sobre**. 2020. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/crinter/coordenacao-de-relacoes-internacionais/. Acesso em: 17 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Coordenação de Relações Internacionais. Acordos Vigentes**. 2020. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/crinter/convenios-internacionais/acordos-vigentes/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Portal Institucional**. 2020. Disponível em: https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/cod/6800. Acesso em: 23 de julho de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Programa de Avaliação da Vida Escolar PAVE**. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/pave/o-pave/. Acesso em 23 de julho de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão COCEPE**. Resolução 15/2015. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/cra/files/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-15-2015-COCEPE.pdf. Acesso em 23 de julho de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão COCEPE**. Resolução 05/2016. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2016/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-COCEPE-052016.pdf. Acesso em 23 de julho de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Regimento Geral da Universidade** – Pelotas, 1977. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/scs/regimento/. Acesso em: 14 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão COCEPE.** Resolução n. 06 de 12 de Abril de 2018. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/print/files/2018/10/RESOLUCAO-COCEPE-PLANEJ-EST-INT.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão COCEPE**. Resolução 06 de 10 de Dezembro 2020. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2020/12/Resolucao-06.2020-COCEPE.pdf. Acesso em 10 de abril de 2020.

## LEGISLAÇÕES

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: http://www.mec.gov.br 21. Acesso em 01 de setembro de 2020.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 4, de 4 de outubro de 2017**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações

Internacionais, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=73651-rces004-17-pdf&category_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 jun. 2020

_____. Lei 13.005/2014 – **Plano Nacional de Educação.** Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http: //www.mec.gov.br . Acesso em 02 de setembro de 2020.

_____. Lei 12.711/2012, que dispõe sobre vagas de ingresso ao ensino superior e técnico federal para alunos provenientes do ensino básico público, pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_29_08_2012.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

_____. · Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. Lei 11645 de 10/03/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indigena.

_____. Lei 10.861/2004 – **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.** Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http: //www.mec.gov.br. Acesso em 02 de setembro de 2020

_____. Lei 9394/1996 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http: //www.mec.gov.br. Acesso em 02 de setembro de 2020

_____. Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n.° 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da lei n.° 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e dispõe sobre a língua brasileira de sinais - LIBRAS, Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 10 de outubro de 2020

_____. Decreto nº 5296, de 02 de dezembro 2004, que dispõe sobre condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida: Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; e as Políticas de educação ambiental (Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002).Disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192 . Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf .Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. MEC, Portaria 1.428, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a oferta de disciplinas na modalidade à distância em cursos de graduação presencial. Disponível em https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251 Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Portaria nº 133 de 24 de junho de 2009. Publicada no Diário Oficial de 25 de junho de 2009, Seção 1, pág. 26 . Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/enade/2009/Portaria_Diretrizes_2009_Relacoes_Internacionais.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. nº 209, de 22 de junho de 2012. Publicada no Diário Oficial de 25 de junho de 2011, Seção 1, pág. 17. Disponível em:<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2012/diretrizes/diretrizes_areas_bacharelado/diretrizes_relacoes_internacionais_n_209.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Inep nº 242, de 10 de junho de 2015 Publicada no Diário Oficial de 12 de junho de 2015, Seção 1, pág. 26-27. Disponível em:<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2015/relacoes_internacionais_portaria_inep_n242_10062015.pdf. Acesso em: 20 jul 2020.

UFPel, Resolução COCEPE nº 42, de 18 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Colegiado de Curso a definição de critérios de acompanhamento, registro, aproveitamento e

equivalência. Disponível https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2019/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-42.2018-COCEPE.pdf.Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução COCEPE nº 29, de 13 de setembro de 2018 - Regulamento do Ensino de Graduação na UFPel. Disponível em https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2018/09/SEI_Resolu%C3%A7%C3%A3o-29.2018.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução COCEPE nº 22 de julho de 2018 - Dispõe sobre as diretrizes de funcionamento do Núcleo Docente Estruturante - NDE, dos Cursos de Graduação da UFPel. Disponível em https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2018/08/Res.-Cocepe-22.2018.pdf Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução COCEPE nº 06 de 12 de abril de 2018 - Aprova o Plano de Planejamento Estratégico de Internacionalização da Universidade Federal de Pelotas. Disponível em https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2018/06/SEI_Resolu%C3%A7%C3%A3o-062018.pdf .Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução COCEPE nº 27 de 14 de setembro de 2017, que aprova indicadores de qualidade para os projetos, programas e atividades de Ensino à Distância. Disponível em https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2018/07/RES.-27.2017-Indicadores-Qual.-Proj.-Progr.-Ativ.-EAD.pdf Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução COCEPE/UFPel 05/2016, cria as modalidades de Reopção, de Reingresso, de Transferência e de Portador de Diploma de Ensino Superior. Disponível em https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2016/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-COCEPE-052016.pdf Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução CONSUN nº 13 de novembro de 2015, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPel 2015-2020. Disponível em https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/Res-132015.pdf . Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução COCEPE/UFPel 15/2015, cria dez vagas especiais para alunos provenientes de comunidades quilombolas e indígenas. Disponível em https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2015/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-15.2015.pdf . Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução COCEPE 03/2009 - UFPel como parte Concedente (estágio). Disponível em https://wp.ufpel.edu.br/cec/files/2013/04/estagio_na_ufpel.pdf Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução COCEPE 04/2009 - UFPel como Instituição de Ensino (estágio). Disponível em https://wp.ufpel.edu.br/pre/files/2012/04/Normas-Estagios_UFPEL-como-Instituicao-de-Ensino_Res-04-2009.pdf?file=2012/04/Normas-Estagios_UFPEL-como-Instituicao-de-Ensino_Res-04-2009.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução COCEPE nº 02/2006 - Dispõe sobre o Tempo de Permanência dos acadêmicos na UFPel. Disponível em https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/2006_02.pdf . Acesso em 10 de outubro de 2020.

# APÊNDICES

## APÊNDICE I

## TERMO DE COMPROMISSO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO - UFPEL INSTITUIÇÃO DE ENSINO

As partes a seguir qualificadas e ao final assinadas,

de um lado,

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, fundação de direito público, com sede na Rua Gomes Carneiro, 1, Centro, na cidade de Pelotas, RS, inscrita no CNPJ/MF 92242080/0001-00, neste ato representada pelo Colegiado do Curso de (NOME DO CURSO), doravante denominada **INSTITUIÇÃO DE ENSINO,**

de outro lado,

(NOME OU RAZÃO SOCIAL), (ENDEREÇO), (CIDADE), (CNPJ), neste ato representada por (NOME E CARGO DO REPRESENTANTE), doravante denominada **PARTE CONCEDENTE,**

e o **ESTAGIÁRIO**,

(NOME), (CPF), (ENDEREÇO), (CIDADE), regularmente matriculado sob o número (Nº DE MATRÍCULA), no (ANO OU SEMESTRE), do Curso de (NOME DO CURSO),

celebram entre si o presente Termo de Compromisso de Estágio (PREENCHER COM OBRIGATÓRIO OU NÃO OBRIGATÓRIO), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objetivo do estágio**

Este Termo de Compromisso terá como objetivo as atividades previstas no plano de trabalho, a ser elaborado em conjunto pelo supervisor da **PARTE CONCEDENTE**, o orientador da **INSTITUIÇÃO DE ENSINO** e o **ESTAGIÁRIO**, e está fundamentado na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, e na Resolução nº 04/2009 do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão – COCEPE.

Parágrafo Primeiro. O conteúdo das atividades a serem desenvolvidas pelo **ESTAGIÁRIO** deverá ser compatível com sua área de formação.

Parágrafo Segundo. O plano de atividades do **ESTAGIÁRIO** deverá ser incorporado ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da vigência e jornada de estágio**

Este termo de compromisso terá vigência de ___/___/___ a ___/___/___, devendo o **ESTAGIÁRIO** cumprir uma jornada diária de ( xx ) horas, no horário das ____ às ____, com intervalo das ____ às ____, em um total de ( xxx ) horas semanais.

Parágrafo Primeiro. O estágio só poderá ter jornada de 40 (quarenta) horas semanais quando relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do Curso e da **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**.

Parágrafo Segundo. A jornada de atividade do **ESTAGIÁRIO** deverá compatibilizar-se com o seu horário escolar e com o horário da **PARTE CONCEDENTE**.

Parágrafo Terceiro. A carga horária do estágio deverá ser reduzida à metade nos períodos de avaliações escolares ou acadêmicas, devendo este período ser previamente comunicado à **PARTE CONCEDENTE**.

Parágrafo Quarto. É assegurado ao **ESTAGIÁRIO**, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares. Este recesso deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa, e os dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano, nos termos do art. 13, da Lei 11.788/2008.

Parágrafo Quinto. A duração do estágio na mesma **PARTE CONCEDENTE** não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência, de acordo com o disposto no art. 11 da Lei 11.788/2008.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Da supervisão e orientação do estágio**

No período de vigência deste Termo de Compromisso, o **ESTAGIÁRIO** será supervisionado na **PARTE CONCEDENTE** por (NOME E CARGO DO SUPERVISOR) e orientado na **INSTITUIÇÃO DE ENSINO** pelo(a) Professor(a) (NOME DO ORIENTADOR).

**CLÁUSULA QUARTA – Das responsabilidades da Parte Concedente**

Caberá à **PARTE CONCEDENTE**:

I - zelar pelo cumprimento deste Termo de Compromisso;

II - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao **ESTAGIÁRIO** atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III - indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no Curso do **ESTAGIÁRIO**, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV - contratar em favor do **ESTAGIÁRIO** seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado;

V - por ocasião do desligamento do **ESTAGIÁRIO**, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII - enviar à **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao **ESTAGIÁRIO**;

VIII - efetuar, quando for o caso, o pagamento da bolsa e do vale-transporte ao **ESTAGIÁRIO**, sendo compulsória esta concessão no caso de estágio **não obrigatório.**

Parágrafo Único. No caso de estágio **obrigatório**, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá ser assumida pela **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**.

**CLÁUSULA QUINTA – Das responsabilidades da Instituição de Ensino**

Caberá à **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**, representada pelo Colegiado de Curso do **ESTAGIÁRIO**:

I - avaliar as instalações da **PARTE CONCEDENTE** do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

II - indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do **ESTAGIÁRIO**;

III - exigir do **ESTAGIÁRIO** a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades, em conformidade com o previsto no projeto pedagógico dos cursos;

IV - zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso, reorientando o **ESTAGIÁRIO** para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

V - comunicar à **PARTE CONCEDENTE** do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;

VI - enviar à Pró-Reitoria de Graduação, nos prazos e condições previstas, os dados para que seja contratado em favor do **ESTAGIÁRIO** Seguro Contra Acidentes Pessoais, quando este seguro não for providenciado pela **PARTE CONCEDENTE** (somente no caso de estágio **obrigatório**).

**CLÁUSULA SEXTA – Das responsabilidades do estagiário**

Caberá ao **ESTAGIÁRIO:**

I – estar regularmente matriculado e freqüente na **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**, em semestre e curso compatível com a prática exigida no estágio;

II – observar as diretrizes e/ou normas internas **PARTE CONCEDENTE** e os dispositivos legais aplicáveis ao estágio, bem como as orientações do seu orientador e do seu supervisor;

III – cumprir com seriedade e responsabilidade a programação estabelecida entre a **PARTE CONCEDENTE**, o **ESTAGIÁRIO** e a **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**;

IV – comparecer às reuniões de discussão de estágio na **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**;

V – elaborar e entregar à **INSTITUIÇÃO DE ENSINO,** relatório periódico e final das atividades desenvolvidas no estágio, em conformidade com o previsto no projeto pedagógico do seu Curso;

VI – responder pelas perdas e danos conseqüentes da inobservância das cláusulas constantes do presente Termo.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Do seguro contra acidentes pessoais**

No período de vigência do presente Termo de Compromisso, o **ESTAGIÁRIO** terá cobertura de Seguro de Acidentes Pessoais contra Morte ou Invalidez Permanente, com Capital Segurado no valor de R$ _____, contratada pela **PARTE CONCEDENTE** (OU INSTITUIÇÃO DE ENSINO – no caso de estágio obrigatório), através da Apólice nº _____, garantida pela (NOME DA SEGURADORA).

**CLÁUSULA OITAVA – Da bolsa-auxílio e outros benefícios**

O presente estágio dar-se-à (  ) COM  -  (  ) SEM) remuneração.

Parágrafo Primeiro. (PREENCHER SOMENTE QUANDO HOUVER REMUNERAÇÃO OU OUTRA FORMA DE CONTRAPRESTAÇÃO) No período de vigência do presente Termo de Compromisso, o **ESTAGIÁRIO** receberá, diretamente da **PARTE CONCEDENTE,** uma bolsa mensal no valor de R$ _____ (NO CASO DE OUTRA FORMA DE CONTRAPRESTAÇÃO, ESPECIFIQUE QUAL), e auxílio transporte (PREENCHER COM A FORMA DO AUXÍLIO TRANSPORTE: VALOR EM DINHEIRO OU Nº DE VALES OU TRANSPORTE DA EMPRESA).

Parágrafo Segundo. A concessão de bolsa e auxílio transporte é compulsória na hipótese de estágio curricular não obrigatório, nos termos do art. 12 da Lei 11.788/2008, e facultativa nos casos de estágio obrigatório.

**CLÁUSULA NONA – Da rescisão**

Constituem motivo para a rescisão automática do presente Termo de Compromisso:

I - a conclusão, abandono, a mudança de curso ou o trancamento de matrícula do **ESTAGIÁRIO**;

II - o não cumprimento do convencionado neste Termo de Compromisso, bem como no Convênio do qual eventualmente decorra;

III - o abandono do estágio;

IV - o não cumprimento das disposições da Lei 11.788/2008, bem como da Resolução 04/2009 do COCEPE.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Das disposições finais**

Assim materializado e caracterizado, o presente estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o **ESTAGIÁRIO** e a **PARTE CONCEDENTE**, nos termos do Art. 3º da Lei nº 11.788/2008.

E, por estarem de inteiro e comum acordo com as condições e dizeres deste instrumento, as partes assinam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma, cabendo a primeira à **PARTE CONCEDENTE**, a segunda ao **ESTAGIÁRIO** e a terceira à **INSTITUIÇÃO DE ENSINO.**

Pelotas, _____ de _____ de_____

_____ _____

PARTE CONCEDENTE ESTAGIÁRIO

_____

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Testemunhas:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF:

CPF:

# APÊNDICE II

# PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) ESTAGIÁRIO(A):**

Nome:

Matrícula:

Semestre:

**2. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE:**

Razão Social:

Endereço (incluir o CEP):

Contato telefônico:

E-mail:

Site web:

Ramo de atividade:

**3. SUPERVISOR(A) DE ESTÁGIO:**

3.1 No local do estágio

Nome do supervisor(a):

Área de atuação:

Cargo / Função:

Formação (Curso de maior nível):

3.2 No Colegiado do curso de Relações Internacionais

Nome do Professor(a) Orientador(a):

**4. PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES NO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO:**

4.1 Período de realização: ____ / ___ / ___ à ____ / ____ / ____

4.2 Carga horária:

4.3 ATIVIDADES a serem desenvolvidas:

Pelotas ___/ ___/ ___

Assinaturas

Estagiário(a):_____

Supervisor(a) no Local de Estágio:_____

Professor(a) Orientador(a) no Colegiado de RI:_____

# APÊNDICE III

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Este relatório integra o processo de acompanhamento de estágio e deve ser preenchido e assinado pelo estagiário e pelo supervisor.

| **1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTAGIÁRIO** | |
|---|---|
| **Nome** | |
| **No. de Matrícula** | |
| **Curso** | |
| **Período de vigência do estágio** | |

| **2. DADOS DO ESTÁGIO** | |
|---|---|
| **Empresa / CNPJ** | |
| **Contato da área de Recursos Humanos** | |
| **Endereço / tel / site** | |
| **Nome / contato Supervisor** | |
| **Setor no qual realiza o estágio** | |
| **Horário** | |
| **Descrição das atividades desempenhadas** | |

| **3. INFORMAÇÕES A SEREM PREENCHIDAS PELO ESTAGIÁRIO** | |
|---|---|
| O estágio foi desenvolvido em sua área de formação? | ( ) Sim ( ) Não |
| O estágio oportunizou a realização de alguma atividade com interface internacional? | ( ) Sim ( ) Não<br>Se sim, descreva: |
| Durante o estágio, você conseguiu conhecer a organização e seus objetivos? | ( ) Sim ( ) Não |
| Os recursos / instalações disponibilizados pela unidade concedente contribuíram para o exercício de suas atividades? | ( ) Sim ( ) Não |
| As atividades desenvolvidas estiveram de acordo com as descritas no seu Termo de Compromisso de Estágio e no Plano de Atividades? | ( ) Sim ( ) Não |
| Quanto ao relacionamento com os colegas na unidade concedente | ( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Ruim |
| Quanto ao relacionamento com o supervisor (a): | ( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Ruim |
| Estes relacionamentos contribuíram para aprimorar suas habilidades interpessoais | ( ) Sim ( ) Não |
| Ao receber a designação de tarefas, lhe foram dadas informações sobre os métodos e processos necessários a execução das mesmas? | ( ) Sim ( ) Não |
| O referido período de estágio lhe proporcionou uma aprendizagem social e cultural, dando-lhe oportunidade de preparação para a vida cidadã? | ( ) Sim ( ) Não |

**4. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO (preenchimento pelo Supervisor)**
Nas questões a seguir, indique o seu grau de concordância quanto a alguns itens específicos, **marcando um "X" de acordo com a sua opinião e com a escala**. Em relação a escala o 1 representa discordo totalmente, o 5 concordo totalmente, o grau 3 não representa ausência de opinião, e sim um grau intermediário de concordância. Caso você não tenha como responder alguma questão, indique não conheço.

| | Discordo totalmente | Discordo | Não discordo nem concordo | Concordo | Concordo totalmente | Sem condições de opinar |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Tem interesse no que lhe é ensinado | | | | | | |
| Cumpre com suas responsabilidades | | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | |
| Coopera com seus colegas no local de trabalho | | | | | | |
| Apresenta trabalhos/resultados de qualidade | | | | | | |
| Cumpre normas e padrões de conduta da organização | | | | | | |

**Data: / /**

**Nome e Assinatura do Supervisor** **Nome e Assinatura do Estagiário**

**Nome e Assinatura do Professor Orientador da Instituição**

# APÊNDICE IV

# REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

1. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais constituindo parte da carga horária curricular prevista, em acordo ao Art. 8º das DCNs (BRASIL, 2017).

2. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em consonância com o Art. 135 do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPel, será realizado a partir de uma proposta discente com a anuência do docente orientador.

3. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em consonância com o Art. 8º das DCNs (BRASIL, 2017) e o Art. 135 do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPel (UFPEL, 2018), versará sobre uma das áreas de conhecimento das Relações Internacionais, consistindo na sistematização do conhecimento de natureza científica sobre uma determinada temática.

4. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em consonância com os Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), após aprovação, é disponibilizado nos repositórios institucionais próprios da UFPel, geridos por suas Bibliotecas, e disponível para acesso livre pela internet.

5. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em consonância com o Art. 8º das DCNs (BRASIL, 2017) e o Art. 135 em seus §1º e §2º do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPel (UFPEL, 2018), dispõe portanto dos seguintes critérios de elaboração, apresentação e avaliação:

**Critérios de elaboração:**

6. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), enquanto componente curricular, do curso de Relações Internacionais conta com 180h dividido em dois semestres do seguinte modo: 60h em Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) e 120h em Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II).

7. O Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) tem como finalidade a elaboração de um projeto de pesquisa de trabalho de conclusão de curso e é pré-requisito para Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II).

8. O Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) tem como finalidade a execução do projeto de pesquisa elaborado em Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I).

9. A matrícula em TCC I e TCC II tem como requisito comum o cumprimento de todas as disciplinas obrigatórias até o semestre em que são ministradas.

10. A orientação do TCC em sua totalidade ocorre individualmente ou em dupla, refletindo nesse último caso a elaboração em co-autoria de um artigo científico.

11. A orientação dos trabalhos em TCC I e TCC II é realizada por um docente que ministra aula no curso de Relações Internacionais, mediante solicitação discente no período estabelecido pelo calendário do curso.

12. O processo de orientação é realizado pelo mesmo docente orientador(a) em ambos momento TCC I e TCC II. Caso haja necessidade de mudança na orientação, o caso deverá ser analisado pelo Colegiado de Curso.

13. A orientação é oficializada após a anuência do docente orientador e a entrega de formulário administrativo (Termo de Aceite de Orientação) pelo discente à Secretaria do Curso. (APÊNDICE V).

**Critérios de Apresentação:**

14. O Trabalho de Conclusão de Curso é apresentado no formato de artigo científico.

15. O artigo científico, além de fruto da orientação em TCC I e TCC II, pode ser resultado de Iniciação Científica e de projetos de pesquisa, ensino e/ou extensão vinculados ao curso de Relações Internacionais da UFPel.

16. O artigo científico obedece às normas vigentes da ABNT e fornecidas pela UFPel[29],

[29] A Biblioteca da UFPel disponibiliza em seus links de acesso as regras da ABNT; o Manual de normas da UFPel para trabalhos acadêmicos; e, também, assina o Mecanismo Online para Referências - MORE (http://www.more.ufsc.br/).

sobretudo no rigor quanto ao uso de dados e fontes, devendo conter entre 25 a 30 laudas ao total (mínimo 8 mil palavras e máximo de 10 mil palavras).

17. Para a apresentação e depósito do artigo científico é exigido o cumprimento de todas as disciplinas obrigatórias do curso de Relações Internacionais.

18. A apresentação do artigo científico deve se dar em formato digital (PDF) e ser enviada (depositada) para a Secretaria do Curso, mediante a anuência do docente orientador e à entrega de formulário administrativo pelo discente (Autorização de Encaminhamento para Banca) (APÊNDICE VI).

**Critérios de Avaliação:**

19. A avaliação se dará por meio de parecer atribuído pelo docente orientador e docente avaliador que irão compor a Banca Examinadora, aprovada pelo Colegiado de Curso. É permitida a participação como avaliador outro docente do quadro da UFPel externo ao Colegiado de Curso das Relações Internacionais, sendo o docente orientador necessariamente membro do Colegiado do Curso.

20. Cabe ao docente orientador e ao docente avaliador prezar pela observância dos **Critérios para Avaliação TCC/Artigos Científicos** (APÊNDICE VII).

21. Cabe ao docente orientador e ao docente avaliador a redação do Parecer (APÊNDICE VIII). O parecer deverá ser registrado via SEI e publicizado pelo orientador até 24 horas após a realização da banca.

22. O Parecer expressa o resultado por meio dos conceitos "Aprovado" ou "Reprovado", além de observações e comentários gerais, incluindo eventualmente a solicitação de correções.

23. Nos casos de TCC Aprovado com solicitação de correções, cabe ao docente orientador e ao discente a observância dos prazos estabelecidos pelo curso e das exigências da Biblioteca da UFPel, para os fins da entrega e depósito final em formato digital (PDF).

24. A entrega final do artigo científico, entendido como TCC, é acompanhada do formulário administrativo: **Termo de Autorização para Publicação** (APÊNDICE IX), para sua inserção na Base de Dados das Bibliotecas da UFPel de livre acesso pela internet.

25. Todas as datas referentes à TCC I e TCC II serão definidas e publicizadas pelo Colegiado de Curso a cada início de semestre.

26. Quaisquer outras questões não abordadas neste regulamento são objeto de deliberação no âmbito do Colegiado do Curso de Relações Internacionais.

# APÊNDICE V

# TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Dados do(a) Estudante**

Nome: _____

Matrícula: _____

E-mail: _____

Telefone(s): _____

**Submetido para aceite do(a) professor(a) – (Nome por extenso)**

_____

**Proposta de investigação (breve síntese da temática a ser abordada no TCC):**

_____
_____
_____

Eu, professor(a) do curso de Relações Internacionais, aceito ter o(a) estudante acima identificado(a) como orientando(a) de Trabalho de Conclusão de Curso no _____ semestre de _____.

Pelotas, _____ de _____ de _____.

**Assinatura do professor(a) orientador(a)**

# APÊNDICE VI

# AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO PARA BANCA EXAMINADORA - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Dados do(a) Estudante**

Nome: _____

Matrícula: _____

E-mail: _____

Telefone(s): _____

**Professor(a) Orientador – (Nome por extenso)**

_____

**Título do Trabalho de Conclusão de Curso:**

_____

_____

_____

Eu, professor(a) do curso de Relações Internacionais, autorizo o encaminhamento para banca examinadora de TCC o(a) estudante e seu respectivo trabalho acima identificado(a) no _____ semestre de _____.

Pelotas, _____ de _____ de _____.

**Assinatura do professor(a) orientador(a)**

# APÊNDICE VII

# CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO TCC/ ARTIGOS CIENTÍFICOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

| Critérios | | Pontuação |
|---|---|---|
| 1 | Estrutura | 3,0 |
| 1.1 | Cumprimento da Estrutura recomendada no PPC no que se refere ao artigo científico (título, identificação, resumo, palavras-chaves, introdução, desenvolvimento, conclusão, resumo em língua estrangeira, palavras-chaves em língua estrangeira, referências) | 1 |
| 1.2 | Adequação às regras da ABNT na formatação do texto, bem como citações e referências. Respeito ao número de páginas. | 1 |
| 1.3 | Qualidade da redação no que se referem às normas da Língua Portuguesa e à revisão do texto. Organização do texto | 1 |
| 2 | Conteúdo | 7,0 |
| 2.1 | Delimitação do tema. Definição do problema em análise e sua justificativa. Relevância do assunto no campo das Relações Internacionais. | 1 |
| 2.2 | Clareza dos objetivos e possibilidades de alcance. Coerência entre os objetivos propostos e as seções do desenvolvimento. Execução dos objetivos. | 1 |
| 2.3 | Apresentação dos métodos utilizados na análise e sua justificativa. Adequação dos métodos à análise proposta. | 1 |
| 2.4 | Capacidade de aprofundamento analítico do problema. Uso de teorias no respaldo das análises. Aplicação coerente da teoria no desenvolvimento das ideias. | 1 |
| 2.5 | Qualidade das conclusões e resultados obtidos. Coerência em | 1 |

| | | |
|---|---|---|
| | relação aos objetivos e às análises realizadas no desenvolvimento. Pertinência das recomendações (se houver). | |
| 2.6 | Sequencia lógica das ideias no artigo. Coerência da estrutura interna. Pertinência do título proposto para a pesquisa. | 1 |
| 2.7 | Qualidade da bibliografia utilizada. Abrangência da bibliografia. | 1 |
| Pontuação final | | 10 |

# APÊNDICE VIII

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

## FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFPEL

**Data:**

**Local:**

**Nome do(a) Aluno(a):**

**Título do TCC:**

**<u>Banca Examinadora</u>**

**Prof(a) avaliador(a) orientador(a):**

**Prof(a) avaliador(a) convidado(a):**

**<u>Avaliação Geral</u>**

( ) **Aprovado(a)**

( ) **Reprovado(a)**

**Nota Final:_____**

**Parecer:**

_____
_____
_____
_____
_____
_____

Subscreve, a Banca Examinadora:

_____

**Prof(a) orientador(a)**

_____

**Prof(a) convidado(a)**

# APÊNDICE IX

# TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA INSERIR TCC (GRADUAÇÃO) E TCCP

# (ESPECIALIZAÇÃO) NAS BASES DE DADOS DA UFPEL

**Universidade Federal de Pelotas – UFPel**

**Sistema de Bibliotecas – SISBI**

**Biblioteca Digital**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

**( ) TCC Graduação ( ) TCCP Especialização**

**Curso**:
.....
..... **Nome do Autor (1):**.....
..... **E-mail:**.....
..... **Nome do Autor (2):**.....
..... **E-mail:**.....
.....
**Título:**.....
.....
.....
.....
.....
.....

**Orientador:**.....
..... **Co-orientador:**.....
..... **Co-orientador:**.....
..... **Data de defesa:** ...../...../.....

( ) Autorizo a Universidade Federal de Pelotas a, através da **Biblioteca Digital**, disponibilizar gratuitamente em sua base de dados, sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral do TCC (Graduação) e TCCP (Especialização) de minha autoria, em formato PDF1, para fins de leitura e/ou impressão, a título de divulgação da produção científica gerada na UFPel, a partir desta data.

( ) Autorizo a Universidade Federal de Pelotas, através do **Biblioteca Digital**, a disponibilizar parte do meu trabalho e me responsabilizo por descrever as partes a serem divulgadas, (o arquivo em PDF deve conter apenas as partes a serem disponibilizadas).

( ) Não autorizo a Universidade Federal de Pelotas a divulgar meu trabalho, mas tenho ciência de que as páginas iniciais e o resumo serão disponibilizados para acesso público.

_____

Assinatura do Autor

_____

Assinatura do Coordenador do Curso

Data: ...../...../.....

**A Coordenação de Curso deve encaminhar este formulário devidamente preenchido e assinado com uma cópia digital em PDF do trabalho para a biblioteca do referido curso.**

_____

1 Texto (PDF); Imagem (JPG ou GIF); Som (Wave, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, AVI, Q T, MOV); Outros

# APÊNDICE X

# LISTAGEM ATIVIDADES DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

| **Atividade** | **Máximo de Horas** |
|---|---|
| **Ensino** | **Até 70 horas** |
| Projeto de Ensino cadastrado por docente do curso de Relações Internacionais ou por docentes de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais. | |
| Atividades de Monitoria (voluntária ou remunerada com bolsa) no curso de Relações Internacionais ou em outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais. | |
| Disciplina cursada em outro curso da UFPel (não aproveitada e não prevista no PPC), relacionada à formação em Relações Internacionais. | |
| Disciplina cursada em outra instituição de ensino, nacional ou internacional, não aproveitada como equivalente e relacionada à formação em Relações Internacionais. | |
| Atividades de ensino variadas (cursos, minicursos, oficinas, *workshops*, capacitações, entre outras), realizadas em instituições nacionais ou internacionais e relacionadas à formação em Relações Internacionais. | |
| Curso em Língua Estrangeira em instituições nacionais e internacionais, públicas ou privadas. | |
| Proficiência em Língua Estrangeira, realizada ao longo do curso em instituição nacional ou internacional, pública ou privada. | |
| Estágio Não Obrigatório realizado ao longo do curso de graduação, no qual se observe que, pelo menos, uma das competências e habilidades relacionadas à formação em Relações Internacionais, previstas no Projeto Pedagógico do Curso sejam desenvolvidas. | |
| **Pesquisa** | **Até 70 horas** |
| Projetos de Pesquisa - como Bolsista de Iniciação Científica, remunerado ou voluntário - cadastrados por docentes do curso de Relações Internacionais ou por docentes de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais. | |
| Apresentação de Trabalho e/ou Publicação em anais de eventos acadêmicos e científicos (Semanas Acadêmicas, Encontros de Estudantes, Seminários, | |

| | |
|---|---|
| Palestras, Conferências, Fóruns, Congresso, entre outros), relacionados à formação em Relações Internacionais. | |
| Publicação de artigo científico completos, em revistas acadêmicas, relacionados à formação em Relações Internacionais. | |
| **Extensão** | **Até 70 horas** |
| Projetos de Extensão cadastrados por docentes do curso de Relações Internacionais ou de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais, não computados para os fins de Ação Curricular em Extensão. | |
| Eventos acadêmicos e científicos (Semanas Integradas da UFPel, Semanas Acadêmicas, Encontros de Estudantes, Seminários, Palestras, Conferências, Fóruns, Congressos, outros) e eventos externos, relacionados à formação em Relações Internacionais. | |
| Participação e ações de voluntariado em organizações da sociedade civil e outras.<br>*Mesários, nos termos da Justiça Eleitoral; Jurado, nos termos do Serviço Judiciário; Doação de Sangue será considerada, nos termos da Lei Federal no. 1075, de 27 de março de 1950. | |
| Intercâmbio/Mobilidade Acadêmica em Universidade/Instituição nacional ou internacional conveniada com a UFPel. | |
| **Representação Discente** | **Até 70 horas** |
| Participação e representação estudantil em organizações específicas, tais como Centros Acadêmicos, Diretórios e Uniões de Estudantes, Atléticas, entre outros. | |

# APÊNDICE XI

# REQUERIMENTO PARA APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES DO EIXO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Nome completo: _____**

**Nº de Matrícula: _____**

**Instruções:**

**a)** Leia atentamente o Projeto Pedagógico do Curso, antes de requerer o aproveitamento das atividades complementares.

b) Preencha a quantidade e a carga horária total da sua participação, em cada item.

c) Anexe a este requerimento a(s) cópia(s) do(s) documento(s) comprobatório(s) da(s) atividade(s) realizada(s) que tem interesse em aproveitar.

d) Organize e enumere os documentos comprobatórios, observando a sequência deste formulário.

e) Nas datas definidas pela Coordenação, entregue-os em um envelope/pasta, com sua identificação.

| Item | Atividades | Quantidade | C.H. total do item |
|---|---|---|---|
| **01** | Projeto de Ensino cadastrado por docente do curso de Relações Internacionais ou por docentes de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais. | | |
| **02** | Atividades de Monitoria (voluntária ou remunerada com bolsa) no curso de Relações | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Internacionais ou em outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais. | | |
| **03** | Disciplina cursada em outro curso da UFPel (não aproveitada e não prevista no PPC), relacionada à formação em Relações Internacionais. | | |
| **04** | Disciplina cursada em outra instituição de ensino, nacional ou internacional, não aproveitada e relacionada à formação em Relações Internacionais. | | |
| **05** | Atividades de ensino variadas (cursos, mini-cursos, oficinas, *workshops*, capacitações, entre outras), realizadas em instituições nacionais ou internacionais e relacionadas à formação em Relações Internacionais. | | |
| **06** | Curso em Língua Estrangeira em instituições nacionais e internacionais, públicas ou privadas. | | |
| **07** | Proficiência em Língua Estrangeira, realizada ao longo do curso em instituição nacional ou internacional, pública ou privada. | | |
| **08** | Estágio Não Obrigatório realizado ao longo do curso de graduação, no qual se observe que, pelo menos, uma das competências e habilidades relacionadas à formação em Relações Internacionais, previstas no Projeto Pedagógico do Curso sejam desenvolvidas. | | |
| **TOTAL DA CARGA HORÁRIA EM ATIVIDADES DE ENSINO** | | | |
| **09** | Projetos de Pesquisa - como Bolsista de | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Iniciação Científica, remunerado ou voluntário - cadastrados por docentes do curso de Relações Internacionais ou por docentes de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais. | | |
| **10** | Apresentação de Trabalho e/ou Publicação em anais de eventos acadêmicos e científicos (Semanas Acadêmicas, Encontros de Estudantes, Seminários, Palestras, Conferências, Fóruns, Congresso, entre outros), relacionados à formação em Relações Internacionais. | | |
| **11** | Publicações de artigos completos, em revistas acadêmicas, relacionados à formação em Relações Internacionais. | | |
| **TOTAL DA CARGA HORÁRIA EM ATIVIDADES DE PESQUISA** | | | |
| **12** | Projetos de Extensão cadastrados por docentes do curso de Relações Internacionais ou de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais, não computados para os fins de Ação Curricular em Extensão. | | |
| **13** | Eventos acadêmicos e científicos (Semanas Integradas da UFPel, Semanas Acadêmicas, Encontros de Estudantes, Seminários, Palestras, Conferências, Fóruns, Congressos, outros) e eventos externos, relacionados à formação em Relações Internacionais. | | |
| **14** | Participação e ações de voluntariado em organizações da sociedade civil e outras. | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | * Mesários, nos termos da Justiça Eleitoral.<br>* Jurado, nos termos do Serviço Judiciário.<br>*Doação de Sangue, nos termos da Lei Federal no. 1075, de 27 de março de 1950. | | |
| **15** | Intercâmbio/Mobilidade Acadêmica em Universidade/Instituição nacional ou internacional conveniada com a UFPel. | | |
| **TOTAL DA CARGA HORÁRIA EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO** | | | |
| **16** | Participação e representação estudantil em organizações específicas, tais como Centros Acadêmicos, Diretórios e Uniões de Estudantes, Atléticas, entre outros. | | |
| **17** | OUTRAS* | | |

*Demandas sobre atividades não previstas neste formulário, estarão sujeitas à apreciação do Colegiado do Curso de Relações Internacionais.

**Pelotas, _____ de _____ de _____.**

_____

**Assinatura do requerente**

**Recebido pelo Colegiado do Curso de Relações Internacionais em: _____**

**PARECER SOBRE REQUERIMENTO PARA APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES DO EIXO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR**

**Nome completo:**

_____

**Nº de Matrícula:**

_____

Após análise e avaliação dos documentos apresentados, o Colegiado do Curso de Relações Internacionais, decide pelo:

(  ) Deferimento da carga horária a ser aproveitada formação complementar.

(  ) Indeferimento da carga horária a ser aproveitada formação complementar.

Justificativa:_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

# ANEXO

**Relatório de Referendo da Bibliografia pelo NDE do Curso de Relações Internacionais**

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Relações Internacionais da UFPel no uso de suas atribuições Regulamentares e Regimentais, considerando o processo de renovação de reconhecimento do curso, **no qual são oferecidas 55 vagas anuais**, apresenta referendo a respeito de análise sobre o acervo bibliográfico do curso, bem como aquele sugerido pelos docentes para cada um dos componentes curriculares, considerando os títulos e periódicos sugeridos pelos docentes no tocante à adequação e compatibilidade da bibliografia básica e complementar, assim como do número de exemplares em função das vagas oferecidas.

Na UFPel todo acervo físico é tombado. O acervo virtual (*e-books, periódicos*) possui contrato registrado em nome da Universidade[30], que garante acesso ininterrupto pelos usuários. Todo o acervo virtual tem acesso remoto, mediante *login* e senha (cadastrado nas bibliotecas). Para o acesso à base EBSCO *ebooks* e Portal de Periódicos Capes, o acesso é via CAFe (Comunidade Acadêmica Federada), também cadastrado nas bibliotecas. Destaca-se que não existe limite de acessos às obras eletrônicas, as quais podem ser acessadas de qualquer parte do mundo, a qualquer tempo, simultaneamente.

A **bibliografia básica** prevista no projeto pedagógico do curso está à disposição na biblioteca, tombada junto ao patrimônio da IES ou via acesso remoto. O acervo está informatizado e atende às necessidades do curso no tocante às características acadêmico-pedagógicas e também relacionada ao quantitativo de títulos/exemplares. A adequação da bibliografia foi referendada pelo NDE quanto a sua compatibilidade aos conteúdos de cada uma das disciplinas, atualização e, também, em relação ao número de vagas e a quantidade de exemplares por título ou possibilidade de acesso remoto, no acervo.

A **bibliografia complementar** prevista no projeto pedagógico do curso está a disposição na biblioteca, tombada junto ao patrimônio da IES ou via acesso remoto. O acervo está informatizado e atende às necessidades do curso no tocante às características acadêmico-pedagógicas e também relacionada ao quantitativo de títulos/exemplares. A adequação da bibliografia foi referendada pelo NDE quanto a sua compatibilidade aos conteúdos de cada uma das disciplinas, atualização e, também, em relação ao número de vagas e a quantidade de exemplares por título ou possibilidade de acesso remoto, no acervo.

A bibliografia básica e complementar de cada uma das unidades curriculares, após analisadas pelo NDE foram consideradas como adequadas às respectivas unidades

[30] Quando necessário, cópias dos contratos poderão ser solicitadas à(o) bibliotecária(o) responsável pelo acervo ou à Procuradoria Institucional.

curriculares e seus conteúdos, conforme descritos no Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Na revisão do PPC, observou-se a importância da utilização do acervo virtual (*e-books,* periódicos), o qual proporciona maior flexibilidade e acessibilidade no contexto atual.. Quanto aos periódicos especializados, a biblioteca da UFPel disponibiliza acesso ao Portal de Periódicos CAPES (por assinatura), Portal de Periódicos Eletrônicos da UFPel (https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/), Repositório Institucional Guaiaca (http://guaiaca.ufpel.edu.br/) e Portal EBSCO sendo que os dois últimos são de acesso aberto e de domínio da UFPel. Outras bases de dados de acesso aberto que podem ser exploradas pelos discentes e docentes do curso (como por exemplo, Domínio Público e Scielo) não foram consideradas pelo NDE, visto que a UFPel não possui domínio sobre eles.

A Biblioteca disponibiliza recursos de pesquisa e, de modo facilitar o acesso aos recursos informacionais, possui terminais com acesso à internet. No espaço físico da biblioteca estão disponíveis 15 salas de leitura com rede *wifi* onde os discentes, utilizando seu notebook, podem acessar as bases.

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço. O Sistema de Bibliotecas da UFPel (SisBi/UFPel) é vinculado ao Gabinete do Vice-Reitor e o plano de contingência adotado data de 2018.

Em conformidade com o definido em Reunião realizada em 21 de setembro de 2020 foi elaborada a análise de adequação da bibliografia solicitada pelos docentes em parceria com o NDE e disponível na IES para todos os períodos do curso de Relações Internacionais. Destaca-se que o acervo bibliográfico será atualizado sempre que possível, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de pesquisa (iniciação científica) e extensão.